



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOAQUIM FRANCISCO GONÇALVES DE BRITO AMARO

**JOGO DO HUMOR NA BUSCA DA DEMOCRACIA:
AS CHARGES DE RALFO NO PERÍODO DO
GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)**

JOAQUIM FRANCISCO GONÇALVES DE BRITO AMARO

**JOGO DO HUMOR NA BUSCA DA DEMOCRACIA:
AS CHARGES DE RALFO NO PERÍODO DO
GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.

Londrina
2015

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Responsável: Marlova Santurio David - CRB 9/1107

A485j Amaro, Joaquim Francisco Gonçalves de Brito.
Jogo do humor na busca da democracia : as charges de
Rafael no período do governo Figueiredo (1979-1985) /
Joaquim Francisco Gonçalves de Brito Amaro. – Londrina, 2015.
157 f. : il.

Orientador: Rozinaldo Antonio Miani.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, 2015.
Inclui bibliografia.

1. Furtado, Ralfó José Barreto, 1959- – Teses. 2. Cartunistas brasileiros
– Teses. 3. Humorismo ilustrado brasileiro – Teses. 4. Brasil – História,
1979-1985 – Teses. 5. Comunicação social – Teses. I. Miani, Rozinaldo
Antonio. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação,
Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 741.5(81)

JOAQUIM FRANCISCO GONÇALVES DE BRITO AMARO

**JOGO DO HUMOR NA BUSCA DA DEMOCRACIA:
AS CHARGES DE RALFO NO PERÍODO DO
GOVERNO FIGUEIREDO (1979-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Manoel Dourado Bastos
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profa. Dra. Marilda Lopes Pinheiro Queluz
Universidade Federal Tecnológica do Paraná -
UTFPR

Londrina, 21 de setembro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Pelo enorme incentivo que me deram, antes e durante o mestrado, às minhas grandes amigas e colegas de trabalho na UEL, professoras doutoras Lucinea Aparecida de Rezende, Vera Lucia Tieko Suguihiro e Brígida Maria Nogueira Cervantes, detentoras da minha mais profunda admiração.

Pelo apoio que me ofereceu desde o momento da inscrição no mestrado, pelo tempo que dedicou à leitura de alguns textos produzidos por mim, pelas críticas produtivas e por algumas broncas autorizadas pela nossa velha amizade, à professora doutora Maria Cecília Guirado.

Pela convivência, orientações, oportunidades de ampliação de conhecimentos e compreensão da ciência e do mundo, aos meus professores do mestrado, em especial ao professor doutor Paulo César Boni – e aos colegas alunos também.

Pela disposição em me ajudar no uso das normas técnicas de apresentação de trabalhos acadêmicos, fazendo ruir a minha má vontade em relação a esse tema com sua simpatia, amizade e experiência, à colega de trabalho da Biblioteca Central da UEL, Laudicena de Fátima Ribeiro.

Por ter me contado – surpresa! – da sua experiência como chargista na imprensa de São José do Rio Preto, fato que eu até então desconhecia, por ter achado divertida a ideia de ver seu trabalho tornar-se objeto de estudos de uma dissertação de mestrado, por ter me emprestado seus arquivos e oferecido muitas horas de seu precioso tempo trocando *e-mails*, pela amizade que nos une há mais de 30 anos, ao grande humorista e jornalista Ralfo José Barreto Furtado.

Pelos empurrões que me deu ante as minhas vacilações e pela paciência que demonstrou com as minhas imprevisíveis mudanças de humor durante a produção desta dissertação, à minha esposa Zeneide.

Pelo impulso e o “destravamento” mental e emocional que me proporcionaram, com suas observações na banca de qualificação, aos professores Márcia Neme Buzalaf e Manoel Dourado Bastos.

Pela oportunidade e confiança, por ter me trazido a sorte de poder trabalhar com um tema – humor e charge, charge e humor – que me atrai a atenção e me proporciona formação e informação política desde a infância, por ter me aberto as portas para um campo de estudos interessantíssimo, ao qual pretendo continuar me dedicando pelo menos como diletante, ao meu orientador, prof. dr. Rozinaldo Antonio Miani.

Nós, os humoristas, temos bastante importância para ser presos e nenhuma importância para ser soltos.

Millôr Fernandes

PRIMAVERA ÁRABE



Ao Ralfo, cuja criatividade, talento, humor e cara-de-pau é capaz de encontrar relações inimagináveis para o mortal comum entre a fala de um suposto árabe – ele mesmo! – e a de um bom caipira brasileiro, para nossa diversão.

AMARO, Joaquim Francisco Gonçalves de Brito. **Jogo do Humor na Busca da Democracia**: as charges de Ralfo no período do governo Figueiredo (1979-1985). 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

RESUMO

O exercício da crítica política por meio do humor próprio da charge jornalística teve características específicas no período do governo do general João Batista Figueiredo, o último dos cinco generais que ocuparam a Presidência da República no Brasil após o golpe de estado de 1964. O exame dessas características, num ambiente onde já se gozava de maior liberdade de expressão, devido à descompressão do regime antes violento e repressor, é uma das principais motivações deste trabalho, no qual se examina a produção de charges do cartunista Ralfo José Barreto Furtado, que, naquele período, atuava em jornais diários da cidade de São José do Rio Preto (SP). Após uma introdução teórica em que se dá ênfase a conceitos como humor e lúdico, o estudo – que reproduz um total de 76 charges – traz uma apresentação histórica do governo Figueiredo, descreve a trajetória pessoal e profissional de Ralfo Furtado e termina com um exercício de análise de um grupo de charges feitas por ele naquele período, no qual se procura verificar o que há de peculiar na forma como se apropriava da linguagem da charge para expressar sua visão dos acontecimentos.

Palavras chaves: Ralfo. Charge. Governo Figueiredo. Humor. Lúdico.

AMARO, Joaquim Francisco Gonçalves de Brito. **Humor Game in Search of Democracy**: charges by Ralfo during Figueiredo's government (1979-1985). 2015. 157 p. Dissertation (Master Degree in Communication) – State University of Londrina, Londrina, 2015.

ABSTRACT

The act of criticizing politics through humor found in newspaper charges had specific characteristics during the government mandate of General João Batista Figueiredo, the last of five generals who played the role of President in Brazil after the coup d'état in 1964. The analysis of such characteristics, in an environment where more freedom of speech was being experienced, due to the decompression of the previously violent and repressive regime, is one of the main motivations of this study, in which the production of charges by cartoonist Ralfo José Barreto, who, at the time, worked in daily Newspapers at São José do Rio Preto (SP), are examined. After a theoretical introduction, in which emphasis is given to concepts such as humor and ludic, the study – which reproduces a total of XX charges – brings a historical presentation of Figueiredo's government, describes the personal and professional path of Ralfo Furtado, and ends with an analysing exercise of a group of charges made by him at that period, in which is sought to verify what is peculiar concerning the way in which one could appropriate charge's style to communicate his view of happenings.

Key Words: Ralfo. Charge. Figueiredo's Government. Humor. Ludic.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	32
Figura 2	34
Figura 3	36
Figura 4	38
Figura 5	40
Figura 6	42
Figura 7	44
Figura 8	47
Figura 9	49
Figura 10	50
Figura 11	51
Figura 12	52
Figura 13	54
Figura 14	56
Figura 15	58
Figura 16	59
Figura 17	60
Figura 18	62
Figura 19	64
Figura 20	65
Figura 21	66
Figura 22	67
Figura 23	69
Figura 24	70
Figura 25	72
Figura 26	73
Figura 27	75
Figura 28	76
Figura 29	77
Figura 30	78
Figura 31	79
Figura 32	81
Figura 33	82
Figura 34	83
Figura 35	85
Figura 36	86
Figura 37	86
Figura 38	88
Figura 39	89
Figura 40	92
Figura 41	95
Figura 42	96
Figura 43	97
Figura 44	99

Figura 45.....	101
Figura 46.....	102
Figura 47.....	103
Figura 48.....	104
Figura 49.....	105
Figura 50.....	108
Figura 51.....	110
Figura 52.....	111
Figura 53.....	112
Figura 54.....	113
Figura 55.....	114
Figura 56.....	119
Figura 57.....	120
Figura 58.....	122
Figura 59.....	123
Figura 60.....	124
Figura 61.....	125
Figura 62.....	127
Figura 63.....	128
Figura 64.....	130
Figura 65.....	131
Figura 66.....	133
Figura 67.....	135
Figura 68.....	136
Figura 69.....	137
Figura 70.....	138
Figura 71.....	140
Figura 72.....	141
Figura 73.....	143
Figura 74.....	144
Figura 75.....	147
Figura 76.....	148

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACIRP	Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto
ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB –	Movimento Democrático Brasileiro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNI	Serviço Nacional de Informações
SUNAB	Superintendência Nacional do Abastecimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O GOVERNO FIGUEIREDO: ANTECEDENTES E HISTÓRIA	29
2.1	A ABERTURA DE GEISEL.....	30
2.2	FIGUEIREDO É ESCOLHIDO	43
2.3	A ANISTIA E OS NOVOS ARES NA POLÍTICA	51
2.4	A RECESSÃO NO HORIZONTE	57
2.5	OUTRA ELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA.....	61
2.6	DA CRISE DO PDS À ALIANÇA DEMOCRÁTICA	68
3	RALFO FURTADO: ANTES DE TUDO, UM CARTUNISTA	73
3.1	O DESENHO NO SANGUE E O DOM DO HUMOR	73
3.2	UNIVERSO DE LÁPIS, LIVROS E REVISTAS	78
3.3	GRANDE JORNAL, GRANDES DESCOBERTAS.....	83
3.4	O ESTOPIM QUE INCENDEIA.....	90
3.5	O CHARGISTA COMEÇA A SE MOSTRAR.....	98
3.6	O CRONISTA GRÁFICO	104
4	IMAGINAÇÃO E REALIDADE NOS TRAÇOS DE RALFO: UMA ANÁLISE	116
4.1	O PERSONAGEM FIGUEIREDO.....	117
4.2	TANCREDO NEVES “ENFORCADO”	129
4.3	O PREFEITO PANTERA COR-DE-ROSA.....	132
4.4	COSTUMES: O CARTUM NO ESPAÇO DA CHARGE.....	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

No fim da década de 1970 e no começo da década de 1980, o Brasil vivia anos conturbados na política e na economia. Na política, foi um período de transição e conflitos em que, saindo de uma violenta e repressiva ditadura, os vários segmentos sociais buscavam por seus próprios meios a redemocratização, interessados em influenciar e acelerar o processo chamado de *abertura* conduzido pelo governo militar, ao fim do qual havia a promessa da devolução do poder aos civis. Na economia, uma imprevidente e malbaratada gestão das contas públicas e dos recursos nacionais custou caro ao país e tornou-o refém da crise econômica internacional, reduzindo sua capacidade de produção de riquezas, aumentando a histórica pobreza dos segmentos mais fragilizados da população e agravando uma cada vez mais injusta distribuição de renda.

Enquanto isso acontecia, de São José do Rio Preto, cidade do interior do estado de São Paulo, na época com cerca de 180 mil habitantes, um jovem chargista a tudo observava – o que se passava por perto e ao longe – e registrava sua opinião em charges diárias publicadas na imprensa local. Com que humor olhava para os acontecimentos do país! Ou, transformando a exclamação em pergunta: com que (tipo de) humor olhava para os acontecimentos do país e dava sua interpretação sobre eles?

Uma análise de sua produção e a busca dessa resposta, ainda que de forma incompleta, é a motivação central deste trabalho: uma investigação sobre humor e política, no que se encontra de peculiar nas charges produzidas por um autor específico, num período determinado.

O estudo vem documentar e adicionar à bibliografia existente o exercício do humor político realizado pelo chargista Ralfo José Barreto Furtado, o Ralfo – que é como assina sua produção de charges, cartuns, quadrinhos e ilustrações –, durante o governo do general João Batista Figueiredo, o último dos cinco generais-presidentes do regime ditatorial iniciado em 1964, cujo mandato se estendeu de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985.

Em 2015, com 56 anos de idade, Ralfo Furtado mora em São Paulo. Natural de São José do Rio Preto (SP), mas criado na pequena e vizinha Nova Granada, iniciou aos 20 anos, precisamente no ano da posse de Figueiredo, uma

carreira de chargista político de jornais diários que se estenderia até 1992, sempre publicando em jornais de São José do Rio Preto.

Mesmo vivendo na época em Nova Granada e São José do Rio Preto, a muitos quilômetros dos centros de poder, e atuando na imprensa interiorana, a importância do trabalho de Ralfo, do ponto de vista político, foi reconhecida por nomes de grande relevância no jornalismo brasileiro, como Lourenço Diaféria¹, que assim se referiu a ele, em 1984:

[...] Ralfo é um chargista que não erra o traço ao exprimir o que pensa, e o que pensamos nós, com o olho agudo e perfurante da melhor crítica. Sagaz, forte, e ao mesmo tempo sabedor do que quer proclamar por meio do desenho. [...] ele dá não apenas seu recado e sua mensagem: ele dá seu jeito de ser, sua juventude, e sua esperança de um dia termos um país onde a charge seja cada vez mais caricatura e cada vez menos retrato direto de nossa desfrutável realidade (DIAFÉRIA *apud* FURTADO, 1984, p. 9).

O *corpus* deste estudo é constituído por um conjunto de 570 charges, quase todas publicadas em três jornais diários de São José do Rio Preto entre 20 de novembro de 1979 e 26 de fevereiro de 1985². Esse material integra um arquivo no qual Ralfo guardou, em três volumes com um total de 505 páginas, recortes de tudo o que escreveu ou desenhou desde sua estreia no jornalismo, em 18 de maio de 1975, com 15 anos, como cronista do semanário *A Tribuna*, de Nova Granada, até a data de 1º de março de 1985, quando deixou de fazer o arquivo. Nas 505 páginas, a maioria com mais de um recorte colado, existem crônicas, charges, tiras em quadrinhos, ilustrações e reportagens, além de matérias de jornal em que Ralfo é personagem da notícia, e não autor.

Este trabalho está sobejamente enriquecido por depoimentos de Ralfo, tanto sobre sua trajetória de vida pessoal e profissional, quanto com o testemunho das emoções que o fazer artístico lhe proporciona. É um precioso autorretrato, no qual ele se desapega de vaidades ao analisar a dimensão política do seu trabalho naquele período e enfatiza, antes, os sentimentos simples e humanos de quem teve o privilégio de desfrutar, em sua juventude, do seu talento para o desenho, para levar informações e reflexões a seus leitores, através do humor. Sua

¹ O jornalista Lourenço Diaféria foi um dos prefaciadores, ao lado do cartunista Zivaldo e do dramaturgo Lauro Cesar Muniz, do livro-brochura *Ralfo – 8 Anos de Humor*, publicado em 1984, sobre o qual trataremos no Capítulo 3.

² Estão incluídas charges publicadas na revista mensal *Primeira Edição*, que circulou em São José do Rio Preto no período de junho de 1978 a julho de 1979.

disposição em colaborar para esse “mergulho” no mundo do chargista foi enorme – como se verá melhor no Capítulo 3. Não apenas cedeu o material descrito no parágrafo anterior, mas ainda colaborou, para subsidiar a pesquisa, escrevendo um longo e detalhado relato de sua vida³. Depois, nos anos de 2013 e 2014, trocou mais de cem mensagens de *e-mail* com este autor, respondendo perguntas e sanando dúvidas de todos os tamanhos, o que deu ao estudo uma densidade impossível de ser obtida apenas por meio de pesquisa bibliográfica. Evidenciou-se, nesse processo, a grande confiança e o respeito profissional que nos une há mais de 30 anos⁴.

O que o leitor tem em mãos é um estudo com pretensões *teórico-práticas* quanto ao *ler* charges, na medida em que apresentaremos um grande número de charges ao longo do trabalho, convidando o leitor, dessa forma, a participar do desafio de interpretá-las e desvendar-lhes “o espírito”, tanto quanto o sentido.

Sendo o humor, de natureza política, uma presença essencial na charge para que esta produza seus efeitos, vamos nos deter, ainda nesta introdução, na concepção de humor – principalmente no humor de transgressão – com base em autores que abordam o tema a partir de Freud, e observaremos a relação entre humor e ludicidade, por meio de autores que consideram o lúdico uma *linguagem* – conceito que utilizaremos em análises de charges neste trabalho.

A charge constitui-se num tipo bastante peculiar de produto de comunicação, que tem chamado a atenção de muitos pesquisadores, interessados, principalmente, em identificar as razões da produção de sentido desses desenhos às vezes estranhos, outras vezes familiares, que ora nos fazem rir, ora nos espantam, ou nos deixam em estado de alerta, ou nos causam indiferença, mas estão diariamente nos jornais, à procura de quem interaja com eles.

Os quatro elementos essenciais desse refinado gênero jornalístico estão resumidos na curta definição do historiador Luiz Guilherme Sodr e Teixeira

³ Publicado na íntegra em http://ralfofurtado.blogspot.com.br/2013_02_01_archive.html.

⁴ Este autor conhece Ralfo Furtado desde 1984. Foi quando ele veio estudar no Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Universidade Estadual de Londrina, onde eu era professor. Sempre nos identificamos muito, especialmente no senso de humor, que nunca lhe faltou e (acredito) nem a mim. Ele era um chargista, atividade que, faltando-me habilidade para o desenho, sempre admirei e invejei. Ao fim do curso, Ralfo mudou-se para São Paulo, mas continuamos ligados, como até hoje, através da revista Carga Pesada, disponível em: www.cargapesada.com.br, com periodicidade bimestral, que tem sede em Londrina, na qual exerce a função de editor de texto, e ele, as de ilustrador e repórter.

(2005), na obra em que esse autor discorre sobre as “trapaças da razão” provocadas pela charge para produzir seus efeitos: “a charge é um *desenho* de *humor* que estrutura sua linguagem como *reflexão* e *crítica social*” (grifos nossos). Sem o que, não é charge. Mas esse é apenas o início de sua caracterização.

A importância da charge, nos dias atuais, parece circunscrita ao espaço relativamente pequeno que elas ocupam nas páginas de editoriais de grandes e médios jornais pelo Brasil afora. É muito menos do que esse gênero de humorismo autoral já teve, quando foi grande atração de revistas de informação semanais, no passado. Hoje também já não se encontram publicações dedicadas exclusivamente ao humor nas bancas. Seria o caso de perguntar se existe uma “crise da charge” ou “crise do humor”, ou ambas – mas não é essa resposta que se procura neste trabalho.

Rozinaldo Miani (2012), em artigo no qual trata da charge como prática discursiva e ideológica, localiza suas origens, no Brasil, na linguagem caricatural do século XIX. Conforme interpretação consagrada por estudos voltados principalmente para a história do jornalismo, a caricatura teve intensa participação na vida social e política do Segundo Reinado, produzindo sátiras e ataques pessoais e demarcando uma nova posição do artista face à sociedade. Daí a conclusão do autor de que a charge,

[...] como acreditamos deva ser entendida, enquanto uma representação humorística, caricatural e de caráter político, satirizando um fato específico, é ‘herdeira da caricatura’; mudou de nome, mas continua a mesma em significado e função (MIANI, 2000, p. 61 *apud* MIANI, 2012, p. 39).

Outras características da charge ressaltadas por Miani (2012) são: sua presença predominantemente na produção comunicativa impressa; a natureza política do seu humor; seu objetivo de apresentar uma opinião a respeito de determinado acontecimento histórico; sua efemeridade, visto que costuma ser esquecida quando o acontecimento a que se refere se apaga da memória individual ou social, embora permaneça viva enquanto memória histórica; e sua natureza dissertativa, isto é, sua capacidade de revelar e defender uma ideia, traduzida a partir dos recursos e da técnica da ilustração.

Na apresentação física, a charge aparece em um único quadro e apenas muito raramente em mais de um, quando ocorre ao autor a necessidade de

divisão do espaço para expressar a sua ideia. Com muito mais frequência, no entanto – e esta é outra característica –, o desenho vem acompanhado de textos ou palavras, quando “o elemento linguístico se torna importante para explicitar a sua intencionalidade ou completar o sentido humorístico e político proposto pela ilustração” (MIANI, 2012, p. 41).

A charge, como já mencionado, apresenta uma opinião a respeito de determinado acontecimento histórico. Mas, por pretender fazê-lo utilizando a linguagem do humor, e num único quadro (desenho), seus implícitos podem tornar a interpretação do seu sentido um desafio para o leitor. Miani (2012) reconhece a autonomia interpretativa da charge, mas diz que não é possível analisá-la de maneira absolutamente autônoma por causa de outra de suas características: a intertextualidade, isto é, a charge está vinculada a um contexto comunicativo maior, no interior do qual se encontram as referências necessárias para compreender seu significado.

A esse respeito, Edson Carlos Romualdo (2000, p. 6), referindo-se especificamente às charges publicadas em páginas de editoriais de jornais, afirma que:

Embora possua características específicas, não podemos pensar a charge como um texto isolado, sem relações com outros textos, que aparecem não só no próprio jornal, mas também fora dele. [...] Se a charge contém a expressão de uma opinião sobre determinado acontecimento, este deve ser um fato importante, com muita probabilidade de aparecer em outros textos do jornal. Isso dá ao leitor a possibilidade de relacioná-los e, até mesmo, usar esses outros textos para auxiliar na interpretação da charge. Nos casos em que as relações intertextuais se dão com textos que não estão no jornal, cabe ao leitor fazer a recuperação desses intertextos, para inteirar-se mais profundamente da mensagem transmitida pelo texto chágico.

Ressalte-se, a propósito da afirmação acima, que é plenamente válida para quem vê a charge com olhos de pesquisador, perscrutando sentidos que podem ser inatingíveis ao leitor comum. Mas o leitor comum dificilmente se deterá em investigações intertextuais, no próprio jornal ou em outras fontes, ao se defrontar com a charge. Isolada na página de editoriais, eventualmente confundida como uma simples ilustração, esta sofre a concorrência de uma variada gama de formas de apresentação de informações pelo jornal, até mais familiares e diretas – títulos, fotos, legendas, gráficos etc.. Calcada no humor, e usando a linguagem do desenho,

a charge tem que “agir rápido” para conquistar a emoção, mais que a razão, do leitor.

Miani (2012) trata ainda da ideologia e da capacidade de persuasão de que a charge é portadora, na sua condição de linguagem e sistema de comunicação. Para isso, concorre o fato de que todo signo é ideológico, na medida em que é construído no ambiente social da comunicação, pela interação social, conforme a concepção do pensador russo Mikhail Bakhtin. O signo reflete e refrata uma realidade, observa Miani (2012, p. 43), apoiado em Bakhtin:

[...] reflete na medida em que se refere a uma realidade que lhe é exterior e refrata porque, dentro dos seus mais variados índices de valor possíveis, um se sobressai e outros se ocultam. Decorre dessa constatação que um mesmo signo tem significados diferentes de acordo com a situação histórico/social do sujeito e que todo e qualquer discurso se constitui como diálogo entre vários enunciados, estes construídos socialmente.

A diferença de significados de um signo, dependendo da situação histórico/social do indivíduo, pode ser melhor compreendida a partir do conceito marxista de ideologia. Karl Marx e Friedrich Engels verificaram, estudando o processo de divisão social do trabalho, que, embora a consciência esteja ligada às condições materiais de existência, isso não significa que as ideias nascidas da atividade material vão representar essa realidade, mas apenas o modo como essa realidade aparece a cada um na experiência imediata. Marx desvendou o fato de que a classe dominante de uma época, portanto historicamente definida, faz de suas ideias as ideias de toda a sociedade. A ideologia, neste sentido, passa a ser o processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se as ideias de toda a sociedade, permitindo assim a manutenção do domínio.

O italiano Antonio Gramsci acrescentaria que o processo que permite à classe dominante manter sua hegemonia ideológica não se dá apenas no campo das ideias, mas na própria “concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva” (GRAMSCI, 1984 *apud* MIANI, 2012, p. 44). Em outras palavras, a presença da ideologia se materializa por meio dos aparelhos privados de hegemonia.

Esses fatores, porém, segundo Gramsci, não impedem crises de hegemonia, o que leva Miani a considerar o conceito de ideologia, enquanto

fenômeno social, não apenas a expressão das ideias da classe dominante numa determinada época histórica (na sociedade capitalista, da hegemonia burguesa sobre o proletariado), “mas também a expressão das concepções políticas de cada uma das classes fundamentais da sociedade capitalista, num contexto de disputa de hegemonia” (MIANI, 2012, p. 45). Retomando Bakhtin, esse é um embate político, travado no campo de batalha social e que tem como instrumento privilegiado o uso da palavra na comunicação da vida cotidiana.

Conhecida, desta forma, a ligação entre ideologia e linguagem, Miani (2012) afirma que a charge, nesse contexto, “ganha força como reveladora de ideias e expressão ideológica de uma determinada posição política que está no exercício do poder”. Suas imagens podem contribuir na construção de um discurso persuasivo, com o fim de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos por quem as vê – aqueles a quem elas se dirigem.

Todas essas características e funções da charge se entrelaçam nas observações de Teixeira (2005), de fundo filosófico, segundo o próprio autor, mas que dão ênfase a aspectos psicológicos da relação da charge, como um tipo específico de imagem jornalística temperada com humor, com o seu leitor.

Numa conceituação voltada para a charge política publicada nas páginas de editoriais dos jornais, o autor a considera “produto típico de classe média, *alter ego* de seus leitores”, reprodutora de seus valores dominantes na reflexão e crítica social que proporciona. E acrescenta:

A charge é uma arma de grosso calibre a serviço da manifestação de uma ‘opinião pública’, canalizando sua agressividade latente contra quem se evidencia na atividade pública, na prática controversa da política. [...] a especificidade de seu discurso – informação por imagem – nos informa menos sobre a sociedade e mais do exercício de tolerância política que ela assegura a seus cidadãos. [...] é, sobretudo, um documento atípico, porque produz *verdade* através de personagens que carecem de *veracidade*, e porque registra a história a partir do que a história, objetivamente, não registra (TEIXEIRA, 2005, p. 11).

Como produto da história, a charge é resultado do estágio de desenvolvimento da técnica de produção de imagens tanto quanto outros produtos, mas, frisa Teixeira (2005), é um produto original na medida em que exige de quem a vê uma atitude bem diferente de quem lê um jornal, assiste a um filme ou devora um bom romance. Estes últimos estão em “atitudes próprias da sensatez dos costumes

e da razão cotidiana”, mas, de acordo com o autor, do leitor da charge se requer mais:

[...] a charge muda aquele que a observa, transformando-o num cúmplice de significações que só têm sentido no interior dessa relação de mútuo consentimento e plena aceitação. Duvidar, desconfiar de suas intenções significa traí-la [...] essa relação de fidelidade entre charge e leitor depende exclusivamente do que ela oferece e mostra. É esse jogo sutil entre o interdito e o permissivo – o defloramento do sujeito – que mantém sua cumplicidade e mútuo interesse: o desvendamento de uma verdade conhecida, ainda que oculta na banalidade do real, e que a charge revela com a finalidade de torná-la, assim, disponível, transparente (TEIXEIRA, 2005, p. 12).

Analisando a presença da charge na página de editoriais dos jornais, com o que ela tem de específico em termos de função e linguagem, o autor chega a se surpreender ao verificar sua valorização, em vista do que dizem os códigos de ética de comunicação a respeito de objetividade e imparcialidade da notícia, “uma vez que ela [a charge] não produz *outra* notícia, mas a *mesma*, com subjetividade e parcialidade”, transformando-se assim num “editorial às avessas”.

Teixeira (2005) conclui, no entanto, que o jornal tolera essa “transgressão diária *infiltrada* em suas páginas” porque ela é positiva para si próprio e para o leitor, ao dar a ambos a ilusão de quebra das regras que condicionam a relação que mantêm entre si e com a realidade.

Através da charge, jornal e leitor rompem com a racionalidade cotidiana a que estão condenados e da qual, momentaneamente, se libertam. [...] A “loucura” da charge equilibra o “excesso” de razão que marca o jornal, em particular, e a comunicação contemporânea, em geral (TEIXEIRA, 2005, p. 14).

Neste ponto, as reflexões de Teixeira (2005) a respeito da charge convergem com as que Umberto Eco fez a respeito do humor de transgressão. Segundo Eco (1989), o humor de transgressão se opõe ao texto trágico ou dramático porque este não apenas conta a história da violação de uma regra (código, marco social, lei ou conjunto de premissas sociais), mas reafirma a regra, enquanto no humor, para a produção do efeito cômico, o marco transgredido deve estar pressuposto, mas nunca explícito. É como funciona a charge!

Outra distinção feita por Eco (1989) é entre a comédia circense ou carnavalesca e o humor. Lembra que o poder político e social, ao longo dos séculos, tem sempre utilizado a comédia e o carnaval (este, um momento de transgressão

“autorizada”) para acalmar as multidões, enquanto as ditaduras sempre censuraram o humor, com suas paródias e sátiras. Aqui, mais uma vez, encontramos um papel para a charge, humorística e política por excelência. E podemos entender a importância da charge (e do humor) ao verificar que Luigi Pirandello, segundo Eco, dizia que, se o cômico é a percepção do oposto, o humor é o “sentimento” do oposto. O humor pode despertar simpatias, ternura ou sorrisos, e não apenas o riso. *“En la comedia nos reímos del personaje. En el humor sonreímos, debido a la contradicción entre el personaje y el marco con el que no puede cumplir el personaje. Pero ya no estamos seguros de que es el personaje quien está equivocado”* (ECO, 1989, p. 18).

Aí estão os mais importantes predicados da charge, vinculados ao humor. A charge não necessariamente nos faz rir, não nos “liberta”. Mas, ao trazer a lembrança do cotidiano, “da lei”, faz com que pensemos que talvez não haja uma boa razão para obedecê-la. Essa característica do humor, observa Eco (1989), enfraquece a lei, mesmo que não deixemos de perceber que estamos debaixo dos seus efeitos.

Chegamos até aqui sem apresentar e discutir a definição de humor, que é um elemento constitutivo essencial da charge e da nossa análise. Devemos preencher essa lacuna, especialmente depois de ver a distinção eminentemente política feita por Eco (1989) entre a comédia circense ou carnavalesca e humor, pela qual a primeira representa um instrumento do poder político utilizado para acalmar multidões e o segundo é alvo de censura das ditaduras, em razão de suas paródias e sátiras.

O humor tem sido objeto de instigantes estudos feitos por psicanalistas, que buscam nos poucos textos de Freud a respeito do tema inspiração para refletir sobre a hipótese da sua apropriação como instrumento eficaz dentro do exercício psicanalítico. Trazemos as reflexões de dois autores brasileiros, Daniel Kupermann (*Ousar rir: humor, criação e psicanálise*) e Abrão Slavutzky (*Humor é coisa séria*), de agradável leitura, pontuando aspectos relevantes para o nosso assunto – a charge.

Freud escreveu apenas dois textos sobre o humor, lembra Kupermann (2003): “Os chistes e sua relação com o inconsciente” (1905) e “O humor” (1927). O que surge neles é um humor

[...] dotado de uma dignidade particular, sobretudo “não é resignado, mas rebelde”. [...] é a afirmação radical do erotismo e do desejo frente à adversidade, representada, no exemplo preferido de Freud, pela figura inexorável da morte. A anedota é conhecida, contada e recontada. Um criminoso que estava sendo levado à força em uma segunda-feira comenta: “É, a semana está começando otimamente”. Humor triunfal, jubilatório e alegre, é ao mesmo tempo lúcido e trágico [...]. O humor freudiano, em sua associação íntima com a morte, é tragicômico; ou, em uma definição mais precisa, *grotesco* (KUPERMANN, 2003, p. 19).

Freud via o humor como uma virtude combativa e fazia suas próprias “charges” (o desenho fica a cargo da imaginação de cada leitor). Foi o que aconteceu no episódio em que, ao saber que seus livros estavam incluídos nas queimas realizadas pelos nazistas nas praças das cidades e nos centros universitários alemães, o pai da psicanálise comentou, em 10 de maio de 1933: “Que progressos estamos fazendo. Na Idade Média, teriam queimado a mim; hoje em dia, eles se contentam em queimar meus livros” (GAY, 1989 *apud* KUPERMANN, 2003).

Esse humor espirituoso era investido como um instrumento de emancipação intelectual e política e representava um movimento surgido na Alemanha no início do século XIX, do qual Freud tornou-se herdeiro. Pensadores influentes defendiam a força criadora do humor e acreditavam que uma “cultura chistosa” poderia produzir o novo na Alemanha, frente à inércia psíquica da mentalidade alemã.

Mas o que é risível para Freud? Kupermann (2003, p. 21) encontra três indicações em sua obra:

[...] a piada, ou seja, a manifestação das pulsões sexuais e agressivas que se encontrava inibida pelo recalque [...]; o parricídio, considerando que o banquete festivo no qual o pai da horda é devorado após ser morto está na origem de todos os festivais e carnavais posteriores; e a morte, assim como a vida, motivo de pilhéria para o humorista.

É relevante para nós, que estamos tratando do humor na charge, a observação de Kupermann (2003) de que em comum a esses três momentos, nos quais o riso é de forma mais ou menos explícita abordado por Freud, encontra-se a transgressão. Relevante porque, vimos há pouco, Umberto Eco faz uma distinção política entre a comédia circense ou carnavalesca e o humor, dando apenas ao humor a capacidade da transgressão, com suas paródias e sátiras, que obriga as

ditaduras a reagir com a censura, enquanto, ao contrário, a comédia e o carnaval são usadas pelo poder político e social para acalmar as multidões.

Freud, no entanto, não fará esta distinção. Na piada, segundo ele, também há uma “transgressão autorizada” – mesma expressão utilizada por Eco em referência ao carnaval – na qual a suspensão da repressão e do recalque permite que se obtenha uma certa cota de satisfação pulsional, “ao mesmo tempo em que se reafirma o laço social” (KUPERMANN, 2003, p. 22). A diferença entre a ótica de um e de outro parece estar nisto: enquanto Eco supõe que o riso da comédia e o brincar o carnaval “autorizado” esgotam seus benefícios (se existem) para o indivíduo quando terminam, Freud pensa que uma simples piada *reafirma o laço social* – uma consequência social e política. Donde, pode-se talvez concluir que talvez não haja piadas totalmente ingênuas e sem conotação política no interior de um gênero como a charge; só por estarem ali, só por estarem à procura de alguém que as encontre e se satisfaça com elas, transmitem seu valor político e reafirmam o laço social.

Em reforço a essa argumentação, encontramos em Kupermann (2003, p. 23) a afirmação de que Freud define chiste e humor como manifestações do cômico. O autor supõe que uma distinção entre ambos não seja relevante, “uma vez que ambos caracterizam processos sublimatórios⁵, e o interesse de Freud por um ou outro é concordante com a sua teorização da sublimação”.

Quanto ao parricídio – o segundo motivo para rir, segundo Freud –, trata-se, na antropologia mítica freudiana, do ato assassino que permitirá a instauração da ordem social, de tal forma que transgressão e lei aparecem associadas no momento do nascimento da cultura, confirmando que o mundo “ao qual originalmente pertence o riso é, ao mesmo tempo, transgressão das regras que regem o funcionamento social – o mundo utilitário do trabalho – e rememoração do vínculo afetivo que sustenta o laço social. Daí a necessidade, indicada por Freud, de ser repetido de tempos em tempos” (KUPERMANN, 2003, p. 22).

Já em relação à iminência da morte, o humorista, ao brincar com ela, transgrediria o princípio de realidade em benefício do princípio do prazer, autorizado pelo superego (sua consciência moral).

⁵ Na psicologia e psicanálise, sublimação foi um termo introduzido por Sigmund Freud que designa um mecanismo de defesa do “eu”, em que determinados impulsos inconscientes são integrados na personalidade e culminam em atitudes com valor social positivo. Um exemplo de sublimação pode ser um lutador de boxe, por exemplo, que direciona a sua agressividade para o esporte, uma vez que dentro do ringue essa manifestação é socialmente aceitável.

Abraão Slavutsky (2014), também psicanalista, se detém na definição de rebelde, considerando que a rebeldia é o aspecto central do humor em Freud. O adjetivo, a princípio, tem uma carga negativa – é estar contra, não se submeter, ser insubordinado, desobediente, teimoso, resistir à autoridade. No entanto, observa Slavutsky (2014), também existe uma forma positiva de se pensar o rebelde, como sendo aquele que primeiro mudou de ideia ao pensar algo de errado com a sociedade.

O rebelde é como um crítico, livre para pensar, irreverente, desafiante do proibido. Os artistas são rebeldes, os cientistas que não se conformam com o já descoberto, os que contestam poderes autoritários e os inovadores em geral. O que há de comum entre todos é a coragem de criar, e criando desafiam. O rebelde é contra as regras rígidas e intolerantes. Quando são vitoriosos, são exaltados, chegam a ser tratados com destaque. Quando os rebeldes fracassam, são relegados, marginalizados, alguns presos e até mortos (SLAVUTSKY, 2014, p. 185).

A própria condição humana começa com a rebeldia, afirma Slavutsky, lembrando a história do Paraíso na Bíblia, onde Adão e Eva tinham de tudo, menos o saber e, num gesto de rebeldia, comeram o fruto proibido da árvore do conhecimento, rompendo com a natureza e dando origem à cultura e ao erotismo. “Deveríamos ter uma dívida de gratidão com Eva, que nos presenteou com as riquezas e variações do erotismo” (SLAVUTSKY, 2014, p. 186).

Na Grécia, Prometeu foi desobediente, roubou o fogo dos deuses e entregou-o aos homens, num gesto que foi decisivo para o futuro da civilização. Muitos acham que o domínio do fogo foi a maior das conquistas humanas.

A rebeldia, no entanto, cobra um preço daqueles que, buscando conhecimento e não estando felizes com o que já conquistaram, se mostram audaciosos diante do estabelecido como verdade e exercitam sua liberdade e criatividade. “A rebeldia do humor e do riso ao longo da história gerou tensões, censuras e perseguições, entre elas as que ocorreram no mundo do sagrado”, afirma Slavutsky (2014, p. 187), lembrando que a religião depende, em boa medida, do medo do ser humano para manter seu poder, razão pela qual, no seu âmbito, o peso da obediência divina, do pecado, da culpabilidade, da humildade é muito maior que o do humor e do riso – estes tiveram de arcar, no cristianismo da Idade Média, com uma “reputação diabólica”.

Para o humor, os tempos começaram a mudar no século XV:

Nessa época, desenvolveu-se a ideia de que, diante do grande medo, era preciso o grande riso, como ocorre no *Decameron*, de Boccaccio. Nele se contam histórias engraçadas, nas quais o sagrado não é poupado [...]. A arte, mais uma vez, pôde transformar a sofrida realidade e diminuiu o poder do medo, gozando dos perseguidores. [...] a arte brincou com as seriedades. As obras de Boccaccio e Rabelais no Renascimento são os exemplos dessa mudança, tempos mais rebeldes. [...] Aparecem gênios do nível de Leonardo Da Vinci, Michelangelo, Cervantes e Shakespeare (SLAVUTSKY, 2014, p. 189-190).

Após esse grande momento, retorna o conservadorismo com a aliança entre a Igreja e a monarquia absoluta, contra o carnaval e outras festas populares. Mas esse intervalo não duraria. No século XVIII, ocorre a ascensão dos valores individualistas, e humor e liberdade passam a caminhar juntos. Pouco depois, Kant exalta a graça e o poder curativo do riso. Escreve que o riso é um efeito da transformação de uma experiência tensa em nada. Relaciona a música com a anedota, que podem proporcionar intensos prazeres com sua versatilidade. Segundo Slavutzky (2014, p. 191), “as ousadias criativas de Kant seguem o que ele propôs: *sapere aude!* Ousar saber, o homem deve ousar pensar por si mesmo, uma difícil tarefa”. Para a qual se pode contar com a colaboração dos chargistas, diríamos nós.

Temos, em Kant, mais uma vez enfatizado o valor do riso, mesmo que seja o de uma simples anedota – não tão simples, não tão aparentemente inútil, posto que, para ele, a mera transformação de uma experiência tensa em nada, atestada pelo riso, é parte do ousar pensar por si mesmo. Nesse ponto, ocorre uma associação com a visão de Freud, quando este, como já citado, não faz distinção entre chiste e humor – ambos podem levar ao riso (não importa quanto) e ambos são manifestação de espirituosidade. Eleva-se, em Freud, a relevância do chiste à condição de humor, quanto a seus efeitos.

Dentro desta perspectiva, somada à ideia de que a rebeldia, desencadeadora do humor, está na origem da própria condição humana, como se viu na trajetória de Adão e Eva no Paraíso, verifica-se a necessidade de dar atenção às fontes infantis do humorismo e ao seu estatuto de ilusão criativa. Mais uma vez, encontramos aqui, em enunciados freudianos, uma ligação estreita com o humor da charge.

A infância é tida como a fase lúdica da vida, sendo o adjetivo lúdico tomado com relação a jogos, brinquedos e divertimentos das crianças – atividades que não são “sérias”. No entanto, Kupermann (2003, p. 24-25) chama a atenção para o fato de que a *razão lúdica humorística*

[...] insiste em nos recordar que a vida psíquica não é regida única e exclusivamente pela lucidez unidimensional moldada pelo cientificismo moderno. Nesse sentido, o humor, assim como o brincar infantil, não se contrapõe ao que é sério – no sentido daquilo que merece atenção, cuidado e investimento libidinal – mas a uma realidade deserotizada e à lucidez melancólica criadas por uma visão de mundo que cindiu, inelutavelmente, o princípio do prazer e o princípio de realidade.

Conclui o autor que a guinada dada por Freud na conceituação da sublimação só foi possível a partir de quando abdicou do paradigma cientificista e abraçou o paradigma estético, fazendo então a articulação entre o brincar infantil e a criação artística.

Tratando da charge, ou da maioria das charges feitas pela maioria dos chargistas, e principalmente de muitas das charges do cartunista Ralfo, que são objeto deste estudo, vemos que a palavra *lúdico* é bastante adequada para definir a forma como o autor realiza o (e se realiza no) seu humor. O lúdico que remete ao jogo, ao divertimento quase infantil de quem fez a charge, em vista do prazer que sente em propor aquele jogo ao leitor e na expectativa de proporcionar um prazer também lúdico àquele que lê a charge e, assim, participa do jogo.

Christianne Luce Gomes, pesquisadora da área de Educação, nos revela, num texto sobre o verbete *lúdico* para um dicionário especializado sobre o tema do lazer, que tal adjetivo pode perfeitamente ser utilizado para a nossa finalidade, desde que ultrapassemos o sentido que o senso comum lhe empresta. O senso comum

[...] restringe o lúdico a uma única fase da vida – a infância. Assim, reforça a crença de que pessoas de outras faixas etárias, preocupadas com as coisas “sérias” da vida, não podem se entregar às chamadas “atividades lúdicas”, nas quais predomina um suposto caráter inútil-improdutivo. [Além disso, para o senso comum] o vocábulo lúdico refere-se apenas aos jogos, aos brinquedos e aos divertimentos das crianças, quando existe uma infinidade de manifestações culturais construídas socialmente pela humanidade. As manifestações constituem patrimônio cultural e refletem os valores, regras, tradições e costumes de determinado grupo social em diferentes contextos e épocas (GOMES, 2004, p. 142).

O lúdico não tem caráter inútil-improdutivo, nem se refere apenas aos brinquedos e aos divertimentos das crianças. Depois de apresentar as concepções e características do lúdico em diversas óticas, a autora elege a abordagem de José Alfredo Debortoli como a mais acertada: este vê o lúdico como “uma das dimensões da linguagem humana, possibilidade de expressão do sujeito criador que se torna capaz de dar significado à sua existência, ressignificar e transformar o mundo” (GOMES, 2004, p. 145).

O lúdico é, assim, *linguagem* – e isto nos interessa de perto quando tratamos do humor e da produção de sentido na charge. Gomes (2004) sugere mesmo a busca de fundamentos em autores como Mikhail Bakhtin para ampliar a compreensão do lúdico enquanto linguagem.

Segundo ela, o lúdico, sendo linguagem humana,

[...] pode manifestar-se de diversas formas (oral, escrita, gestual, visual, artística, dentre outras) e ocorrer em todos os momentos da vida – no trabalho, no lazer, na escola, na família, na política, na ciência etc. [...] Mas as práticas culturais *não são lúdicas em si* (grifo no original). É a interação do sujeito com a experiência vivida que possibilita o desabrochar da ludicidade (GOMES, 2004, p. 145).

Em virtude desse aspecto, o lúdico constitui uma forma de fruir a vida social pela exaltação dos sentidos e das emoções, mesclando “alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, satisfação e expectativa, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite. Pressupõe, dessa maneira, a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido, e não apenas do produto alcançado” (WERNECK, 2003 *apud* GOMES, 2004, p. 145).

Nessa direção, como Gomes (2004), entendemos o lúdico “*como expressão humana de significados da/na cultura referenciada no brincar consigo, com o outro e com o contexto*” (grifo no original), sendo essa a maneira como se apresenta, no mais das vezes, como veremos, o trabalho de Ralfo Furtado como chargista.

O brincar do chargista, porém, o lúdico do chargista, produz resultados “sérios” como qualquer outra atividade humana, posto que o lúdico reflete as tradições, os valores, os costumes e as contradições presentes na sociedade. É, portanto, construído culturalmente e cerceado por fatores como normas políticas e sociais, princípios morais, regras educacionais e condições concretas de existência, conforme Gomes (2004).

Mesmo tendo o brincar como referência, o lúdico representa uma oportunidade de (re)organizar a vivência e (re)elaborar valores, os quais se comprometem com determinado projeto de sociedade.

Pode contribuir, por um lado, com a alienação das pessoas: reforçando estereótipos, instigando discriminações, incitando a evasão da realidade, estimulando a passividade, o conformismo e o consumismo; por outro, o lúdico pode colaborar com a emancipação dos sujeitos, por meio do diálogo, da reflexão crítica, da construção coletiva e da contestação e resistência à ordem social injusta e excludente que impera em nossa realidade (GOMES, 2004, p. 145).

O exame do trabalho de Ralfo como chargista, suas fontes de humor e a forma como realizou o exercício do lúdico, no trabalho que desenvolveu nos anos do governo Figueiredo, surgirão nas páginas a seguir.

O próximo capítulo traz um levantamento bibliográfico com uma revisão histórica do período do governo Figueiredo e seus antecedentes. Procurou-se fazer uma leitura condizente com a ênfase dada por Ralfo em seu trabalho de produção de análises e emissão de opiniões a respeito dos fatos da política e da economia. Ao longo do texto, estão publicadas 25 charges relacionadas com os assuntos tratados. Produziu-se, assim, uma “nova” intertextualidade, na qual a história é nova – pois narrada nos dias de hoje – mas as charges, da época original, podem nos transportar com ampla fidedignidade àquele período.

O terceiro capítulo trata da trajetória de Ralfo Furtado como chargista e da percepção construída por ele a respeito de seu trabalho. É o depoimento ilustrado de um chargista. São apresentadas informações de ordem biográfica, enriquecidas com suas respostas a uma entrevista em profundidade feita pelo autor do estudo. A entrevista em profundidade é uma técnica de pesquisa qualitativa que explora um assunto buscando “informações, percepções e experiências de informante para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”, tendo a vantagem de “permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas” (DUARTE, 2012, p. 62). O depoimento de Ralfo foi dado quase totalmente por escrito, com a clareza, objetividade e coloquialidade dos melhores redatores. O capítulo é ilustrado não apenas com significativo número de charges, mas com outros documentos relacionados à sua atividade como jornalista, muito voltada para o humorismo.

Já o quarto e último capítulo é dedicado à análise de charges agrupadas em temas escolhidos pelo autor do estudo, num exercício em que se pretende aprofundar a inter-relação entre a teoria e o material que motivou a presente pesquisa. Foram escolhidos quatro temas, com diferentes números de charges, totalizando 18 desenhos. Também nesta parte, Ralfo tem participação, fornecendo respostas a uma entrevista qualitativa. Por um lado, procuraremos perceber e demonstrar o que há de comum, no trabalho de Ralfo Furtado, com a charge como prática histórica do humor político, e, por outro, queremos apontar o que aparenta ser característico, em seu trabalho, de um trabalho original, que o distingue dos demais chargistas.

2. O GOVERNO FIGUEIREDO: ANTECEDENTES E HISTÓRIA

O Figueiredo era o menos "preparado" dos generais-presidentes [que governaram o Brasil de 1964 a 1985], parecia a "rapa do tacho". Era mesmo para ser o último. Ele não sabia nem mentir. Não gostava de ser presidente. Não fazia questão alguma de demonstrar apego pelo seu cargo. Não via a hora de pegar o boné e ir embora, voltar para o anonimato. Os outros generais eram competentes no papel de ditadores, vestiam o figurino de ditadores, estavam ali para serem odiados como ditadores e patronos de assassinos e torturadores. O Figueiredo parecia estar lá à força.

Ralfo Furtado

A singular imagem que o chargista Ralfo transmite do presidente João Baptista Figueiredo, comparando-o com os generais-presidentes que o antecederam no período ditatorial iniciado em 1964 com a derrubada do presidente João Goulart por forças conservadoras por meio de um golpe militar, traz à tona um fato relevante para o trabalho dos humoristas em geral – e dos chargistas em particular – na época em que Figueiredo foi presidente (1979-1985): já se instalava, no Brasil, desde o início de seu mandato, um ambiente de muito maior liberdade de pensamento, expressão e ação política, do que se vivia antes.

Desde o golpe de 1964, a escalada de intolerância política, arbitrariedades e violência do regime militar, que se iniciou com o apoio e em nome dos setores mais conservadores da sociedade, apenas crescera, tendo sido a edição do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, o ponto culminante desse processo. Os efeitos do AI-5 perduraram por 10 anos.

No entanto, quando Figueiredo assumiu, já vinha com a missão de completar o processo iniciado no mandato anterior, do general Ernesto Geisel, de retirada dos militares da política, e muitas medidas de descompressão tinham entrado em vigor, não por estrita vontade dos militares, mas por circunstâncias políticas e econômicas internas e externas, e devido à crescente organização e mobilização da sociedade civil em favor da redemocratização do país.

Não por acaso, o jornalista e pesquisador Bernardo Kucinski (1991) delimita entre 1964 e 1980 o período da "ditadura militar", que em geral as citações históricas prolongam até 1985, quando se encerra o mandato de Figueiredo e toma posse um presidente civil.

O marco de Kucinski (1991) para o fim da ditadura está ligado a várias medidas tomadas antes de 1980, entre elas o fim do AI-5 e o fim da censura

prévia no rádio e na televisão, de 1978, e a Lei da Anistia, de 1979, que permitiu a volta ao país de centenas de exilados políticos. Com base nesses mesmos marcos, o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2014, p. 93) delimita em 15 anos a duração da ditadura e atribui a Geisel, e não a Figueiredo, a designação de “último ditador”.

O alargamento das liberdades, na transição para o afastamento dos militares da política, fez com que, no governo Figueiredo, o presidente em pessoa, seus principais auxiliares e os políticos que os apoiavam estivessem frequentemente no alvo de grande parte da imprensa e do humor contundente de chargistas e articulistas. A sociedade civil reorganizou-se e ampliou seu poder de reivindicação e participação, a política partidária ganhou novos contornos, e a imprensa, dando cobertura a esses eventos, expunha críticas ao governo.

O texto a seguir constitui-se de uma revisão bibliográfica que traz os antecedentes históricos e traça um panorama dos principais acontecimentos políticos e econômicos e da situação social vivida durante o mandato de Figueiredo. Tem a função, neste trabalho, de proporcionar um suporte de intertextualidade ao leitor, informando o contexto comunicativo maior, como citado por Rozinaldo Miani (2012), no interior do qual se encontram as referências necessárias para compreender o sentido das charges de Ralfo publicadas à época. Várias dessas charges estão distribuídas ao longo do texto, embora não sejam alvo de análise neste capítulo. O trabalho de análise de charges será apresentado no Capítulo 4.

2.1 A ABERTURA DE GEISEL

Na classificação dada por Reis Filho (2014), João Baptista Figueiredo foi o primeiro presidente do período da *transição democrática*, compreendido entre 1979 e 1988 – ano da promulgação da atual Constituição, elaborada por uma Assembleia Nacional Constituinte. Estava a serviço de um projeto urdido no interior de um governo militar, cujo objetivo limitava-se a encontrar uma saída “honrosa” para os militares ante o longo período autoritário que impuseram ao país.

Esse projeto havia nascido no governo Geisel, iniciado em 1974, com o nome de *distensão*, e visava, de acordo com Reis Filho (2014), superar o regime ditatorial vigente, mas viabilizando um Estado autoritário num quadro jurídico definido, sem ditadura.

[...] Em termos militares, [a *distensão* representava] uma retirada, uma das operações mais complicadas e delicadas. Qualquer descuido, como se sabe, e a retirada viraria debandada. Era necessário o maior cuidado para que as coisas se passassem em ordem e em paz. Daí porque a distensão deveria ser, conforme Geisel anunciou em agosto de 1974, lenta, gradual e segura. Lenta, sem pressa, devagar; gradativa, por etapas, de modo que se pudesse avaliar, a cada momento, [...] os desafios a serem enfrentados; e segura, sob controle, com a máxima segurança possível (REIS FILHO, 2014, p. 98-99).

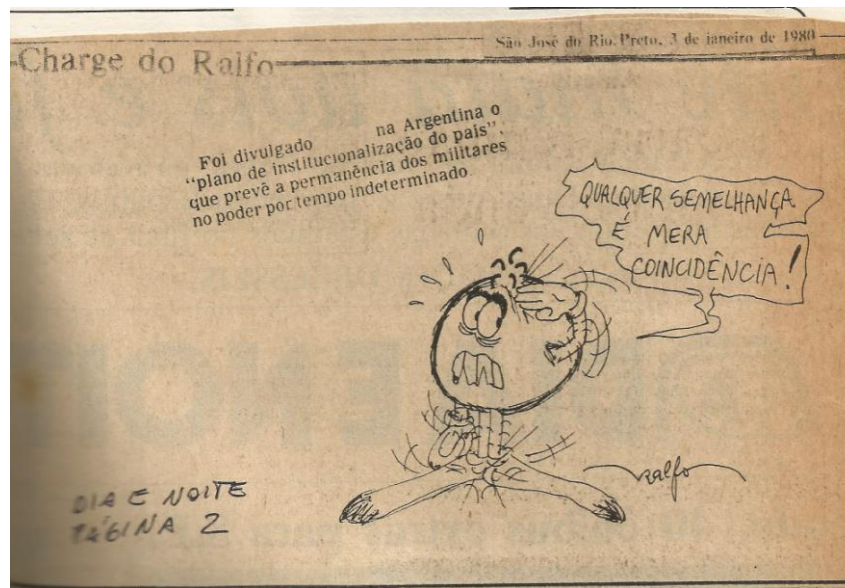
A *distensão*, que logo passaria a ser chamada de *abertura*, tinha apoios relevantes entre setores políticos conservadores e contava com um importante mentor, o general Golbery do Couto e Silva⁶. Sua consecução, porém, encontraria dois importantes obstáculos: a repentina triplicação do preço do petróleo nos mercados internacionais, causada pelos países árabes produtores de petróleo em represália ao apoio dos países do Ocidente a Israel numa guerra iniciada em setembro de 1973; e a votação esmagadora dada pela população brasileira aos candidatos da oposição nas eleições para o Senado de outubro de 1974. Segundo Kucinski (1982, p. 14),

[...] o novo preço do petróleo minou a base econômica do “milagre brasileiro”, encerrando uma fase de expansão espetacular do capitalismo, da qual o “milagre” era ao mesmo tempo uma consequência e uma de suas manifestações mais notáveis. E o protesto maciço pelo voto trincou a fachada do regime, acabando com suas tentativas de legitimação política. O sistema eleitoral, pelo qual o governo deveria vencer sempre, acabara [...] transformando-se num plebiscito contra o regime.

“Milagre brasileiro” foi o nome dado ao *boom* vivido pela economia do país no período de 1968 a 1974, durante o qual, com Delfim Neto no Ministério da Fazenda, o PIB subiu à média anual de 10,9%, liderado pelo crescimento da indústria, a inflação ficou na média de 17% e as reservas monetárias subiram de US\$ 656 milhões em 1969 para US\$ 6,417 bilhões em 1973. Na ótica do historiador norte-americano Thomas Skidmore (1988, p. 276), o rápido crescimento econômico tinha “legitimado” o regime, especialmente aos olhos da classe média.

⁶ Golbery era chefe da Casa Civil de Geisel e iniciaria o governo Figueiredo no mesmo cargo e com a mesma função.

Figura 1



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Uma notícia da Argentina foi pretexto para Ralfo, recorrendo ao personagem que ele apelidou de Tiririca⁷, ironizar a longevidade da permanência dos militares no poder no Brasil e manifestar desconfiância da anunciada *abertura*.

Ao mesmo tempo, porém, o período iniciado em 1968 foi o mais cruel da história da ditadura, do ponto de vista da repressão e da violência. Não que o período anterior tivesse sido ameno. Dado o golpe de Estado de 1964 a pretexto de “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares” e “restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais”⁸, o governo imposto em seguida iniciou imediatamente o uso dos “atos institucionais”, seus instrumentos legais de repressão, que viriam a ser editados várias vezes pelos presidentes militares.

Conforme José Murilo de Carvalho (2013), o primeiro ato institucional foi baixado dias depois do golpe, para cassar os direitos políticos de grande número de líderes políticos, sindicais, intelectuais e de militares, decretar

⁷ O personagem Tiririca aparece com certa frequência nas charges de Ralfo, sempre transmitindo o pensamento do chargista, e algumas vezes representando sua própria pessoa. Ralfo o define e explica da seguinte maneira: “O Tiririca era como uma bola de pelos, de poeira, dessas do chão do banheiro, uma coisa disforme, com um pezão (*sic*) e luvas nas mãos (como o Mickey). Ele dava cara ao anônimo, era todo mundo sem ser ninguém. Ele fazia ‘o outro’ na piada” (FURTADO, 2014).

⁸ Frases do manifesto expedido em 30 de março de 1964 pelo chefe do Estado-Maior do Exército, Castelo Branco, que deu início à rebelião militar contra o governo Goulart, citadas por Skidmore (1988, p. 45). O general Castelo Branco foi o primeiro presidente da ditadura.

aposentadorias forçadas de funcionários públicos, intervir em sindicatos e fechar órgãos de cúpula do movimento operário e do movimento estudantil. Em 1965, foi abolida a eleição direta para presidente da República, dissolvidos os partidos políticos e criado um sistema de dois partidos – a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), situacionista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista. O presidente da República ganhou poderes para dissolver o parlamento, intervir nos estados, decretar estado de sítio. Aumentou-se o número de juizes de tribunais superiores a fim de nomear partidários do governo. O direito de opinião foi restringido e juizes militares passaram a julgar civis em causas relativas à segurança nacional. Em 1966, foram estabelecidas eleições indiretas também para governadores e estabelecidas regras para a incorporação dos atos institucionais a uma Constituição que entraria em vigor em janeiro de 1967, concentrando poderes no Executivo.

Mas o autoritarismo do regime chegaria ainda mais fundo com a edição, em dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5, o mais radical de todos, em resposta a mobilizações da sociedade que teimavam em não cessar, com greves de operários e marchas de estudantes pela democracia. Por meio do AI-5, o governo fechou o Congresso temporariamente e ainda suspendeu o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional. “O presidente Costa e Silva passou a governar ditatorialmente” (CARVALHO, 2013, p. 162).

O ponto culminante das medidas repressivas foi atingido no governo seguinte, do general Garrastazu Médici. Na data da posse de Médici, 17 de outubro de 1969, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 1, que concentrou mais poderes nas mãos do presidente da República. Uma nova Lei de Segurança Nacional incluiu a pena de morte por fuzilamento. Jornais, rádios, televisões, livros e outros meios de comunicação passaram a ser submetidos à censura prévia no início de 1970. Jornais críticos do governo, da chamada imprensa alternativa (ou nanica), foram bastante penalizados, entre eles *O Pasquim*, do Rio de Janeiro, inovador e popular. Até o centenário *O Estado de S. Paulo*, um baluarte do conservadorismo, ganhou a presença de um censor em sua redação.

Em resposta à falta de alternativa para a oposição legal, grupos de esquerda começaram a agir na clandestinidade, adotando táticas militares de guerrilha urbana e rural. Em setembro de 1969, sequestraram o embaixador norte-

americano⁹. Aos sequestros e assaltos a bancos, a repressão respondia com prisões arbitrárias, tortura de presos e assassinatos. Opositores assassinados eram dados como desaparecidos ou mortos em acidentes de carro. A imprensa era proibida de divulgar qualquer notícia que contrariasse a versão das “forças de segurança”.

Para obter esse grau de eficiência, a máquina da repressão cresceu rapidamente. Logo o Brasil estaria convertido num “estado policial”, no dizer de Kucinski (1982, p. 17):

Subversão combate-se muito mais com vigilância, delação, espionagem e tortura, do que com tanques e canhões. Assim, quando a luta contra as guerrilhas chegou ao fim, em 1972, estava consolidado um estado policial, uma complexa teia de organismos de espionagem que tinha no seu centro nevrálgico o Serviço Nacional de Informações.

Figura 2



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O vermelho “comunista” da roupa do Papai Noel podia fazer com que agentes do regime o levassem preso, na ótica do chargista, que, sem-cerimônia, aproveita para convidar os leitores para uma “Missa dos Motoqueiros”.

⁹ Dois grupos da esquerda armada, a Dissidência Universitária da Guanabara e a Aliança Libertadora Nacional (ALN), raptaram o embaixador Charles B. Elbrick no dia 4 de setembro de 1969, no Rio de Janeiro, e exigiram a libertação de 15 presos em 48 horas. O governo atendeu. O embaixador saiu livre e ileso (MARTINS, 2015).

O número de agentes em tempo integral ou parcial do complexo de redes de informação do governo foi estimado, em junho de 1980, em 250 mil pela revista *Isto É*, de acordo com Kucinski (1982). Incluindo os colaboradores, pode ter chegado a 1 milhão o número de membros, formando um sistema comandado pelo chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha *status* de ministro de Estado e poder de veto sobre todas as contratações de funcionários públicos do país.

Quando Geisel tomou posse, em 1974, praticamente não havia âmbito da vida social e política em que a ditadura não tivesse interferido, ditando regras autoritárias num ambiente repressivo que em nada lembrava o período das liberdades democráticas vigentes antes de 1964. Um cenário assim descrito por José Murilo de Carvalho (2013, p. 163):

A censura à imprensa eliminou a liberdade de opinião; não havia liberdade de reunião; os partidos eram regulados e controlados pelo governo; os sindicatos estavam sob constante ameaça de intervenção; era proibido fazer greves; o direito de defesa era cerceado pelas prisões arbitrárias; a justiça militar julgava crimes civis; a inviolabilidade do lar e da correspondência não existia; a integridade física era violada pela tortura nos cárceres do governo; o próprio direito à vida era desrespeitado. As famílias de muitas das vítimas até hoje não tiveram esclarecidas as circunstâncias das mortes e os locais de sepultamento. Foram anos de sobressalto e medo, em que os órgãos de informação e segurança agiam sem nenhum controle.

Figura 3



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: A sujeira das ruas, provocada pelo grande número de andorinhas, era causa de debate na cidade. O tema serve ao objetivo do chargista de expor as restrições à liberdade política e de pensamento no país.

Esse era o quadro que Geisel, com Golbery, cogitou superar, através da distensão – a retomada de um projeto de Estado autoritário, mas sem ditadura, que havia sido tentado, sem sucesso, por Castelo Branco, o primeiro general-presidente após a derrubada de João Goulart.

Um dos problemas mais delicados a ser enfrentado, observa Reis Filho (2014), estava no interior das próprias Forças Armadas, nos aparelhos criados para combater a esquerda em armas:

O restabelecimento do estado de direito, por mais autoritário que fosse, tenderia a enfraquecê-los. Por isso cedo se oporiam de todas as maneiras à progressão do projeto do governo, configurando-o como uma “traição” aos ideais “revolucionários” e hostilizando, cada vez mais abertamente, seus líderes – Geisel e Golbery (REIS FILHO, 2014, p. 101).

A divergência de opiniões geraria contradições e conflitos internos que continuariam a se manifestar até o início dos anos 1980. Já no outro extremo, o

das esquerdas revolucionárias, os riscos eram pequenos, porque estavam desarticuladas, com muitos de seus militantes presos ou exilados. Entre os dois polos, situavam-se os setores das oposições moderadas, que se agrupavam no MDB e sob a proteção da Igreja Católica, e estavam dispostos a denunciar a ditadura e lutar contra ela explorando as restritas brechas legais.

O primeiro grande desafio que a política de distensão enfrentaria estava reservado para as eleições legislativas previstas para 1974. “A distensão, para ganhar fôlego, precisava adquirir respaldo e consistência política” (REIS FILHO, 2014, p. 104). Era um teste que o sistema de governo vigente no Brasil estava acostumado a vencer: apesar de todo cerceamento à atividade política, desde 1964, salvo em curtas interrupções, o Congresso permaneceu aberto e em funcionamento, com deputados e senadores eleitos pela população. Pelo sistema bipartidário imaginado, o partido do governo, a ARENA, seria sempre majoritário, avalizando mesmo os mais repressivos projetos do regime. “A ARENA legitimou com seu voto todos os candidatos a presidente impostos pelos militares. Seus políticos foram sempre instrumento dócil do regime” (CARVALHO, 2013, p. 165). Já o MDB, de oposição, deveria conformar-se com o fato de que, por sua própria existência, seria um legitimador do regime, e teria a sua atuação limitada também pelas cassações de mandato de deputados e senadores que faziam críticas mais contundentes ao governo.

Essa lógica foi quebrada em 15 de novembro de 1974, de forma surpreendente. O mote do discurso dos candidatos da oposição na propaganda eleitoral mais livre permitida pelo governo naquele ano, denunciando que a distribuição de renda no país era uma das mais injustas do mundo apesar do propalado “milagre econômico”, e reclamando liberdades democráticas, produziu grande efeito na consciência dos eleitores.

Figura 4



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: De maneira dura, o chargista faz a denúncia da ligação entre o arbítrio vigente no país e a situação de miséria de boa parte da população.

Para o Senado, o MDB ganhou 16 das 22 cadeiras em disputa. Na Câmara Federal, sua bancada cresceu de 87 para 165 deputados, enquanto a da ARENA caiu de 223 para 199. Com esses números, a ARENA perdeu a maioria de dois terços na Câmara, necessária para a aprovação de emendas constitucionais.

Também em três das mais importantes Assembleias Legislativas estaduais – São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara – o partido do governo tinha perdido maioria simples, além do Acre e do Rio de Janeiro. Um resultado que surpreendeu a própria oposição e gerou euforia:

A oposição legal, por nove anos depois da instauração do bipartidarismo, passara a ter voz na cena política, e suas concepções sobre a distensão, seu sentido e ritmos, não eram as mesmas do governo presidido por Geisel. O clima de euforia nas [grandes] cidades [...] não atingia apenas as camadas populares, que mais estavam sofrendo com a [...] inflação. Alcançava também as classes médias e setores do próprio empresariado, dando conta de uma importante migração de votos para a oposição emedebista. Uma viragem (REIS FILHO, 2014, p. 107).

Com o resultado das eleições, o projeto de institucionalização da ditadura teria que se haver com vozes dissonantes, à direita e à esquerda.

Aos setores “duros” das forças armadas o governo devia mostrar que mantinha o controle político que convinha ao regime, mas também precisava restabelecer o controle sobre os órgãos de repressão.

Os anos de 1975 e 1976 foram cruciais nesse sentido. Uma medida de ordem política foi a aprovação de uma lei que restringia drasticamente o direito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, a Lei Falcão (do nome do ministro da Justiça, Armando Falcão). Aplicada nas eleições municipais de 1976, a lei só permitia divulgar fotos e currículos dos candidatos, escondendo as ideias da oposição. O resultado foi considerado bom pelo governo – a Arena elegeu 3.176 prefeitos, contra apenas 614 do MDB.

Em relação aos órgãos de repressão, Geisel, primeiro, pareceu apoiá-los ao dar luz verde para o massacre do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando esse partido já não representava uma ameaça imediata à ordem vigente: no fim de 1974, começo de 1975, dez de seus dirigentes foram presos, torturados e dados como desaparecidos, segundo Reis Filho (2014, p. 108). Depois, o presidente afirmou sua autoridade ante os “duros”, conforme registra Carvalho (2013, p. 175), devido a dois episódios ocorridos nas dependências dos órgãos de segurança do II Exército. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura, de São Paulo, apareceu morto, enforcado, em sua cela, um dia depois de ter se apresentado espontaneamente para depor. O fato obteve grande divulgação, apesar da censura à imprensa, e gerou protestos. Foi apresentada a versão oficial de um suicídio, na qual ninguém acreditava. Em 1976, a segunda morte, do operário Manoel Fiel Filho. Então, Geisel demitiu o comandante do II Exército, na primeira vez, desde 1964, que um presidente militar desautorizava abertamente a ação da repressão, indicando que algo se modificava nessa área. Mas foi em 1977 que Geisel obteve a vitória mais contundente sobre a linha dura, ao demitir seu ministro do Exército, general Sylvio Frota, que era contra a abertura e iniciava um movimento para lançar-se candidato à sua sucessão.

Figura 5



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Na oportunidade em que um coronel acusa a imprensa de deturpar as "boas ideias", a lembrança da morte de Vladimir Herzog e de um inquérito que inocentava as autoridades, no qual ninguém acreditou.

Já os movimentos sociais e políticos de oposição à ditadura, estimulados pelo resultado das eleições de novembro de 1974, ganhavam força. Alguns tinham um viés diferente daquele do período pré-1964, especialmente o movimento sindical de setores da indústria que tinham se expandido no "milagre econômico". Os metalúrgicos das empresas automobilísticas e de fábricas de máquinas e equipamentos, concentrados nas cidades ao redor de São Paulo, se mobilizaram pela primeira vez em 1977, com uma campanha de recuperação salarial. Nos dois anos seguintes, registra Carvalho (2013, p. 180), os metalúrgicos realizaram grandes greves que se estenderam a outras partes do país: em 1978, cerca de 300 mil operários entraram em greve; em 1979, mais de 3 milhões, também

de outras categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais. Foram as primeiras greves desde 1968.

Esse sindicalismo era organizado de baixo para cima, dentro das fábricas, sob a liderança de operários que vinham das linhas de produção, em contraste com a estrutura burocratizada dominada por pelegos¹⁰. As decisões eram tomadas em grandes assembleias e não por comitês de dirigentes. Surgiram assim líderes de grande carisma, como Luís Inácio da Silva, que fundaria o Partido dos Trabalhadores (PT), pelo qual se elegeria presidente da República mais de duas décadas depois, em 2002.

Fora do mundo partidário e sindical, na Igreja Católica surgiram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), no espírito da Teologia da Libertação. A hierarquia católica moveu-se na direção da defesa dos direitos humanos e da oposição à ditadura. A reação do governo levou a prisões e mesmo a assassinatos de padres, mas isso não mudou a posição da Igreja.

Na segunda metade dos anos 70, houve enorme expansão dos movimentos sociais urbanos, como o de favelados e de associações de moradores, e também de associações de profissionais de classe média, como professores, médicos, engenheiros, funcionários públicos. Estas tornaram-se focos de mobilização profissional e política. “À medida que os efeitos do ‘milagre’ desapareciam, as greves dos setores médios tornaram-se mais frequentes do que as greves operárias”, afirma Carvalho (2013, p. 185).

Entre as organizações que se colocaram como pontos de resistência ao governo militar nessa época, também estavam a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras.

Com seu mandato avançando para o final, Geisel se ocuparia, em 1977, de escolher o sucessor e de promover reformas constitucionais ainda necessárias a seu projeto de institucionalização de um Estado autoritário.

Sem poder contar, na Câmara, com a maioria obrigatória para mudanças à Constituição, “Geisel recorreu, então, como era do seu feitio, à ‘maneira

¹⁰ A expressão vem da palavra “pelego”, peça de lã de carneiro que se coloca sobre a sela de montaria para torná-la mais confortável para o cavaleiro. Diz respeito ao dirigente sindical que prefere bajular o governo e o empregador e negligenciar a defesa dos interesses da classe, muito comum nos sindicatos brasileiros até hoje. A disseminação do “peleguismo” como regra, e não como exceção, se deveu a uma legislação, construída a partir da década de 30, na qual o Estado mantém estrito controle das relações entre patrões e empregados (CARVALHO, 2013).

forte”, afirma Reis Filho (2014, p. 112): dissolveu o Congresso por duas semanas e baixou, sob a proteção do AI-5, o “pacote de abril”, o qual, entre as medidas mais importantes, determinava a volta, em 1978, das eleições indiretas para governadores (a lei então vigente previa diretas); a ampliação do mandato do presidente da República a ser eleito em 1978 de cinco para seis anos; o restabelecimento das sublegendas, permitindo composições problemáticas no partido oficial, a ARENA; a eleição indireta de um terço dos senadores, pelas assembleias legislativas e delegados das câmaras municipais; e a redução do quórum para aprovação de reformas constitucionais, de dois terços para maioria absoluta (metade mais um dos votos).

Figura 6



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: A eleição indireta de um terço dos senadores – que passariam a ser chamados de senadores “biônicos” – traz ao chargista a lembrança de atos de imperadores da Antiguidade.

Quanto à sucessão, desde o mesmo abril de 1977 circulavam rumores, divulgados pela imprensa, de que Geisel já tinha um nome, o do general João Baptista Figueiredo, o que se confirmaria mais tarde.

Em 1978, o último ano do governo Geisel, o Congresso ainda votou o fim do AI-5, o fim da censura prévia no rádio e na televisão, e o restabelecimento do *habeas corpus* para crimes políticos; a Lei de Segurança Nacional (LSN) foi atenuada e 120 exilados políticos puderam regressar ao Brasil, antes mesmo da aprovação de uma Lei de Anistia, o que ocorreria apenas no ano seguinte. Com o fim do governo Geisel, a ditadura ficou para trás, “ao menos temporariamente”, conforme Reis Filho (2014, p. 124), e a sociedade dava os primeiros passos para uma transição ainda indefinida.

2.2 FIGUEIREDO É ESCOLHIDO

O anúncio da escolha de João Baptista Figueiredo para suceder Geisel na presidência se deu pouco depois da crise que resultou na demissão do ministro do Exército, Sylvio Frota, em outubro de 1977. Figueiredo era chefe do SNI no governo Geisel.

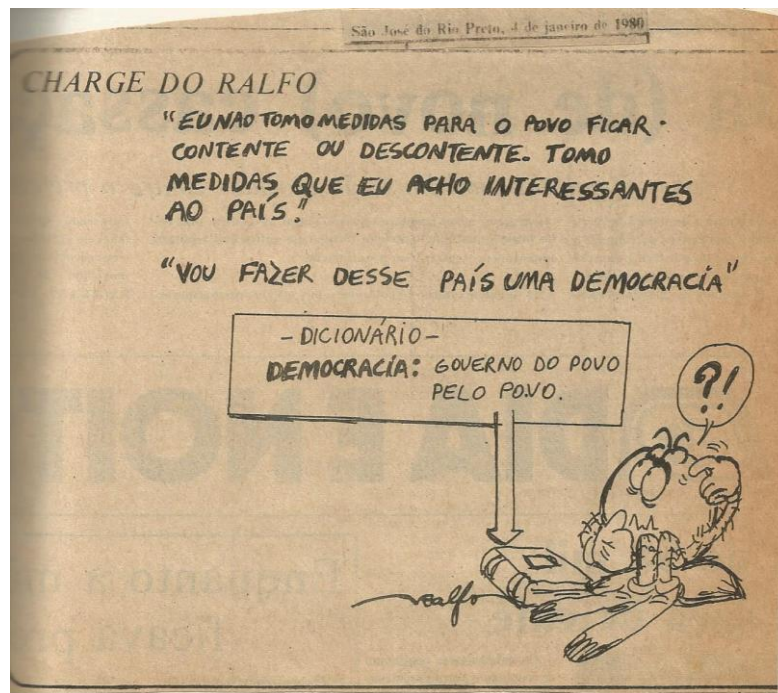
Sua escolha representava uma vontade pessoal do presidente, mas era uma solução negociada com o grupo dos duros, de forma a pacificar a corporação. Tratava-se de “um homem *secreto*, cujo prestígio era diretamente proporcional ao que não fizera. Não tendo feito, não acumulara desgastes” (REIS FILHO, 2014, p. 115).

O futuro presidente era um velho seguidor do general Golbery. Este e Geisel tinham sobre ele “a ascendência dos mestres sobre os discípulos, além da autoridade natural dos generais mais ‘antigos’ sobre os mais ‘modernos’” (KUCINSKI, 1982, p. 73). Sendo, porém, praticamente desconhecido da sociedade, foi preciso montar uma operação para torná-lo, nas palavras de Reis Filho (2014), “simpático” e “palatável”, o que implicou em submetê-lo a uma transformação fisionômica e de comportamento. “Troca os sinistros óculos escuros de chefe do serviço secreto por outros claros, de intelectual. Torna-se loquaz. Promete instaurar a democracia no Brasil, ‘nem que seja à força’” (KUCINSKI, 1982, p. 134). Sua personalidade afável, muito diferente da de Geisel, que era avesso ao contato com o público, era um dado a seu favor no quesito de transmitir confiança em suas intenções.

João Baptista Figueiredo tomou posse em março de 1979, em um momento em que a retórica em torno da abertura encontrava-se no auge, com um

civil como vice-presidente, o mineiro Aureliano Chaves. Marcos Napolitano (2014) registra que Figueiredo, em seu discurso de posse, disse ter “a mão estendida em conciliação”. Segundo o historiador, “não se pode negar que o regime e a sociedade entravam em uma nova fase política, na qual democracia ‘ainda não era’, mas a ditadura ‘já não era mais tão ameaçadora’” (NAPOLITANO, 2014, p. 281).

Figura 7



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Durante seu governo, o presidente Figueiredo fez rotineiramente manifestações em várias direções, para agradar diferentes públicos. O chargista flagrava e denunciava as contradições.

Um âmbito em que o novo governo enfrentou um desafio imediato foi o das reivindicações trabalhistas, especialmente dos metalúrgicos do ABC paulista, que iniciaram uma greve no dia 13 de março de 1979, dois dias antes da posse de Figueiredo. Menos de um ano antes, eles haviam feito as primeiras greves registradas no Brasil em dez anos, greves sem líderes ostensivos, sem piquetes, sem fura-greves, nas quais os metalúrgicos bateram cartão e cruzaram os braços diante das máquinas, em muitas fábricas. Foi uma surpresa para os patrões, os políticos, o governo e para os pelegos do sindicalismo tradicional. Em cada fábrica houve uma negociação para o fim do movimento, que teve um desfecho favorável

aos operários. Eles pediam aumento salarial, pagamento dos dias parados e não punição aos grevistas. Em dois meses, meio milhão de metalúrgicos fizeram greve em 400 indústrias do estado de São Paulo, conforme Kucinski (1982).

As greves de 1978 haviam marcado o surgimento, de forma visível para o país, do chamado “novo sindicalismo”, nascido de uma mobilização iniciada anos antes, principalmente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. O agravamento da situação econômica tornou o cenário mais propício à mobilização dos metalúrgicos, que iam vendo seu poder aquisitivo cada vez mais erodido pela inflação e suas vantagens extra-salariais sendo extintas pelas empresas. Ao mesmo tempo, surge a liderança de Lula, torneiro mecânico que revelou grande talento político. Lula foi eleito presidente do sindicato em 1975 e, nas negociações salariais seguintes, foi levantando bandeiras e obtendo conquistas capazes de unir a categoria, que se organizava a partir da base.

Daí a surpresa com a greve ordeira e disciplinada ocorrida em 1978, que estimulou outras categorias de trabalhadores, em outros lugares do país, a procurar a mesma estratégia de luta ante a perda de valor dos salários. Em represália, em agosto o presidente Geisel baixou o decreto-lei 1.632, proibindo greves em serviços “de interesse da segurança nacional” e estabelecendo formas mais rápidas e severas de repressão jurídica a essas greves. Segundo Kucinski (1982, p. 123),

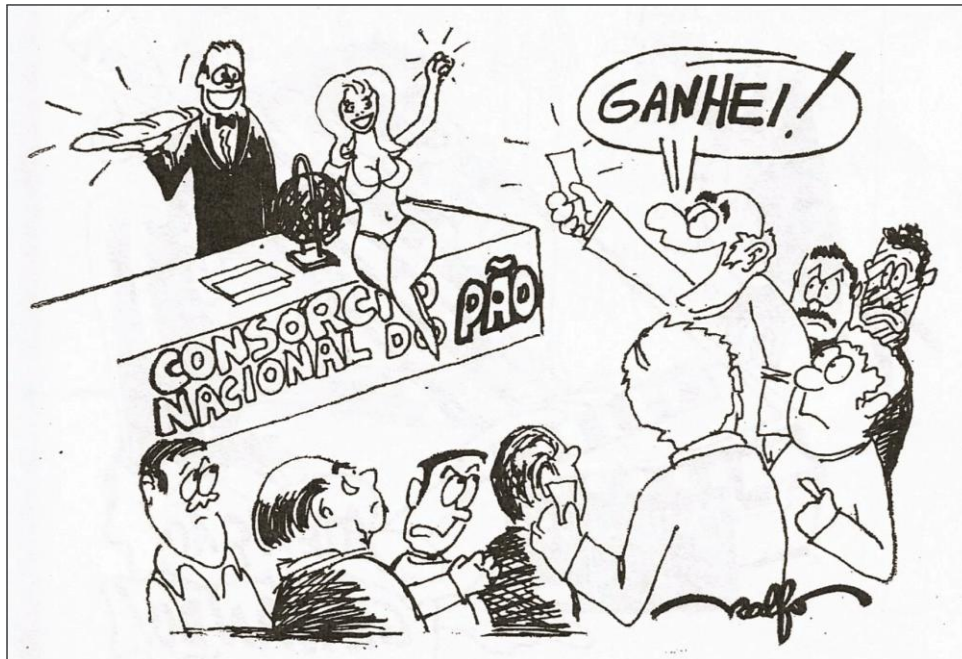
[...] O governo tentava estabelecer uma linha de defesa contra o avanço da classe operária, distinguindo como inaceitáveis greves em transportes, comunicações, bancos, serviços de geração e distribuição de energia, entre outros. [...] a definição era bastante ampla para permitir a aplicação indiscriminada da Lei.

O mês da posse do presidente Figueiredo era, também, a data em que era preciso celebrar novo acordo coletivo de trabalho dos metalúrgicos paulistas. A greve iniciada em 13 de março de 1979 iria demonstrar os limites da abertura, a qual, por seu próprio caráter, não previa participação política do movimento operário. Cerca de 180 mil metalúrgicos pararam de trabalhar, mas desta vez fizeram alarde, com assembleias e piquetes com grande participação de operários e sem ocupação das fábricas, porque os patrões se acutelaram para não permitir. “Na rua, o assunto era com a polícia.” (NAPOLITANO, 2014, p. 286).

O governo recém-empossado sugeriu que os grevistas negociassem com os patrões, mas estes, sentindo-se apoiados pelo governo, disseram que só voltariam a negociar com o fim da greve. Os metalúrgicos, em assembleia realizada num estádio de futebol, recusaram. No dia seguinte, o Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, destituindo Lula e outros dirigentes, mas isso não fez os grevistas desistirem: resistiram por 14 dias, graças à sua própria organização, à solidariedade da população e ao apoio da Igreja Católica para a manutenção da subsistência das famílias. Só encerraram a greve devido aos impasses na negociação e aos constantes e violentos conflitos com a Polícia Militar comandada pelo governador de São Paulo, Paulo Maluf, nos quais 200 metalúrgicos foram presos.

Vários precedentes foram abertos com a greve. Skidmore (1988) relaciona três: o surgimento de outros líderes sindicais que mantinham constante contato com a base de trabalhadores; a disposição de alguns empregadores de negociar diretamente com os trabalhadores, como faziam as multinacionais em suas matrizes, o que reduzia a eficácia da legislação restritiva a essa prática; e a solidariedade demonstrada aos trabalhadores por outros elementos do público, como a Igreja e profissionais da classe média, fazendo crer que podia estar em marcha uma mobilização a partir de baixo.

Figura 8



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Era comum adquirir bens caros, como veículos e eletrodomésticos, através do sistema de consórcio. Mas, com a alta inflação, o chargista imaginou o dia em que até para comprar pão seria necessário recorrer ao consórcio.

Houve mais de 400 greves no Brasil entre janeiro e outubro de 1979. Os grevistas não apenas aproveitavam os ventos da abertura, mas eram premiados a protestar ante a inflação crescente – 41% em 1978 e 77% em 1979. Grandes greves de funcionários públicos estaduais em São Paulo e no Rio Grande do Sul também ajudaram a transformar a atmosfera das relações trabalhistas, e, conseqüentemente, das relações políticas.

Com uma inflação que apontava para breve uma taxa anual próxima de 100%, logo no início do governo foi adotada uma mudança significativa na fórmula de reajustes salariais, com benefícios para o salário mínimo, o qual, o próprio governo concordava, havia caído pelo menos 25% desde 1964, segundo Skidmore (1988, p. 433). O Congresso aprovou lei pela qual os reajustes passariam a ser semestrais e o percentual seria variável: os trabalhadores que recebessem até três salários mínimos por mês (cerca de 70% da força de trabalho) seriam reajustados pela inflação mais 10%; os que ganhassem de três a dez salários

mínimos receberiam a inflação mais o reajuste de produtividade; e os que ganhassem além de dez salários mínimos, receberiam 80% da inflação. Era, também, uma tentativa de enfraquecer a simpatia pela causa dos trabalhadores.

No entanto, as relações do governo com o movimento operário continuavam tensas e violentas. Em 30 de outubro de 1979, o líder operário Santo Dias da Silva, ligado à Pastoral Operária e à Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (de cunho basista), foi morto pela PM em um piquete, no bairro de Santo Amaro. Seu cortejo fúnebre transformou-se numa grande manifestação de protesto contra o governo. “Como dizia sabiamente uma das faixas estendidas pela multidão, para a classe operária, simbolizada ali por Santo Dias, a ‘abertura era a porta do cemitério’” (NAPOLITANO, 2014, p. 288).

Com esse clima, mas sentindo-se apoiados, os metalúrgicos do ABC paulista entraram novamente em greve em 1º de abril de 1980, pedindo aumento real de 15%, reconhecimento dos delegados sindicais de fábrica e garantia de emprego de 12 meses. O governo assumiu imediatamente o lado patronal na disputa trabalhista, proporcionando, logo no dia 2 de abril, o que Napolitano (2014) chama de “uma das cenas mais dramáticas da abertura”:

Diante de 100 mil pessoas reunidas no estádio da Vila Euclides [em São Bernardo do Campo], helicópteros do Exército Brasileiro faziam voos rasantes, com metralhadoras de grosso calibre apontadas para a multidão. As sinistras peruas “Veraneio”/C-14 azuis do DOI-CODI voltaram à cena, rondando o sindicato e os agrupamentos operários (NAPOLITANO, 2014, p. 289).

Figura 9



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: A repressão policial à greve dos metalúrgicos do ABC paulista surpreendeu pela violência. O chargista fez a ligação do episódio com práticas nazistas.

A demonstração de força não bastou – foi preciso usar mesmo a força. No dia 14 de abril a Justiça do Trabalho declarou a ilegalidade da greve, mas, como os metalúrgicos continuaram parados, no dia 18 o Ministério do Trabalho decretou intervenção nos sindicatos que apoiavam a greve e, no dia 19, 15 dirigentes sindicais, entre eles Lula, foram presos e encaminhados ao Dops para serem enquadrados na Lei de Segurança Nacional. A área de greve foi tomada pela polícia, pela inteligência do Exército e por agentes de segurança. Piquetes foram atacados e centenas de trabalhadores, presos. Nas palavras de Skidmore (1988, p. 436), “as temíveis forças de segurança, usando cães policiais, tropas de choque e oficiais da segurança secreta do Exército fizeram lembrar os horrores dos anos de Médici” (SKIDMORE, 1988, p. 436).

Figura 10



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Apesar da tensão política, a prisão de Lula, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, foi vista com um toque de humor pelo chargista.

Esses fatos não mudaram o apoio da opinião pública à greve, mas, após 41 dias, os operários voltaram ao trabalho sem suas reivindicações atendidas. Agora o “novo sindicalismo” conhecia os limites de sua tática. A greve havia trazido de volta a repressão governamental, apesar das conversas sobre abertura e da nova fórmula salarial. O governo sempre estaria ao lado dos patrões. O número de greves declinaria de 429 em 1979 para 42 em 1980 e 34 em 1981, segundo Skidmore (1988).

Figura 11



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Mais uma declaração do presidente Figueiredo em favor da democracia, recebida com fina ironia pelo chargista, ante a truculência de algumas ações policiais contra o movimento operário.

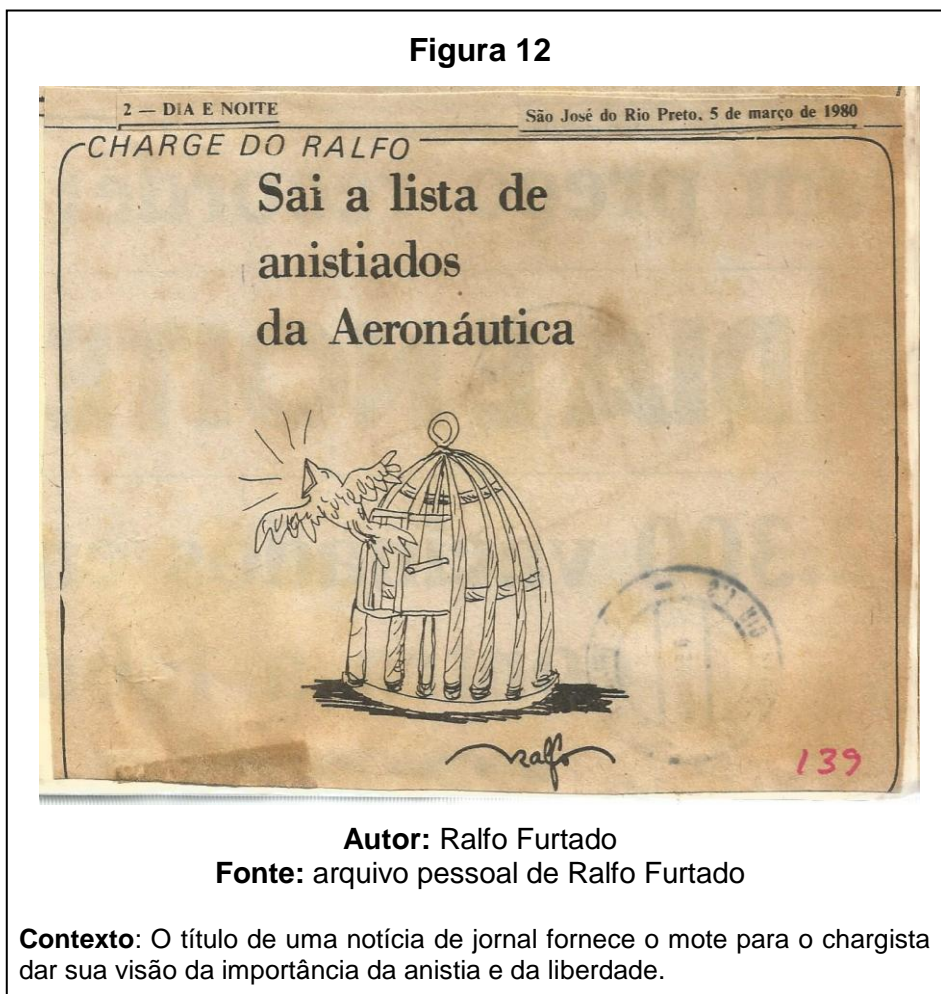
Em março de 1981, quando chegou o momento do reajuste salarial dos metalúrgicos, a categoria estava enfraquecida. Não houve greve. Mas Lula, a essa altura, já desfrutava de grande prestígio e apoio no Brasil e no Exterior.

2.3 A ANISTIA E OS NOVOS ARES NA POLÍTICA

Ainda em 1979, derrotada a greve de São Bernardo, Figueiredo e Golbery iriam dedicar-se à elaboração e aprovação de duas leis fundamentais para a afirmação do estado de direito autoritário: a da Anistia e a da Reforma Partidária. A campanha pela anistia já existia desde 1975, num movimento liderado por Therezinha Zerbine que se tornaria crescente, dentro da perspectiva de luta por uma democratização geral da sociedade (NAPOLITANO, 2014, p. 297). A campanha mobilizou considerável apoio. “Onde houvesse uma multidão, como em estádios de futebol, apareciam bandeiras com a inscrição *Anistia ampla, geral e irrestrita*” (SKIDMORE, 1988, p. 423).

Do ponto de vista do governo, segundo Reis Filho (2014, p. 132), a Lei de Anistia teria que, simultaneamente, promover a libertação dos presos remanescentes, o retorno dos exilados e a proteção dos aparelhos de segurança, denunciados como executores da tortura como política de Estado. Tarefa difícil, mas, no intenso debate que se seguiu, prevaleceu a tese, defendida pelas forças de direita, de ter havido uma *guerra revolucionária* no Brasil, e, sendo assim, a anistia devia contemplar os dois lados – os torturados e os torturadores. Seria, portanto, uma *anistia recíproca*. “A manobra provocou certo escândalo e suscitou protestos”, afirma Reis Filho (2014, p. 134), mas foi com esse contorno que a lei foi aprovada no Congresso, por apertada margem, e sancionada em 28 de agosto de 1979.

Figura 12

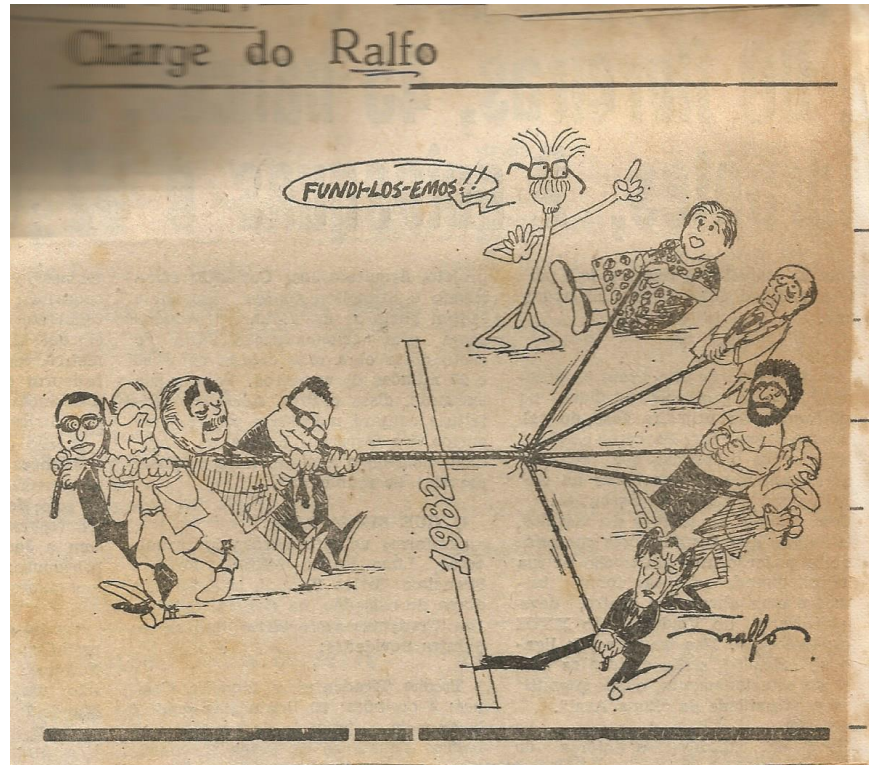


A anistia provocou grandes mudanças na atmosfera política. Voltaram ao país personagens marcantes do período pré-1964, como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e Luís Carlos Prestes.

A volta de tantos adversários do regime teve boa utilidade para o governo, segundo Skidmore (1988), no projeto de Reforma Partidária que foi arquitetado em seguida por seus estrategistas, com Golbery à frente. Com sua imagem vinculada às políticas repressivas pós-1964 e desgastada com a rápida aceleração da inflação, a ARENA não tinha como sobreviver. A solução pensada foi a dissolução do sistema bipartidário, com a criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mas preservando as forças do governo de preferência em um único partido. Assim, seria rompida a já precária unidade oposicionista, dos muitos grupos aglutinados em torno do MDB.

Um projeto de lei com esse objetivo foi aprovado pelo Congresso em novembro de 1979. No fim do ano, novos partidos já tinham sido formados. A ARENA reagrupou-se como Partido Democrático Social (PDS), enquanto a maior parte do MDB aglutinou-se no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Mas a estratégia de Golbery revelou-se correta a curto prazo: Leonel Brizola tentou ficar com sua antiga legenda, PTB, mas perdeu-a para Ivete Vergas, figura inexpressiva, e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). À esquerda surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula, e, completando o quadro, foi criado o Partido Popular (PP), liderado por antigos conservadores como o banqueiro Magalhães Pinto e Tancredo Neves, ambos de Minas Gerais.

Figura 13



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O cabo de guerra, com a oposição dividindo suas forças em várias direções contra os governistas aparentemente unidos, ilustra as expectativas que cercaram as eleições de 1982.

O PT foi a grande novidade da reforma partidária, “a primeira tentativa séria em 30 anos de organizar um genuíno partido da classe operária” (SKIDMORE, 1988, p. 429). Desde maio de 1978, Lula e seus companheiros vinham considerando a ideia de ingressar na política porque o ativismo nos locais de trabalho parecia insuficiente para alcançar seus objetivos no trabalho sindical, em vista da unificada reação dos empregadores. O partido foi fundado em fevereiro de 1980, com a participação de alguns intelectuais. A presença do PT criou de imediato um novo polo de liderança nas relações trabalhistas, especialmente em São Paulo.

O ano de 1980 começou com uma grande perda para o PDS, devido à morte do ministro da Justiça, Petrônio Portela, que havia contribuído decisivamente para o fortalecimento do partido em todo o país e não viria a ter sucessor adequado. Em maio, o governo forneceu argumento para os céticos quanto à sinceridade da abertura política, cancelando as eleições municipais que seriam realizadas no fim do ano, com medo de perdê-las, e prorrogando os

mandatos de prefeitos e vereadores até 1982. Ironicamente, o PMDB também era favorável ao adiamento, para ter tempo de se organizar melhor. Para reafirmar o compromisso com a abertura, o governo patrocinou, em novembro, emenda constitucional que reintroduziu eleições diretas para governadores de estado e a totalidade do Senado, no pleito a ser realizado em 1982.

Os adversários clandestinos da abertura, no entanto, não estavam satisfeitos com o rumo dos acontecimentos e organizaram uma campanha de violências. Em 1980 e no início de 1981, o Brasil foi sacudido por explosões:

Nas bancas de jornais os jornaleiros recebiam bilhetes ordenando-lhes que parassem de vender publicações esquerdistas. Os que se recusaram tiveram suas bancas destruídas a bomba durante a noite. Atemorizados com tanta violência, dezenas de donos de bancas de jornais suspenderam as vendas das publicações vetadas, cuja circulação [...] caiu verticalmente. Muitas delas jamais se recuperaram do golpe financeiro, e não tardaram em desaparecer (SKIDMORE, 1988, p. 442).

Os jornais diziam que o terror era oriundo do SNI ou da inteligência militar. Uma carta-bomba enviada à sede da Ordem dos Advogados do Brasil matou a funcionária que a abriu. Outra, mandada a um vereador do MDB do Rio de Janeiro, mutilou e deixou cego um servente. Os episódios provocaram grande comoção pública. Até Figueiredo se indignou, vindo a público para repudiar os atentatos e dizer que “nem mil bombas me impedirão de fazer desse país uma democracia” (NAPOLITANO, 2014, p. 294).

Mas a maior e mais escandalosa explosão ocorreu em 30 de abril de 1981, no estacionamento do Riocentro, no Rio de Janeiro, onde estava sendo realizado um espetáculo em benefício de causas esquerdistas. Uma bomba explodiu num carro onde estavam, em trajes civis, um capitão e um sargento do Exército pertencentes ao DOI-CODI. O sargento morreu e o capitão ficou gravemente ferido. As evidências eram de que eles conduziam a bomba para explodir a central de energia elétrica do local, gerando pânico na massa. O Exército imediatamente avocou a investigação do episódio e fez descer sobre o caso uma cortina de silêncio, inútil porque um relatório médico sobre o sargento morto, feito por autoridades civis, contradizia a versão dada pela autoridade militar.

Do episódio resultou a renúncia do general Golbery do Couto e Silva, que se viu isolado na defesa de uma condução aberta do inquérito sobre o

incidente. Segundo Reis Filho (2014), o próprio Figueiredo parecia enfraquecido e desmoralizado:

[Figueiredo] nunca mais foi o mesmo depois desse episódio: não se queria cúmplice do ato terrorista, contudo não tinha forças, ou vontade, para ir além de bravatas patéticas, mostrando-se incapaz de controlar aquela conspiração (REIS FILHO, 2014, p. 139).

No entanto, a explosão do Riocentro colocou os militares direitistas na defensiva e os atos de terrorismo pararam. Outro episódio simbólico atestou a estabilidade da nova situação: em setembro de 1981, o presidente teve um infarto e foi obrigado a hospitalizar-se. Em menos de 24 horas, seus ministros militares anunciaram que Aureliano Chaves assumiria o governo, diferentemente do que ocorrera, em 1969, com o vice do general Costa e Silva, Pedro Aleixo, que foi barrado pelos ministros militares da época por ser civil. Figueiredo reassumiu oito semanas depois.

Figura 14



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O chargista revela, no desenho, a forma como vê o estereótipo do mineiro, na caricatura do vice-presidente Aureliano Chaves.

2.4 A RECESSÃO NO HORIZONTE

No campo econômico, havia uma tormenta¹¹ se desenhando na economia mundial em 1979, quando Figueiredo assumiu.

Embora o período habitualmente rotulado de “milagre econômico” seja de 1968 a 1974, a economia brasileira continuou crescendo ininterruptamente até 1980, mas para isso o país passou a tomar mais empréstimos no exterior. Dados do Banco Central, anotados por Kucinski (1982), indicam que, só com petróleo, os gastos do Brasil elevaram-se de 376 milhões de dólares em 1972 para 9,367 bilhões de dólares em 1980. O déficit da balança comercial cresceu de 244 milhões de dólares em 1972 para 2,828 bilhões em 1980. Os gastos com juros foram de 1,250 bilhão de dólares para 9,500 bilhões no mesmo período. E a dívida externa cresceu de 5,338 bilhões de dólares em 1972 para 47,498 bilhões de dólares em 1980, tornando-se “a maior dívida externa de todos os países em todos os tempos”, segundo o autor.

Reis Filho (2014, p. 141) afirma que, dessa forma, “os limites do crescimento econômico anteriormente alcançado – expressos na brutal concentração de renda social e regional e num enorme endividamento externo – tornavam-se claros”. Para o ortodoxo ministro do Planejamento de Figueiredo, Mário Henrique Simonsen, era preciso conter a inflação, já na casa dos 50% ao ano, por meio de uma política recessiva de controle de crédito e salários. No entanto, essa escolha era rechaçada pela oposição e por políticos da situação, preocupados com votos.

Simonsen e seu diagnóstico foram recusados e, em seu lugar, o presidente colocou, em agosto de 1979, o próprio pai do “milagre econômico”, Delfim Neto, que era ministro da Agricultura, depois de ter passado os cinco anos do governo Geisel como embaixador em Paris. No Ministério da Fazenda ficou Ernane Galvêas, da equipe de tecnocratas de Delfim.

¹¹ Tratava-se do segundo choque do petróleo, que, já caro, dobrou de preço devido à revolução fundamentalista registrada no Irã, com a destituição do xá Reza Pahlevi, e sua substituição pelo aiatolá Khomeini (SKIDMORE, 1988, p. 417).

Figura 15



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Numa alegoria que lembra a sagração de cavaleiros pelo rei na Inglaterra medieval, o chargista “traduz” o título da notícia com seu desenho.

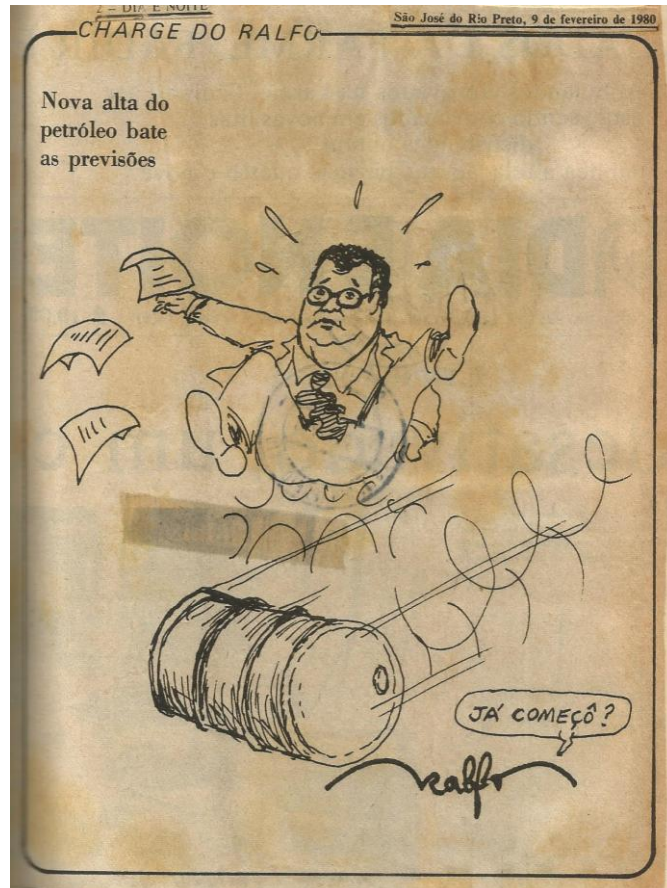
Delfim prometia repetir a fórmula do “milagre”, alegando que, como havia ocorrido anos antes, era possível combinar aumento dos investimentos, da produção e do emprego com a redução das expectativas inflacionárias. No entanto, perto do fim do ano os indicadores econômicos mostravam a dificuldade em mudar a realidade: 1979 terminaria com 77% de inflação, a mais alta desde 1964, quase o dobro dos 41% de 1978.

Procurando uma alternativa, Delfim decidiu arriscar, segundo Skidmore (1988, p. 422): em dezembro de 1979 decretou uma maxidesvalorização de 30% e em janeiro anunciou o plano de desvalorizações e de correção monetária antecipada para todo o ano de 1980, pensando em reduzir as expectativas de inflação. No entanto, se a inflação excedesse a taxa prefixada, o cruzeiro desvalorizado encorajaria as importações, desestimularia as exportações e levaria os investidores a evitarem instrumentos financeiros que pagassem taxas de juros reais negativas. Foi o que aconteceu.

O PIB ainda apresentaria crescimento em 1979 (6,8%, a melhor taxa desde 1976) e em 1980 (7,2%), mas as reservas cambiais não iriam durar. No fim de 1980, Delfim mudou sua estratégia em favor de uma taxa de câmbio mais realista,

mas o momento era adverso. “O clima econômico internacional se tornara hostil, as taxas de juros estavam subindo e as nações industriais seguiam de vento em popa rumo à recessão” (SKIDMORE, 1988, p. 448).

Figura 16



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O ministro todo-poderoso muitas vezes foi “atropelado” pelos acontecimentos que estavam fora do seu controle, conforme revela o chargista numa dessas ocasiões.

O problema com o balanço de pagamentos se avolumou em 1981; o pagamento de juros da dívida triplicara em três anos. O país aproximava-se da recessão. Se não produzisse divisas para pagar os empréstimos, o Brasil se tornaria inadimplente, algo impensável para o governo militar, ou teria de bater às portas do FMI, medida altamente impopular.

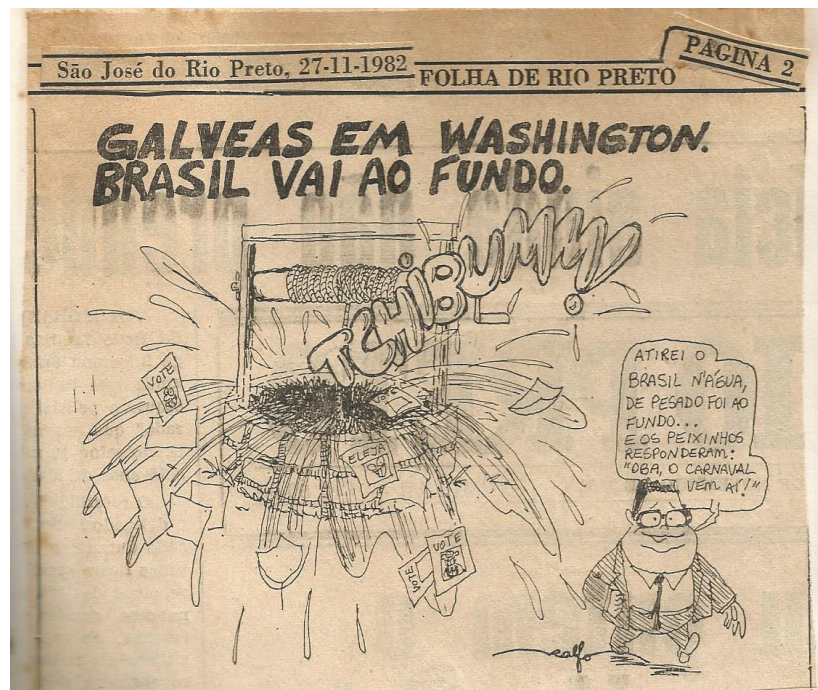
Mesmo com uma margem de manobra cada vez menor, Delfim procurou pagar as contas do governo até o final de 1982, de forma a manter um

cenário minimamente favorável ao governo nas eleições que seriam as mais importantes desde 1974.

Até o dia da eleição [15 de novembro], Delfim Neto e seus tecnocratas negaram qualquer intenção de ir ao FMI – sempre uma bandeira vermelha para os nacionalistas brasileiros. Imediatamente após a eleição, o ministro e sua equipe anunciaram que o Brasil havia aberto negociações formais com o FMI (SKIDMORE, 1988, p. 451).

O ano de 1982 ainda teve um modesto crescimento do PIB, de 1,4%, e a inflação ficou em 99,7%, apenas ligeiramente superior aos 95,2% de 1981. No entanto, o Brasil chegara ao fundo do poço e tornara-se um simples suplicante das boas graças do FMI, incapaz de produzir o crescimento econômico que era a meta consensual da elite no período da ditadura. Internamente, os reajustes semestrais de salário não conseguiam evitar as perdas paulatinas no poder de compra de operários e da classe média. “Esta, definitivamente, encerrava seu casamento, já em fase terminal desde 1974, com o regime militar” (NAPOLITANO, 2014, p. 285).

Figura 17



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: A forma como o chargista expressou a completa falta de credibilidade do governo no episódio do pedido de empréstimos ao FMI: com onomatopeia, música infantil e um texto *non sense*.

Em fins de 1982, o colapso da estratégia de crescimento econômico esboçada no início do governo por Delfim Neto era total. A necessidade de evitar a inadimplência com os bancos estrangeiros suplantou todas as demais metas econômicas. Independente de causas externas, o governo estava desacreditado aos olhos do público porque Delfim Neto e sua equipe nunca hesitaram em atribuir-se crédito pelo anterior “milagre” e deviam aceitar o crédito também na hora do desastre. O público reagia com desprezo a qualquer meta anunciada pelo governo. Segundo Skidmore (1988, p. 459),

O rotundo Delfim, czar incontestado da economia, era o tema favorito dos cartunistas. Muitos de seus críticos irritavam-se ainda mais ao saber que ele se divertia com os cartuns, dos quais tinha em casa uma coleção emoldurada.

Em janeiro de 1983, finalmente, o Brasil foi ao fundo, isto é, assinou uma “carta de intenções” com o Fundo Monetário Internacional pela qual se comprometia a cumprir metas de política fiscal, monetária, cambial e tarifária. A fórmula ortodoxa do FMI consistia em reduzir a taxa de expansão da base monetária, apertar o crédito, diminuir o déficit do setor público, fazer desvalorizações da moeda mais frequentes, eliminar subsídios e restringir os aumentos salariais.

Surgiram inflamados protestos por parte da oposição, que viam na receita recessão e desemprego e propunham que o país decidisse, com autonomia, até que ponto haveria de honrar seus compromissos financeiros. Nada disso sensibilizou ou desestabilizou Delfim. A economia mergulhou ainda mais na recessão. Conforme Skidmore (1988, p. 462), “anos de progresso econômico arduamente conquistados foram devorados pela crise”.

2.5 OUTRA ELEIÇÃO PLEBISCITÁRIA

Em 1982, as eleições marcadas para 15 de novembro polarizaram a atenção política. Seriam eleitos prefeitos, vereadores, governadores, deputados estaduais e federais e um terço dos senadores. Seria, mais uma vez, uma eleição plebiscitária sobre as políticas de governo.

Mais de 45 milhões de eleitores compareceram às urnas, então o maior eleitorado de todos os tempos na América Latina. “Uma lição de democracia eleitoral”, segundo Skidmore (1988, p. 453).

Figura 18



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: As eleições de 1982, que incluíram o cargo de governador: ansiadas há muito, tiveram o comparecimento maciço da população e foram bastante “prazerosas”, no traço do chargista.

Mesmo com a multiplicação de partidos, a polarização se deu entre o PDS, que era a ARENA reconvertida, e o PMDB, sucessor do MDB. Para governador – a eleição que despertava maior expectativa – o PDS elegeu 12 candidatos, todos os do Nordeste (nove estados), além dos de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já o PMDB, “reforçado por Tancredo Neves e seus amigos, que haviam desistido de formar o PP” (REIS FILHO, 2014, p. 140), elegeu nove governadores, entre eles os de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Leonel Brizola, do PDT, venceu no Rio de Janeiro.

Para o Legislativo, porém, os resultados confirmaram o acerto da estratégia original de Golbery. Embora a oposição tivesse recebido 59% dos votos, não conseguiu fazer maioria no Congresso (considerando as duas casas juntas) ou no Colégio Eleitoral que devia escolher o sucessor de Figueiredo. Na Câmara, havia

240 deputados de oposição e 235 do PDS. No Senado, o PDS tinha 46, e a oposição, 23. No colégio eleitoral (formado por ambas as casas do Congresso mais seis representantes do partido majoritário em cada estado), o PDS tinha uma maioria de 356 votos sobre um total de 330 das oposições reunidas. Mas, como os votos do partido oficial, segundo a experiência do passado, não eram confiáveis, o governo talvez viesse a ter problemas em futuras votações no Legislativo ou até no Colégio Eleitoral.

No novo cenário, a oposição podia vetar leis propostas pelo governo, se votasse unida. O governo mostrou mais força nos estados menos populosos e menos desenvolvidos, onde os governos podiam colocar a máquina de favores públicos a serviço do PDS; a oposição conquistou os governos de nove estados, principalmente no Centro-Sul mais desenvolvido.

No âmbito trabalhista, passada a eleição, o governo se viu livre para, dentro da profunda recessão que reduziu o poder de barganha dos sindicatos, ceder a uma campanha iniciada em 1980 por economistas conservadores contra a indexação dos salários, e mudanças na legislação permitiram comprimir ainda mais os salários, num ambiente de inflação descontrolada. Numa dessas votações, no Congresso, foi preciso declarar estado de emergência em Brasília para impedir maciças manifestações da oposição.

Figura 19



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O título da notícia oferece o gatilho para o desenho que, trazendo o trocadilho, denuncia a dureza do cotidiano por meio do humor.

Por outro lado, o resultado das eleições de 1982 também revelou a intensidade do desgaste político do governo. Figueiredo estava em posição mais fraca por outras duas razões apontadas por Skidmore (1988, p. 466): já não contava com a maior parte dos poderes arbitrários dos três últimos presidentes, que haviam sido revogados por Geisel; e seu precário estado de saúde, após o ataque cardíaco de 1981 e uma operação de ponte de safena em 1983, o obrigava a uma vida cheia de restrições, tirando-lhe a paciência necessária para a negociação, aspecto fundamental do exercício da política no seu cargo.

Figura 20



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: No desenho alegórico, o autor da emenda das eleições diretas para presidente da República, deputado Dante de Oliveira, é o Chapeuzinho Vermelho das histórias infantis, cercado do perigo representado pela alcateia de lobos governistas.

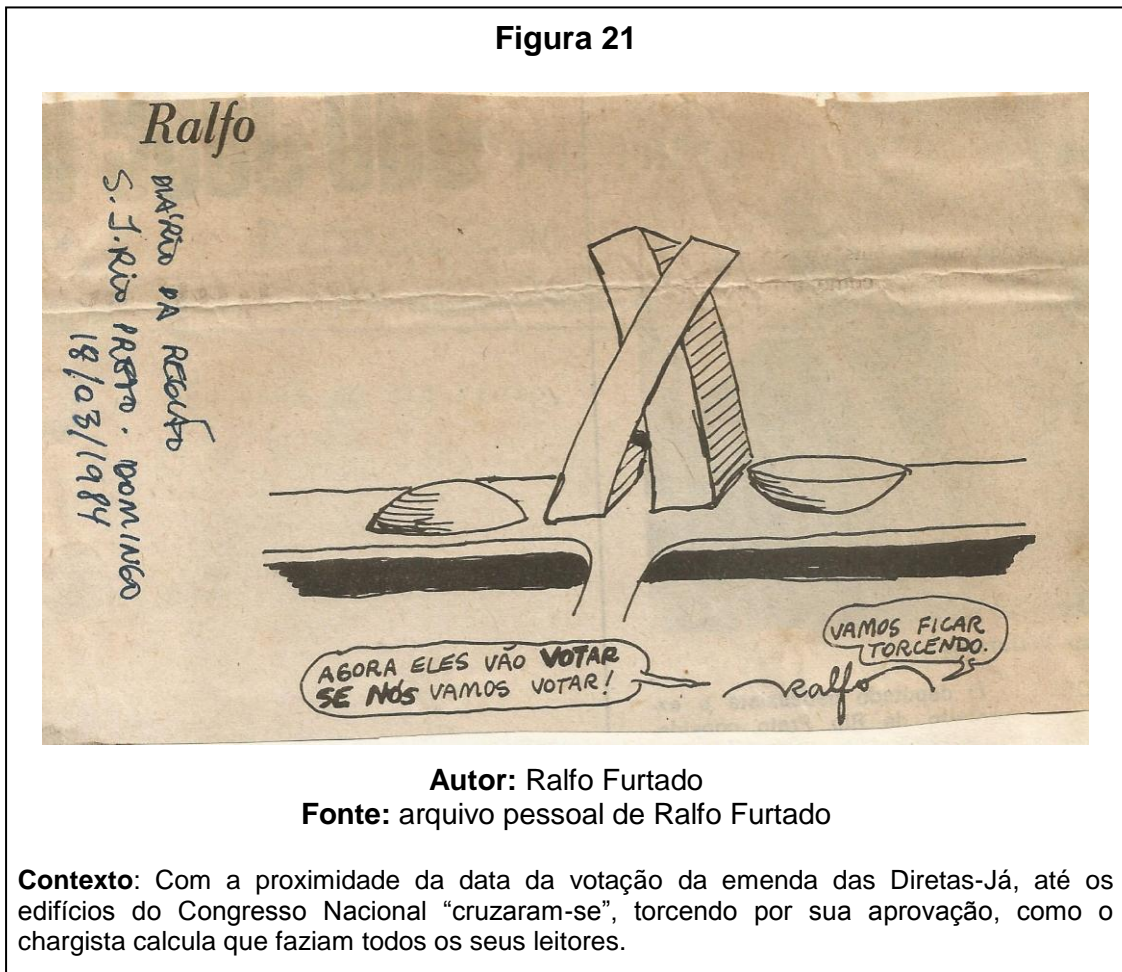
A favor de Figueiredo havia o fato de que a eleição presidencial ainda era indireta. Este aspecto, porém, passou a receber um ataque frontal com a campanha por eleições diretas para presidente em 1985. Emenda nesse sentido havia sido apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, do PMDB, em março de 1983. Os líderes peemedebistas perceberam a força da ideia e, em junho, a direção nacional do partido lançou uma campanha que começou com um comício em Goiânia, com a presença de 5.000 pessoas.

Prestigiosas figuras da oposição aderiram à campanha: Lula, Leonel Brizola, Franco Montoro, Tancredo Neves, Teotônio Vilela, Ulysses Guimarães. Teotônio (que abandonara o PDS pelo PMDB em abril de 1979) estava com câncer e isto imprimia maior urgência à sua mensagem. A campanha, que ganhou o nome de Diretas Já, foi recebendo adesões de jornais, personalidades, artistas e assumiu um grande ar festivo.

A votação da emenda foi marcada para o fim de abril de 1984. Sua aprovação exigia dois terços dos votos da Câmara e do Senado, o que parecia

impossível, porque o PDS controlava quase metade das cadeiras da Câmara e dois terços das do Senado. Mas as fileiras do PDS começavam a cindir-se, enquanto o número de comícios aumentava, e o comparecimento do público também: um comício no Rio de Janeiro reuniu 500.000 pessoas, o maior já realizado na cidade, e outro em São Paulo, no dia 16 de abril, encerrou a campanha com uma multidão de mais de um milhão.

Figura 21



O governo, com medo de que os líderes da campanha das diretas coagissem seus senadores na votação com maciças manifestações, decretou estado de emergência em Brasília no dia da votação. Não seriam permitidas manifestações. O responsável pela execução das medidas de emergência seria o general Newton Cruz, comandante militar do Planalto, uma espécie de último porta-voz da linha dura militar, assim descrito por Skidmore (1988, p. 470):

Cruz era um oficial beligerante, autocrático, que se desentendera com a imprensa em várias ocasiões e havia agredido um repórter em cena que foi divulgada pela televisão. Sua figura representou

uma dádiva política para a oposição. Ameaçava manifestantes com prisão, mas não executava suas ameaças porque seus superiores não o apoiariam. Simbolizava, assim, o poder arbitrário mas impotente, desastrosa combinação naquele clima político (SKIDMORE, 1988, p. 470).

Figura 22



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O chargista “retrata” a imagem que a imprensa internacional levou do Brasil, na cobertura da votação da emenda das Diretas-Já.

Os líderes da oposição, em falsa obediência ao estado de emergência, convocaram a população a apenas desfilar com seus automóveis, buzinando, em torno dos edifícios do Congresso, em apoio à emenda. O general Cruz tentou impedir o “buzinaço” montado em seu cavalo, brandindo um chicote contra os carros. Mais uma cena memorável para a imprensa, na qual ficava personificado o militar extremista ao mesmo tempo impotente e ridículo.

Na votação, a emenda perdeu por apenas 22 votos – precisava de 320, teve 298. Dos votos favoráveis, 55 eram de deputados do PDS. A campanha tinha chegado muito perto da vitória. O pior, para o governo e para o PDS, era o que ela significava: o ressurgimento do espírito cívico com uma dimensão sem precedentes, uma dramática mensagem da sociedade civil que firmemente reconquistava a sua voz.

2.6 DA CRISE DO PDS À ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Apesar do esforço da oposição em sentido contrário, o Palácio do Planalto ainda se via numa posição de força e acreditava que faria o sucessor de Figueiredo nas eleições indiretas em que a maioria dos votantes seria governista. O único problema parecia ser o nome a ser indicado na convenção do PDS. O presidente esperava indicar o nome de sua preferência, protegendo assim os militares de surpresas na sucessão presidencial.

Havia três candidatos no PDS. Um era o vice-presidente Aureliano Chaves, que, para os militares, “possuía estatura moral para presidente, pois quando exerceu o cargo interinamente, em 1981 e 1983, demonstrou boa capacidade de julgamento e elogiável compostura” (SKIDMORE, 1988, p. 473). No entanto, Aureliano não tinha o apoio de Figueiredo por razão parecida: suscitou ressentimentos por ter-se mostrado enérgico e eficiente na presidência. Outro nome falado era o do ministro do Interior, Mário Andreazza, que era coronel e havia sido ministro dos Transportes nos governos de Costa e Silva e Médici. A objeção ao seu nome vinha do fato de que sua figura lembrava o passado e os piores tempos da ditadura.

O terceiro aspirante era o deputado federal paulista Paulo Maluf. Este não participava do governo, mas trabalhava sem parar para conquistar as boas graças do presidente ou pelo menos assegurar-se da sua neutralidade. Maluf era um empresário bem sucedido que havia entrado na política como prefeito de São Paulo, indicado pelo presidente Costa e Silva, em 1969. Seu padrinho morreu, mas ele passou a ter ambições cada vez maiores. Em 1978, enfrentou Laudo Natel, o escolhido de Geisel e Figueiredo, na convenção da ARENA para apontar o candidato do partido a governador na eleição indireta em São Paulo – e venceu, porque fez generosas promessas aos convencionais e apresentou-lhes um ambicioso plano de governo. Como governador, Maluf foi “um furacão em termos de atuação administrativa, construindo escolas, postos de saúde e rodovias” (SKIDMORE, 1988, p. 476). Usou o mandato de governador do estado mais rico do Brasil para promover sua candidatura a presidente. Acusavam-no de corrupção, mas nenhuma acusação foi comprovada, mesmo depois de seu governo. Figueiredo dizia: “O turco [Maluf] não senta na minha cadeira de maneira nenhuma” (NAPOLITANO, 2014, p. 307).

Figura 23



Autor: Ralfó Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfó Furtado

Contexto: Paulo Maluf era alvo de acusações de corrupção. Em 1980, quando da visita do papa João Paulo II ao Brasil, o chargista deu sua alfinetada. Vidigal é uma favela que o papa tinha visitado no Rio de Janeiro.

Maluf renunciou ao governo em maio de 1982 para concorrer a deputado federal nas eleições de novembro, tendo obtido o recorde de 673.000 votos. De Brasília, buscou fortalecer ainda mais sua candidatura, concentrando-se sobretudo no PDS do Nordeste. Era acusado de estar comprando votos, mas também tinha muitos admiradores entre os conservadores.

O Colégio Eleitoral iria se reunir em janeiro de 1985. Nem o PDS, nem Figueiredo, tinham uma estratégia de longo prazo, mas apenas para aquele momento, aquela eleição.

A estratégia agressiva de Maluf irritara o PDS. Ele ganhava terreno. No fim de junho, as forças anti-Maluf no PDS propuseram à Executiva Nacional a realização de uma consulta prévia nos estados para apurar as preferências das bases. Maluf não tinha popularidade no interior. Sua resposta foi mandar seus

adeptos tumultuar a reunião seguinte da Executiva, e foram tão eficientes que o presidente do partido, senador José Sarney, abandonou a reunião e renunciou ao cargo. A partir daí, o partido se dividiu irremediavelmente e a Executiva Nacional passou a ser dominada por malufistas.

Figura 24



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O personagem é José Sarney, presidente do PDS, que queria a realização de prévias para a escolha do candidato do partido à Presidência da República para afastar as pretensões de Paulo Maluf.

O que ocorreu em seguida foi uma defecção em massa, do PDS, da elite política que vinha até então apoiando a ditadura. Situação cuja importância não pode ser minimizada, porque praticamente determinava o fim da influência direta dos militares nos rumos da política brasileira, nos termos que vinha ocorrendo desde 1964. Observa Skidmore que

A sucessão de políticos da UDN e do PSD que colaboraram com os generais desde 1964 estava agora interrompida. Justamente quando os militares estavam tentando começar a última etapa da transição, os políticos civis outrora “responsáveis” decidiram que já estavam fartos. Além disso, acenava-lhes o objetivo da possível conquista do poder (SKIDMORE, 1988, p. 481).

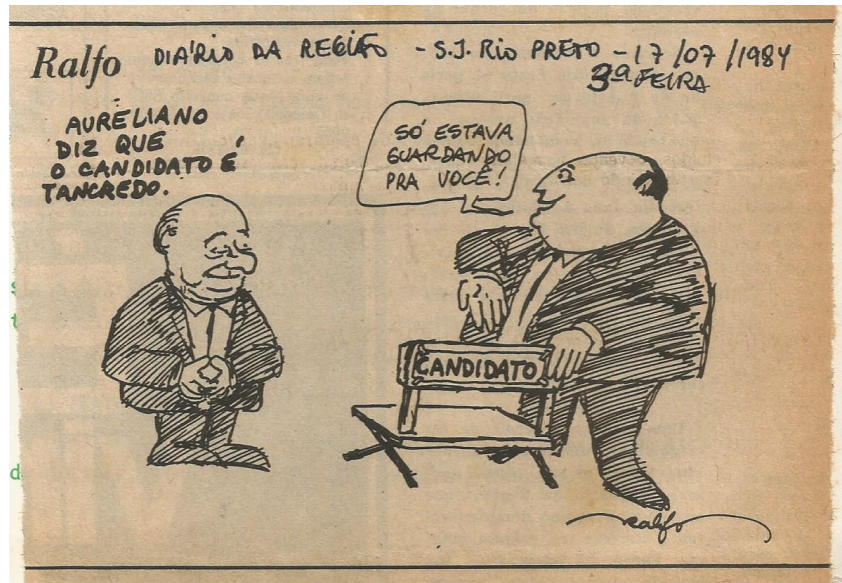
O grupo que se autoexcluiu do PDS por causa de Maluf se autodenominava agora Frente Liberal. Enquanto isso, Maluf seguia sua marcha: em agosto foi escolhido candidato a presidente na convenção nacional do PDS.

Já o PMDB se mostrava mais unificado. Tinha um nome para lançar: o do governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, político de 74 anos e longa carreira de dimensão nacional que nunca tinha adotado posições extremadas. Por causa da idade, muitos viam nele a figura de um pai que, como o primeiro presidente civil eleito desde 1964, podia unir o país. Era um moderado situado à esquerda do centro, cujas ideias seduziam um público que ia do centro-direita ao centro-esquerda: um candidato ideal contra Maluf.

Em agosto Tancredo foi escolhido pela convenção do PMDB e passou a tratar de tranquilizar os militares quanto a suas intenções. Estes haviam manifestado inquietação quanto ao futuro por meio de críticas do ministro do Exército, Walter Pires, aos políticos da Frente Liberal, que “havam abandonado seus compromissos”. Já Tancredo fez pronunciamentos públicos nos quais se opôs a qualquer tentativa de processar os militares ou os policiais acusados de tortura e outras violações dos direitos humanos. Teve, ainda, um encontro cordial com Geisel, de quem recebeu discreto apoio. O problema estava contornado.

Enquanto isso, a Frente Liberal, agora transformada em partido (Partido da Frente Liberal - PFL), juntava-se ao PMDB para formar a Aliança Democrática e indicar José Sarney como candidato a vice-presidente de Tancredo. O maranhense Sarney, ex-governador, deputado e senador, era o protótipo do político ao velho estilo brasileiro e nunca tinha deixado de apoiar as políticas dos militares, até tornar-se um dissidente por causa de Maluf. Foi escolhido também porque, como nordestino, poderia desviar votos de Maluf.

Figura 25



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: A “foto” que tira a solenidade do fato, ao mesmo tempo em que transmite simpatia pelos personagens presentes: capacidade de chargista.

O panorama eleitoral modificou-se. As chances de Maluf praticamente desapareceram, enquanto a campanha da oposição ganhava ímpeto. A mídia, especialmente a TV Globo, era pró-Tancredo. Com a continuação da campanha, Tancredo alcançou proporções “virtualmente míticas para a maioria dos brasileiros”, na definição de Skidmore (1988, p. 486).

Em 15 de janeiro de 1985, o colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves por 480 votos de um total de 686. Maluf recebeu apenas 180 votos, dos quais 174 do PDS. Outros 166 representantes deste partido votaram em Tancredo.

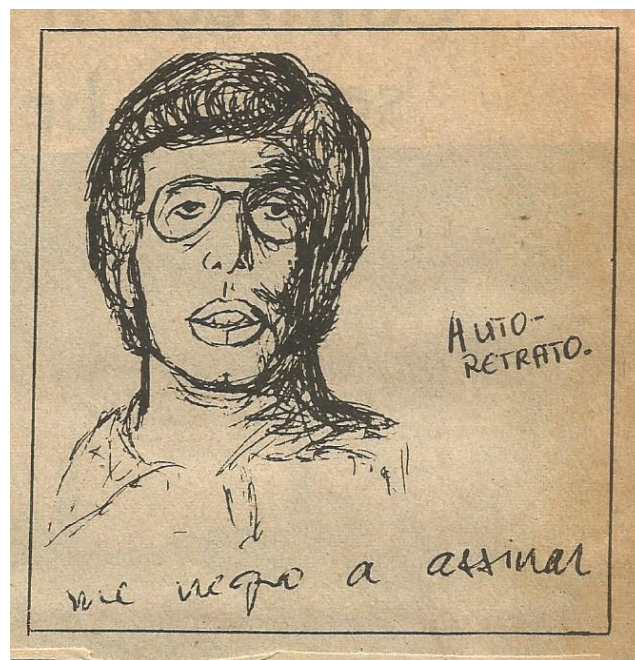
Em 15 de março, com a nação perplexa ante a notícia de que, no dia anterior, Tancredo Neves teve que ser hospitalizado por causa de uma doença da qual ninguém tinha tido notícia de que estava acometido, encerrou-se melancolicamente o governo Figueiredo, com o presidente recusando-se a passar a faixa presidencial a José Sarney, a quem considerava traidor por ter abandonado o PDS e aceitado participar da chapa da oposição.

3 RALFO FURTADO: ANTES DE TUDO, UM CARTUNISTA

3.1 O DESENHO NO SANGUE E O DOM DO HUMOR

O “percurso de descobertas”, que na expressão de Duarte (2012) é fruto do uso da técnica da entrevista em profundidade, com a qual se pode não apenas colher os dados, mas também interpretá-los e reconstruí-los em diálogo com a realidade, nos leva à constatação de que, em maior ou menor intensidade, o desenho e o humor sempre estiveram presentes na vida de Ralfo José Barreto Furtado. Quase todo o tempo juntos, e com grau semelhante de importância. Primeiro de forma amadorística, depois como atividade profissional. Hoje, como um diletante.

Figura 26



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Publicado no jornal *Dia e Noite* de 2 de fevereiro de 1980.

Ralfo – que é como assina suas charges – vê a si próprio, antes de mais nada, como um *cartunista*¹², embora tenha realizado outras atividades ao longo da vida, e, no jornalismo, aprendido e exercido diferentes funções, tendo além disso criado dois jornais, um de humor, o *Estopim*, em Nova Granada (SP), e outro de bairro, o *Jornal do Centro*, na cidade de São Paulo.

Os fundamentos do trabalho de um cartunista são precisamente o desenho e o humor, dois aspectos da atividade humana que, no caso de um chargista, se unem para o exercício da *arte*. A respeito de sua capacidade de fazer desenhos, Ralfo afirma:

Eu penso que vim com essa habilidade ao mundo. Não aprendi na escola. Na escola, aprendi a escrever, aprendi línguas, que depois passaria a ensinar também. Mas o desenho é anterior, veio no sangue. E eu posso ficar dois meses sem desenhar nada, até ter que cumprir o próximo compromisso que envolva desenho. É só pensar no que quero colocar no papel e a mão faz o resto, não enferruja. Basta que eu tenha um propósito (FURTADO, 2014).

Sobre o humor, o outro ingrediente essencial dessa sua atividade, além de se poder dizer que é uma marca de sua personalidade¹³, ele também o considera um dom e diz que nem sempre o usou – e usa – para provocar o riso:

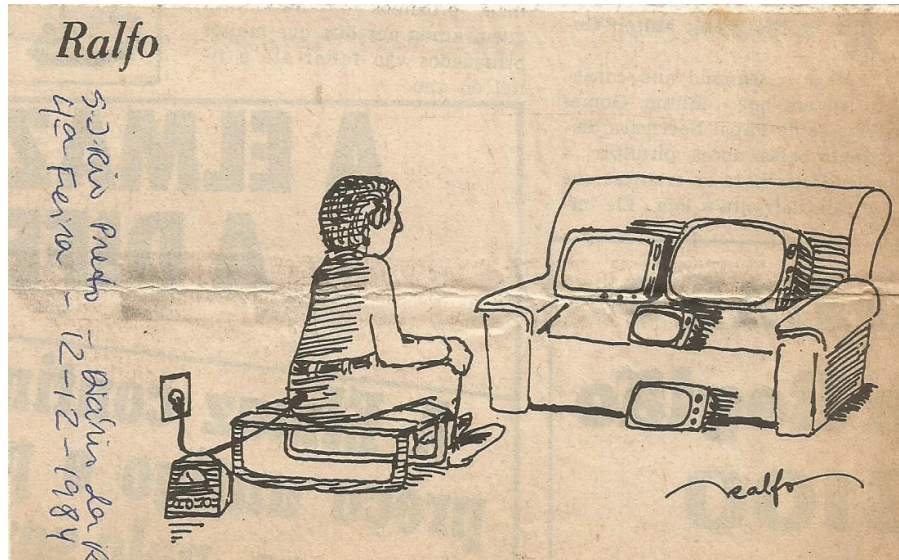
Eu me divirto tanto com piadas que são para rir como com charges que não têm a intenção de fazer rir. *A charge deve fazer pensar, rir é lucro*. A piada é que é para dar risada. Tem hora que a gente faz uma coisa, tem hora que faz outra. Não vivo ligado o tempo todo em fazer trocadilhos. O Chico Anysio não era engraçado o tempo todo. Não se pode encontrar o Renato Aragão no aeroporto e pedir uma piada na hora. O [cartunista] Angeli, então, é “deeeenso” como um coveiro. Mas uma coisa todos têm em comum, e aí me incluo: *observação 24 horas, o dom de perceber que a mudança de uma vírgula de lugar causa estranheza e provoca o cérebro* (grifos

¹² Cartunista é o termo usado no meio profissional para designar desenhistas não apenas de cartuns, mas também charges, caricaturas e histórias em quadrinhos. O texto em que Ralfo se apresenta, no blog onde publica charges, cartuns e crônicas, no endereço <http://ralfofurtado.blogspot.com.br/2011/12/xing-ling.html>, acessado em 27 out 2014, diz: “Ralfo Furtado é professor universitário da Estácio [...] desde 2009 e da FMU [...] desde 2012, é co-apresentador [...] do Programa São na www.alltv.com.br, jornalista da www.cargapesada.com.br há 28 anos, sócio da www.ussbrazil.com há 18 anos, advogado há 32 anos, mas se considera MESMO (sic) cartunista [...]”. Outras charges de sua autoria estão em <https://plus.google.com/photos/118039181334138707669/albums/5179867173656254961?banner=pwa>. Acesso em: 27 out 2014.

¹³ “O Ralfo, aquele rapaz irreverente? É claro que sei quem é”. Essa foi a reação do colunista social Nenê Homsí, que trabalhou com Ralfo na mesma redação, há quase 40 anos, ao ser entrevistado para este trabalho. O próprio Ralfo, no entanto, faz esta ressalva, referindo-se não a seu trabalho, mas a seu modo de ser: “Meu humor pode ser ácido, ferino, cruel, cortante, desconcertante e, definitivamente, não fazer rir” (FURTADO, 2014).

nossos). Esse dom ninguém escolhe ter. Por exemplo: você já percebeu que São Paulo é um erro gramatical? Deveria ser É Paulo ou São Paulos (FURTADO, 2014).

Figura 27



Autor: Ralfo Furtado

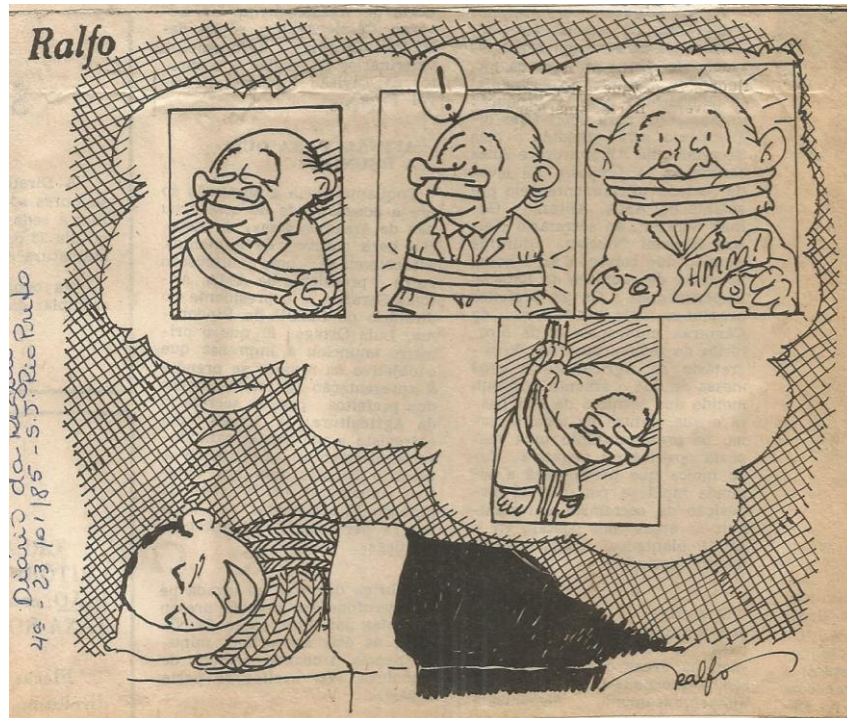
Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: o chargista trata da temática da comunicação de massa.

Aceitando a capacidade para o desenho como algo não aprendido, mas que lhe veio “no sangue”, conforme afirmou, e definindo o humor como o dom de perceber estranhezas que “provocam o cérebro”, o chargista Ralfo chega a uma síntese singular sobre a forma como encara a própria arte que exercita:

A arte – qualquer arte – é um dom sobrenatural. Muitas vezes eu tive uma estranha sensação. Havia uma folha de papel branco na minha frente e, meia hora ou uma hora depois, havia ali um desenho completo. De onde veio aquilo? Fui eu que fiz? Saiu da minha mão? Eu seria capaz de fazer de novo? O mesmo deve se passar pela mente de um escultor diante da obra pronta (“Parla!!”) ou de um escritor ao reler seu livro, a sensação de que ele apenas foi usado. Vai que, nesse processo, nos seja dada a oportunidade de vislumbrar um lampejo do futuro. Sem querer ser pedante ou presunçoso, todo mundo sonha, mas os artistas lembram com mais frequência. Isso é parte da sensibilidade. *And dreams are windows into Heaven*. Eu tenho uma coleção de situações que me apareceram em sonhos e que, depois, realmente aconteceram (FURTADO, 2014).

Figura 28



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Paulo Maluf, o candidato derrotado no Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, sonha, logo após a eleição, com o que possa acontecer ao vencedor, Tancredo Neves, no dia da posse: premonição do chargista.

Ralfo começou a fazer charges em 1976, aos 17 anos, antes de ter onde publicá-las – um certo número ficou na gaveta. Daí o título *Ralfo – 8 Anos de Humor* (Editora Verbo, S. José do Rio Preto), que escolheu para um livro publicado em 1984, no qual descreve sua trajetória como cartunista até ali em 86 páginas nas quais são apresentadas 119 charges. Reconhece que, “naqueles primeiros tempos, o que eu fazia era dar minha opinião com desenho, não tinha muita noção do que era o trabalho de um chargista” (FURTADO, 2014).

Mas já tinha uma modesta experiência e certa maturidade quando se iniciou como chargista profissional, em novembro de 1979.

Figura 29



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Contexto: Em julho de 1979, após três anos de problemas e notícias negativas, a estação espacial americana Skylab desaba e desintegra-se, fora de controle. A única vítima conhecida do episódio foi a NASA, pela caneta dos chargistas.

Sua carreira nesse campo foi inteiramente desenvolvida em jornais de São José do Rio Preto. Contratado pelo jornal *Dia e Noite* para publicar charges diárias em novembro de 1979, ali permaneceu até julho de 1980, quando o jornal fechou. Depois teve passagens por outros dois jornais – *A Notícia*, de junho a dezembro de 1981, e *Folha de Rio Preto*, de novembro de 1982 a março de 1983 – e se fixou num terceiro, o *Diário da Região*, de março de 1983 até 1992.

Ralfo nasceu em 18 de julho de 1959, em São José do Rio Preto (SP), no noroeste do estado de São Paulo, para onde sua mãe tinha se deslocado porque precisou ser submetida a uma cesareana. Seus pais viviam na pequena Nova Granada (o município tem hoje 19.180 habitantes)(IBGE, 2010), a 37 quilômetros de São José do Rio Preto e a 487 quilômetros da capital do estado.

Figura 30



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Contexto: A crítica à situação de pobreza de grande parte da população: pela forma como se exprime, o bebê é brasileiro.

Filho único de um dentista e uma professora de português e inglês, Ralfo estabeleceu um profundo vínculo com o desenho desde as primeiras vezes em que teve um lápis na mão. Com o desenho e com o humor:

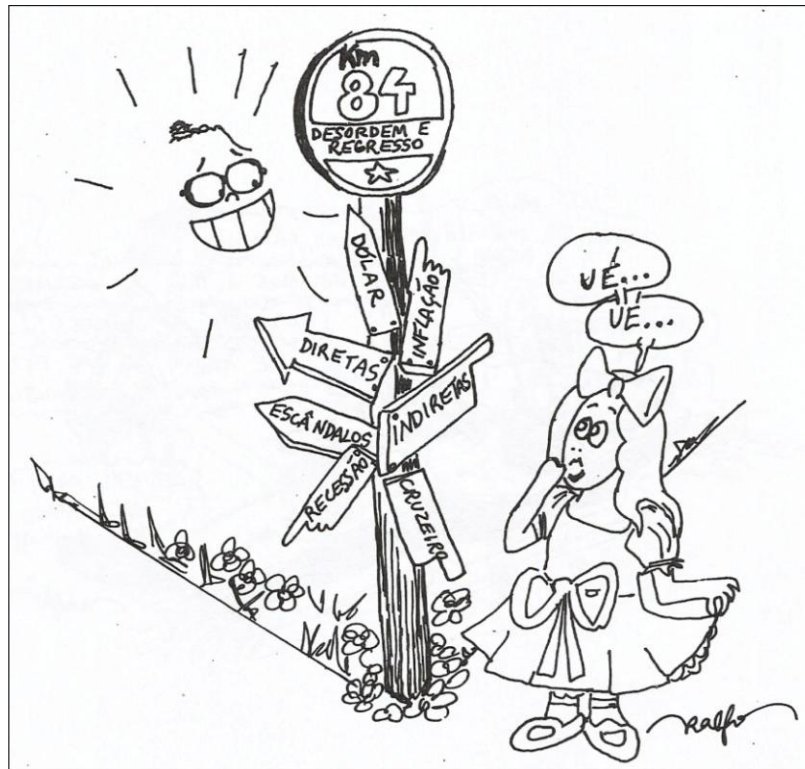
Comecei fazendo graça com os tocos de lápis de cor da minha tia caçula, quando passava as férias na casa da minha avó materna. Entre as graças que fazia, uma que se destacou e foi motivo de muitos comentários na família, foi a caricatura do meu pai, vestido de Zorro e montado no meu cavalinho de cabo de vassoura (FURTADO, 2014).

3.2 UNIVERSO DE LÁPIS, LIVROS E REVISTAS

Na infância vivida em Nova Granada, foi leitor apaixonado das revistas de histórias em quadrinhos de Walt Disney, publicadas pela Editora Abril. Sua identificação com Tio Patinhas e família era tão grande que caiu de cama, com febre, ante a notícia da morte de seu criador, em dezembro de 1966. Leu o escritor suíço Erich Von Däniken, cujas obras foram muito populares nos anos de 1970

(*Eram os Deuses Astronautas?, Semeadura e Cosmos, De volta para as Estrelas*)¹⁴; as várias enciclopédias que o pai tinha em casa também despertaram sua curiosidade; aprendeu música num violão presenteado pelo pai, tornando-se mais tarde compositor de canções que apresentou em festivais regionais; e a mãe lhe ensinou português e inglês.

Figura 31



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Contexto: Recordando a infância, o chargista usa o personagem de história infantil (Alice) para denunciar a confusa situação política e econômica que o Brasil vivia no fim de 1983. O vilão fantasmagórico é Delfim Neto.

¹⁴ Däniken tinha teorias sobre a influência de extraterrestres na terra desde tempos pré-históricos. A paixão de Ralfo por histórias em quadrinhos e ficção científica se transformaria em atividade comercial. Em 1995, fundou a loja U.S.S., localizada no centro de São Paulo, onde “fãs de filmes de ficção científica e séries de TV” podem encontrar produtos para colecionar, relacionados com o filme ou a série, como *Jornada nas Estrelas*, *Xena – A Princesa Guerreira*, *Guerra nas Estrelas*, *Arquivo-X*, *Perdidos no Espaço*, *Galactica*, *Túnel do Tempo*, *Terra de Gigantes*, *Babylon 5*, *Viagem ao Fundo do Mar* etc, conforme <http://www.ussbrazil.com/>, acesso em 27 out 2014. Ralfo também foi guia de excursões de aficionados desses passatempos a convenções e visitas a estúdios cinematográficos nos Estados Unidos.

Outras leituras viriam a inspirá-lo em seu trabalho como humorista e chargista, entre as quais cita:

A *Folha de S. Paulo* foi muito influente. Maurício de Sousa publicou nela a primeira tirinha no dia em que nasci; todo 18 de julho, eu e ele comemoramos. Eu devorei a *Ilustrada*, a *Folhinha*, Lourenço Diaféria, Teresinha Monteiro [autora da coluna "Panorama" da *Ilustrada*] e depois o *Folhetim*, Paulo Francis etc.. Meu pai era assinante. O *Pasquim* não chegava a Nova Granada. Eu comprava tudo da [editora de revistas] EBAL e da Abril. Era fã da revista *Cruzeiro*, que tinha o Amigo da Onça na última página, e do [humorista] Leon Eliachar, da *Manchete*. Devo ter sido apresentado ao *Pasquim* em 1974 ou 75, época em que passei a viajar frequentemente para o Rio de Janeiro para passar as férias nas casas de duas tias (FURTADO, 2014).

Quanto a fontes especificamente ligadas ao humor, Ralfo enumera:

Puxando pela memória, posso citar *O Analista de Bagé* (Luís Fernando Veríssimo), *O Pasquim*, o Millôr, o Henfil, o Ziraldo, ri muito de um filme do Louis de Funés (*As Loucas Aventuras do Rabi Jacó*), da revista MAD, da Editora Vecchi, que colecionei, de todos os filmes do Monty Python e do sensacional *O Incrível Exército de Brancaleone* (com Vittorio Gassman). E do meu tio Quinca, por que não? Eu o visitava em São José do Rio Preto. Uma vez ele me levou a uma padaria para comer "biscoito de imaginação". Me deu o tal biscoito, comi um e disse a ele: "Mas este biscoito não tem gosto de nada". E ele: "Por isso é 'biscoito de imaginação', você morde e imagina que seja o que você quiser". Nunca esqueci essa frase (FURTADO, 2014).

Figura 32



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Contexto: Nova crítica que trata do tema da pobreza põe em evidência, desta vez, a situação da população de raça negra.

É Henfil, no entanto, o autor que Ralfo coloca em primeiro lugar, entre aqueles que mais admirou e aos quais procurou seguir em sua atividade profissional:

Eu devorava tudo que fosse do Henfil. Minha mãe, minha cúmplice, comprou (e leu) os livros *Diário de um Cucaracha*, *Henfil na China* e *Diretas Já!* O Henfil desenhava, escrevia cartas pra mãe, publicava livros de textos, livros de quadrinhos, fez um filme em Nova York, era militante político (os cartuns dele, eternos, foram doados à CUT), tinha um programa de TV nas manhãs da Globo (TV Homem, em preto e branco, entre a Marília Gabriela e a sexóloga Marta Suplicy) e se casou três vezes, como eu. Era meu ídolo. Multimídia. Era ele que eu queria que prefaciasse meu livro, mas já estava muito mal de saúde, no meio da última crise (FURTADO, 2014).

No início da adolescência, era o gosto pelo desenho que ocupava a maior parte do seu tempo, segundo descreve:

Entre 1972 e 1975, gastei minha mesada em cartolina, cadernos de desenho e canetas hidrocor. Fazia revistas de histórias em quadrinhos, desenhando cada página, em gêneros que variam entre humor, super-heróis e ficção científica. Cada edição, com um único exemplar, passava de mão em mão entre colegas e professores. Escrevi também nessa época um “romance de espionagem” que satirizava James Bond, o agente 007 (FURTADO, 2014).

Publicou com o amigo Adel Charaf Eddine um jornal mimeografado no colégio, o BIF – Boletim Informativo de Fofocas. “Fomos chamados para falar com a diretora algumas vezes por causa do conteúdo do BIF” (FURTADO, 2014).

Figura 33



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: FURTADO, 1984

Contexto: Cruzeiro era a moeda brasileira no início dos anos 80.

Pode-se dizer que começou no jornalismo em 1975, quando o jornal *A Tribuna*, de Nova Granada, passou a publicar suas crônicas e contos, que assinava sob o pseudônimo Stolen (em inglês, “roubado”, fazendo associação com o sobrenome Furtado). Foi um início já pelo humor. Na crônica inaugural, com o título “Alusivo aos dias de não-sei-o-quê”, Ralfo discorre sobre o excesso de “dias disso e dias daquilo” do calendário e afirma, entre outras coisas, que a maioria dessas datas “só serve para alguém como eu ter o que escrever ou para que as agendas distribuídas pelos bancos fiquem um pouco mais grossas”, encerrando com “uma mensagem” aos seus credores: “eu pagarei no Dia de São Nunca”.

Mas o ano de 1976 é que teria influência decisiva sobre as escolhas que Ralfo faria no futuro. Um acontecimento fundamental em sua vida foi uma estadia de seis meses nos Estados Unidos, numa viagem de intercâmbio cultural. Foi morar no subúrbio de Los Angeles, perto da Disneylândia, que visitou quatro vezes naquele período – um sonho realizado. Aprendeu desenho a mão livre (*freehand drawing*) em duas escolas (Loyola High School e Downey High School), publicou tiras de quadrinhos nos jornais de ambas as escolas (a Figura 34 é de uma delas) e fez um curso livre de animação com massinhas. Teve oportunidade de conhecer pessoalmente dois cartunistas políticos famosos na época, Paul Conrad, do *Los Angeles Times*, ganhador do Prêmio Pulitzer, e Bill Auth, do *Philadelphia Inquirer*, que o presentearam com livros. “Todos os impossíveis me pareciam realizáveis naqueles dias” (FURTADO, 2014).

Figura 34



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Tira feita por Ralfo quando estudava nos Estados Unidos, publicada num jornal escolar.

3.3 GRANDE JORNAL, GRANDES DESCOBERTAS

Na volta para casa, Ralfo viu surgir, na vizinha São José do Rio Preto, o jornal *Dia e Noite*, publicado pela primeira vez em 28 de novembro de 1976 e que “revolucionou o jornalismo riopretense”, segundo a jornalista Dinorath do Valle (1994, p. 131). Foi o segundo grande acontecimento do ano para ele.

Ralfo travou contato, no *Dia e Noite*, com uma forma de fazer e apresentar graficamente um jornal que não era comum em cidades do interior. Não

nos quatro jornais diários de Rio Preto, aos quais veio se somar o *Dia e Noite*, um número surpreendente para uma cidade daquele porte¹⁵. De acordo com ele,

[...] o *Dia e Noite* foi o primeiro jornal impresso em *offset* não só da cidade de São José do Rio Preto, mas de um vasto interior do Estado de São Paulo. Para se ter uma ideia, Ribeirão Preto ainda não tinha um jornal em *offset* oito anos depois, em 1984, ano em que morei lá por seis meses. O *Dia e Noite* chegou arrasando, com um absurdo de possibilidades gráficas e com ótimos profissionais, como a sumidade José Hamilton Ribeiro, Nelson Homem de Mello, Clóvis Ferreira Lima, Amauri Jr., Nenê Homsy, Mário Soler. Não era um jornal ‘de oposição’, mas era crítico. Deixou de existir após quatro anos, mas seu impacto foi tão duradouro que, vários anos depois, as bancas de jornais de Rio Preto registravam pedidos de visitantes de cidades vizinhas que procuravam pelo *Dia e Noite*. Fiz parte dessa experiência, foi uma grande escola (FURTADO, 2014).

O *Dia e Noite* tinha um projeto inovador de jornalismo e de apresentação gráfica. Desde o primeiro número, publicava charges na página dos editoriais e artigos de opinião, fato muito raro naquela época, em jornais do interior, tanto por razões políticas como técnicas e financeiras. Segundo Dinorath do Valle (1994, p. 131), “meios técnicos avançados e principalmente a direção competente do jornalista José Hamilton Ribeiro¹⁶ fizeram dele o modelo em que a pequena imprensa começou a se inspirar”. Outros profissionais experientes compunham a redação e cuidavam da apresentação gráfica. O jornal tinha uma rotativa *offset* própria; os diários da cidade, pobremente ilustrados, ainda viviam o tempo da linotipia e das escassas fotografias que exigiam a dispendiosa produção de clichês para impressão. Na chefia de redação, José Hamilton Ribeiro imprimiria ao jornal um “estilo sensacional (mas não sensacionalista)”, abordando “assuntos tabus para a cidade com seriedade, objetividade e leveza” (VALLE, 1994, p. 134).

O jornal foi um empreendimento local. Nasceu de uma sociedade entre o cronista social Amaury Jr.¹⁷, então em início de carreira, mas já com grande

¹⁵ Além do *Diário da Região*, *Folha de Rio Preto* e *A Notícia*, havia o *Correio da Araraquarense*, conforme registra Dinorath do Valle (1994). O editorial da primeira edição do *Dia e Noite* assinala que São José do Rio Preto contava então com “mais jornais diários do que Nova Iorque”. A cidade tinha cerca de 150 mil habitantes em 1976. O Censo Demográfico do IBGE de 1980 registrou 188.599 habitantes. (IBGE, 2011).

¹⁶ José Hamilton Ribeiro ganhou o Prêmio Esso de Jornalismo seis vezes, informa Valle (1994, p. 133). Na década de 1960, foi repórter e editor das revistas *Quatro Rodas* e *Realidade*, no período áureo dessas publicações. Seu nome ficou marcado também por uma fatalidade: perdeu parte da perna esquerda na explosão de uma mina, quando estava cobrindo a guerra do Vietnã. Sua reportagem com o título “Eu estive na guerra” saiu na *Realidade* nº 29, de maio de 1968.

¹⁷ Amauri de Assis Ferreira Jr., o Amauri Jr., viria a se tornar muito conhecido anos mais tarde, por seus programas de colunismo social na televisão, em rede nacional.

projeção na cidade, e o empresário Luiz Roberto Domingues Ramos, responsável pelos investimentos financeiros. Valle (1994, p. 131) afirma que, além de um grande número de jornalistas e colaboradores na redação, o *Dia e Noite* contava com os serviços noticiosos de agências nacionais e internacionais e com o primeiro serviço de radiofoto da cidade. Teve uma tiragem inicial de 10 mil exemplares, circulava em 60 cidades e suas edições tinham em média 24 páginas aos domingos e 12 páginas nos dias de semana. Era o único que circulava também às segundas-feiras, com oito a dez páginas.

Figura 35



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Uma alusão às frequentes mudanças na Constituição que ocorreram ao longo do governo Figueiredo.

O testemunho de jornalistas que participaram do início do *Dia e Noite* atesta a qualidade do jornal e sua aceitação pelo público. Carlos Alberto Homsí, o Nenê Homsí, começou escrevendo uma coluna sobre música popular brasileira, mas logo se tornaria colunista social no lugar de Amauri Jr., que se afastou. Homsí também se refere ao jornal como “uma escola”:

O *Dia e Noite* inovou de uma forma fantástica. Tinha grandes jornalistas que vieram de fora, não era só o José Hamilton, era gente como o [Luiz Gonzaga] de Lucca, diagramador de grandes jornais de São Paulo. Eu me lembro que o primeiro número era mais grosso que o 'Estadão' de domingo. Mas tudo com reportagens daqui, com informações que a gente não sabia. Por exemplo, eu não sabia que a região de São José do Rio Preto foi habitada por dinossauros, e eles apresentaram pesquisas mostrando ossadas. E mil outras coisas sobre as quais os jornais daqui nunca fariam nada¹⁸.

Mario Soler, então jornalista recém-diplomado, pediu seu primeiro emprego no *Dia e Noite* e foi contratado pelo próprio José Hamilton Ribeiro para trabalhar na revisão. Logo se tornaria editor de região. Soler diz que o *Dia e Noite* se destacou por sua linguagem:

O *Dia e Noite* adotava uma linguagem irreverente e fazia pautas pouco usuais. Por exemplo, o [repórter] João Garcia fez uma matéria de um senhor que foi enganado por uma prostituta. Ele transcreveu a narrativa do velho. Aquilo causou um escândalo em Rio Preto, porque o velho falou detalhes picantes. Outro episódio diz respeito à Catedral da cidade. A Catedral antiga era tão bela e fizeram no lugar um 'caixotão' que tem até lojas voltadas para uma rua lateral. Começamos a chamar aquilo de shopping center da fé. A [colunista] Dinorath do Valle fez um texto citando os mercadores do templo e um padre chamado Santo Marini ficou indignado, a ponto de ter tido um princípio de enfarte enquanto rezava uma missa. Foi socorrido e as pessoas nos mandavam mensagens ameaçadoras. 'Se o padre morrer, vocês vão ver só...' Passado um tempo, o padre, de fato, morreu¹⁹.

Atraído pela novidade, Ralfo Furtado dirigiu-se à redação do *Dia e Noite* e, depois de apresentar seus trabalhos, tornou-se colaborador eventual do jornal, que publicou alguns cartuns seus, e tiras de quadrinhos na página de entretenimento, como a da Figura 36.

¹⁸ Depoimento ao autor, em 17 de julho de 2014. Nenê Homsí se mantém na atividade de colunista social até hoje.

¹⁹ Depoimento ao autor, em 17 de julho de 2014. Mario Soler é, hoje, assessor de imprensa e professor de Jornalismo.

Figura 36



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Tira publicada no *Dia e Noite* de 30 de março de 1976.

Também fez ilustrações para algumas notícias de Nova Granada escritas por seu amigo Adel Charaf Eddine, que o jornal aproveitou. A notícia do início da colaboração de Ralfo foi dada pelo *Dia e Noite* numa reportagem publicada no dia 23 de dezembro de 1976 (Figura 37), cujo título, com gíria, é um exemplo da linguagem irreverente do jornal a que Mario Soler se referiu.

Figura 37



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Reportagem publicada no *Dia e Noite* de 23 de dezembro de 1976.

Poucos dias depois, o jornal faria uma das primeiras publicações de uma charge de Ralfo. No dia de Natal de 1976, o jornal publicou uma reportagem assinada por João Garcia (Figura 38), com a seguinte chamada na primeira página: *“Está no ar o ‘espírito de Natal’ – O repórter João Garcia fez este teste. Primeiro saiu vestido normalmente, com sua cara de rapaz classe média. Caiu duas vezes, em dois pontos centrais da cidade. Depois ‘vestiu-se’ de mendigo e caiu duas, três, quatro vezes. Foi anotando, nos dois casos, a reação das pessoas. E faz uma pergunta: ‘Você poderia imaginar-se numa situação dessa?’. Tudo foi documentado pelo fotógrafo Clovis Ferreira.”*

Figura 38



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Chamada de capa publicada no *Dia e Noite* de 25 de dezembro de 1976.

Cinco dias depois, retomando o tema, Ralfo publicou a charge abaixo (Figura 39).

Figura 39



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Charge publicada no *Dia e Noite* de 30 de dezembro de 1976.

No início de 1977, tendo terminado o Ensino Médio, Ralfo entrou numa faculdade de Direito em São José do Rio Preto, acatando uma sugestão do pai, embora cogitasse também fazer os cursos de Psicologia ou Jornalismo²⁰. Nos meses seguintes, o *Dia e Noite* faria publicações esparsas de outras colaborações dele, de tiras de quadrinhos.

Sua proximidade com os jornalistas e ilustradores que faziam o *Dia e Noite* proporcionou-lhe o próprio desenvolvimento da técnica do desenho aplicada à

²⁰ Ralfo tornou-se advogado, com escritório montado, em São José do Rio Preto, logo após terminar o curso de Direito. Mas a opção profissional pelo jornalismo falou mais alto. Em 1984, entrou numa faculdade de Jornalismo de Ribeirão Preto, de onde, após seis meses, transferiu-se para a Universidade Estadual de Londrina. Ao término do curso, mudou-se para São Paulo, em 1988.

produção de charges, por influência de Javê²¹ (José Antonio Veduatto), seu antecessor como chargista no jornal *Dia e Noite*:

Enquanto circulava pela redação do jornal, nos idos de 1977/78, eu ficava muito tempo ao redor da prancheta do Javê, observando o que ele fazia. Nunca tinha visto um cartunista ao vivo, a não ser no espelho. Então o Javê não foi grande parte da minha experiência nesse campo, foi a única. Muito tempo depois visitei o Angeli na *Folha de S. Paulo*, ele não gostou das minhas charges, não lembro o que disse que faltava. Mas lembro que tanto o Javê quanto o Angeli me pareciam tristes, a charge deles era meio sisuda. Eu puxava mais para o lado do deboche, do escracho, da molecagem. O que procurei aprender com o Javê foi a técnica, como ele colocava sombras, usava retícula, aplicava angulações, mas não o humor (FURTADO, 2014).

3.4 O *ESTOPIM* QUE INCENDEIA

Em setembro de 1977, novamente com seu amigo Adel Charaf Eddine, lançou em Nova Granada o *Estopim*, jornal mensal de pequeno formato (inicialmente duplo ofício), inspirado no *Pasquim* e dedicado ao humor.

O *Estopim* era um jornal de piadas, pretendia ser uma atualização do almanaque do Barão de Itararé²². Não deixou de ser, também um precursor do *Planeta Diário*²³, feito mais tarde pelo pessoal do Casseta & Planeta (FURTADO, 2014).

O *Estopim* tinha uma tiragem de 300 exemplares e obtinha receita de três fontes: assinantes (poucos), venda direta e pequenos anúncios. Também tinha notícias comuns, do dia a dia, mas quase sempre em tom opinativo, e seu texto era pontuado pelo deboche, ironia e sarcasmo, como define o próprio Ralfo. “Não deixávamos de fazer charges, só não tinham o desenho, por limitações técnicas. Mas o espírito de deboche do *Pasquim* estava ali” (FURTADO, 2014). Tinha grande número de colaboradores, jovens como os donos. O expediente trazia os nomes de dois jornalistas responsáveis, Nelson Homem de Mello e Clóvis

²¹ O cartunista José Antonio Veduatto é referido como Javê por todas as fontes de São José do Rio Preto ouvidas ou lidas para este trabalho. Mas hoje assina-se Javé, conforme se pode verificar, por exemplo, em <https://pt-br.facebook.com/real.Jave>, acessado em 24 jan 2015.

²² Aparício Fernando de Brinkerhoff Torelly, conhecido pelo falso título de nobreza de Barão de Itararé (1895-1971), foi um pioneiro no humorismo político brasileiro. Odilon Aragão Aguiar (2006) fez um estudo a respeito de seu trabalho na tese “O riso na mídia: O Barão de Itararé e seus Almanhaques – os almanques do jornal *A Manhã*”.

²³ O *Planeta Diário* circulou de 1984 a 1992. Foi iniciado por humoristas egressos do *Pasquim*.

Ferreira Lima, ambos profissionais do *Dia e Noite*. “Nós simplesmente gritamos na redação do *Dia e Noite* ‘estamos lançando um jornalzinho em Nova Granada e precisamos de alguém que assine’ e os dois levantaram a mão” (FURTADO, 2014).

A produção do *Estopim* proporcionou a Ralfo uma experiência pessoal, direta, de contato com os aspectos políticos do exercício do jornalismo e das consequências da prática do humor no jornalismo. A experiência lhe seria útil, também, mais tarde, quando se tornaria chargista.

No ano de 1977 ainda se vivia uma situação de grande autoritarismo no Brasil, embora estivesse em curso a abertura política do governo Geisel. O jovem Ralfo não exercia nenhuma militância política, mas era uma voz de oposição, que tinha oportunidade de exercitar seus argumentos frequentemente em sua própria casa: o pai era filiado à Arena²⁴, enquanto o filho, como voraz leitor de revistas e jornais, era bem informado (tanto quanto possível, por uma imprensa que estava sob censura) sobre a situação que se vivia no país.

Meu pai tinha posição política definida: era membro da Arena [partido do governo] e da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra²⁵, fã de John Kennedy e Paulo Maluf. Parece que eu, inconscientemente, decidi afrontá-lo e discordar das posições políticas dele, e essa também pode ter sido a causa para o desenvolvimento do humor em mim, como arma ou escudo. Nós discutíamos muito. Eu defendia Fernando Morais²⁶ e Ulysses Guimarães²⁷. Tivemos grandes quebra-paus em casa – eu, filho único – apartados por minha mãe. Frequentemente, passávamos dias emburrados um com o outro. Já minha mãe, Maria Lúcia, compartilhava Henfil e Beatles comigo (FURTADO, 2014).

Várias vezes, os autores do *Estopim* se viram embaraçados por razões políticas, no período de um ano que durou o jornal nessa fase (haveria outra). A primeira vez foi logo no primeiro número.

²⁴ O cirurgião dentista Ralfo José Furtado, que por 45 anos foi provedor da Santa Casa de Nova Granada (de 1968 a 2013), teve uma única incursão político-eleitoral: foi candidato a vice-prefeito pela Arena, mas perdeu.

²⁵ A Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG) reunia simpatizantes e contribuía para a difusão da doutrina da Segurança Nacional, usada como pretexto, pelos militares e seus aliados, para justificar o golpe de 1964.

²⁶ Jornalista e escritor, no período referido por Ralfo, era deputado estadual do MDB/PMDB em São Paulo (1978-1986). Ao entrar na política, já era conhecido como um jornalista competente, várias vezes premiado.

²⁷ Então presidente do MDB, o partido de oposição aos governos militares.

Ralfo explica que, por causa dos pobres recursos da impressão da gráfica em que era impresso, o *Estopim* quase não publicava desenhos nem fotos. Mas essa limitação era enfrentada com o uso de outros artifícios:

Desde o início, o espírito anárquico do chargista esteve presente no *Estopim*, mesmo sem desenhos. O número um tinha oito páginas, as quatro de fora com o texto em verde e as quatro de dentro em vermelho. Na primeira página, o título principal era “Melancia?” [Figura 40]. E o texto explicava que esse foi o nosso jeito de, com pouco dinheiro, “pendurar uma melancia no pescoço para aparecer”, como sugere o bordão popular (FURTADO, 2014).

Figura 40



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Capa da edição nº 1 do *Estopim*, publicada em setembro de 1977.

Essa brincadeira, no entanto, fez com que os produtores do jornal fossem chamados a comparecer à delegacia de polícia. De acordo com Ralfo,

[...] tivemos que dar explicações ao delegado, porque o termo melancia era uma gíria, sinônimo de comunista – aquele que é “vermelho” por dentro. Nós não sabíamos disso. Outra vez em que também desagradamos o delegado foi quando escrevemos que o bloco mais animado do carnaval de rua tinha sido o dos policiais fardados que acompanhavam o cortejo. Fomos lá para explicar, de novo, que era só brincadeira (FURTADO, 2014).

Houve ainda um episódio que ficaria marcado como uma tentativa de calar o *Estopim*, de um maneira típica do autoritarismo da época: depois de quatro edições, a gráfica onde o jornal era impresso recusou-se a continuar fazendo o serviço. A impressão era feita pela Casa da Criança, que pertencia à Casa Paroquial de Nova Granada. “Então o padre mandou parar, por alguma razão ou pressão, não lembro se ele chegou a dizer claramente” (FURTADO, 2014). O jornal passou então a ser impresso em São José do Rio Preto.

O caso mereceu não apenas uma, mas duas menções, no mesmo dia, num aliado bastante influente do *Estopim*: o *Dia e Noite*, onde Ralfo e Adel, como já citado, eram conhecidos e tinham amigos. Foram menções de repúdio, com caráter de defesa da liberdade de imprensa e denúncia de repressão política.

O dia foi 18 de janeiro de 1978. Uma pequena notícia, sob o título “*Estopim* será impresso fora”, afirma de forma contundente:

Incrível. A luta do Jornalzinho (em tamanho) *Estopim*, de Nova Granada, é para que o granadense aplique seu dinheiro em Granada mesmo, [...] em seu comércio. Pois é, agora por ironia o *Estopim* está aplicando dinheiro fora de Granada.

Acontece que a gráfica em que era impresso lá em Nova Granada acaba de se recusar a fazer a impressão do jornal e por isso os responsáveis pela circulação do *Estopim* estão em Rio Preto e aqui vão procurar uma gráfica disponível. Nota: o motivo da recusa por parte da única gráfica de Nova Granada foi devido a “pequenas divergências” entre os comandantes do *Estopim* e os responsáveis pela impressão quanto à linha do jornal (meio combativa). Agora, o *Estopim* vai aplicar dinheiro fora da sua cidade (*DIA E NOITE*, 1978, pág. interna).

Ralfo não tem recordação de quem possa ter sido o autor dessa notícia. O outro registro sobre o mesmo fato saiu na coluna “Serviço & Lazer”, assinada por Dinorath do Valle. Sob o título “O *Estopim*, um jornal lucrativo”, ilustrado pelo desenho de uma bomba com o pavio aceso, o texto começa exaltando os “jovens idealizadores” do *Estopim*, que, depois de terem pedido apoio e

orientação aos redatores do *Dia e Noite* para implantar seu projeto, estavam realizando “a primeira tentativa de se fazer jornalismo crítico em Nova Granada”. E prossegue:

Da mesma forma que [o *Estopim*] fez muito sucesso entre a maioria do público leitor, apareceu uma corrente de opinião contra. Naquela base do “nisso não se pode falar”, “naquilo não é bom mexer”.

Teve até gente de influência que deu passos no sentido de exigir censura prévia para “O *Estopim*”.

Para se ter uma ideia do valor da iniciativa dos jovens granadenses, o primeiro número “empatou” financeiramente e o segundo deu o fantástico lucro de 27 cruzeiros. [...]

Talvez os granadenses só se apercebam disso daqui a algum tempo, mas “O *Estopim*” foi a mais importante manifestação cultural dos últimos anos da cidade, expressando o espírito de uma camada da população que se mantinha calada por falta de veículo ou de oportunidade (*DIA E NOITE*, 1978, coluna Serviço & Lazer).

Em pelo menos outras três ocasiões o *Dia e Noite* deu divulgação ao *Estopim*.

A primeira foi anterior ao caso da gráfica. Foi a notícia da existência do jornal, que já estava em seu número três. Em três colunas, ilustradas com o *fac-símile* da capa do *Estopim* (Figura 41), o *Dia e Noite* informava: “Jornalzinho de Granada diz que a poligamia tende a aumentar”. O texto fazia referência a um artigo presente na terceira edição, sob o título “As incríveis formas de casamento” e tendo o subtítulo “Há a prática da poligamia em todo o mundo e a tendência é aumentar”. O *Dia e Noite* informa ainda que o *Estopim* “está cada vez melhor, com boas notícias”, como a de que, em Nova Granada, “os refrigerantes estão sendo vendidos a \$4, quando deveriam ser a \$ 2,15 segundo a tabela da SUNAB²⁸”.

²⁸ Superintendência Nacional do Abastecimento: órgão do governo cuja atribuição, entre outras, era a de tabelar preços de alguns produtos de consumo da população.

Figura 41



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Notícia publicada no *Dia e Noite* de 23 de novembro de 1977

A terceira vez que o *Estópim* foi notícia no *Dia e Noite* (Figura 42) se deu em março de 1978. O título destacou a forma pouco convencional como o jornal, na sua edição nº 5, se referiu ao prefeito de Nova Granada, chamando-o de palhaço.

Figura 42



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Notícia publicada no *Dia e Noite* de 4 de março de 1978.

Mas o uso do termo não era ofensivo. O jornal se referia a uma das fantasias que o prefeito havia vestido no carnaval. A pág. 7 trazia uma foto (Figura 43) do prefeito num bloco carnavalesco, com a seguinte legenda: “Na foto acima o bloco “Baianas”, com os Srs. Prefeito e Vice-Prefeito, amigos e esposas. No sábado

e terça-feira de carnaval este bloco se fantasiou também de “Palhaços”, de onde vem a nossa brincadeira de “O PREFEITO É UM PALHAÇO”.

Figura 43



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Notícia publicada no *Estopim*, edição de fevereiro de 1978

A última notícia sobre o *Estopim* no *Dia e Noite* foi para informar do seu fechamento, 11 números e pouco mais de um ano depois do lançamento. A última edição saiu em novembro de 1978. O *Estopim* fechou porque um de seus fundadores, Adel Charaf Eddine, mudou-se de Nova Granada para ir cursar o ensino superior (Medicina), e a equipe de colaboradores se dispersou pela mesma razão. Entre eles estava Ricardo Gandour, que é hoje diretor de conteúdo do Grupo Estado (PORTAL DOS JORNALISTAS, 2014) proprietário, entre outros veículos do jornal *O Estado de S. Paulo*.

3.5 O CHARGISTA COMEÇA A SE MOSTRAR

Em junho de 1978, havia começado a circular, em São José do Rio Preto, a revista mensal *Primeira Edição*. Ralfo foi convidado a colaborar e publicou algumas charges e cartuns na revista.

Primeira Edição tinha em média 50 páginas e capa em cores. Era uma excelente revista, na avaliação de Valle (1994, p. 135):

[...] foi uma das melhores revistas que Rio Preto teve [...] propriedade (e edição) de Clóvis Ferreira, Jary Mércio Almeida Pádua, João Carlos Catalão, Mario Soler e Nelson Homem de Mello²⁹. [...] [a revista] parece consistente, por suas reportagens fortes e atuais, ilustrações e charges de boa qualidade (Javé e Ralfo), colaboradores bem escolhidos [...]. Foi uma revista importante por seu estilo e conteúdo. Não conseguiu permanecer mas deixou nove respeitáveis edições, atestando que é possível fazer jornalismo sério e lazer interessante em qualquer lugar.

A revista deixou de circular em julho de 1979. Uma charge publicada por Ralfo na edição de dezembro de 1978 (Figura 44) fazia referência à expectativa do país em torno da abertura política que se vivia naquele momento, conforme se vê abaixo.

²⁹ Profissionais que também estavam ou tinham passado pela redação do *Dia e Noite*.

Figura 44



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Charge publicada na revista *Primeira Edição* de dezembro de 1978.

Em 1979, por razões econômicas, o jornal *Dia e Noite* vivia grandes dificuldades. Tinha se revelado um empreendimento muito dispendioso. A novidade representada pelo jornal não havia assegurado o faturamento necessário, em publicidade, assinaturas e venda avulsa, para cobrir seus elevados custos. O problema vinha de longe. As primeiras medidas de redução de despesas haviam sido tomadas dois meses depois do início de sua circulação, segundo Valle (1994, p. 132):

A 13 de fevereiro de 1977 o jornal fez seu “primeiro ajustamento operacional”. Apesar de estar batendo a *Folha de S. Paulo* em vendagem, o alto custo tecnológico de suas edições estava onerando a empresa. Nessa data o DN deixou de circular às segundas-feiras e o número de páginas foi reduzido.

Atrasos no pagamento dos salários fizeram com que jornalistas, principalmente os que tinham vindo de outras cidades, fossem abandonando o jornal. Em março de 1978, já numa situação de séria crise, a empresa mudou de donos. No entanto, a crise persistiu.

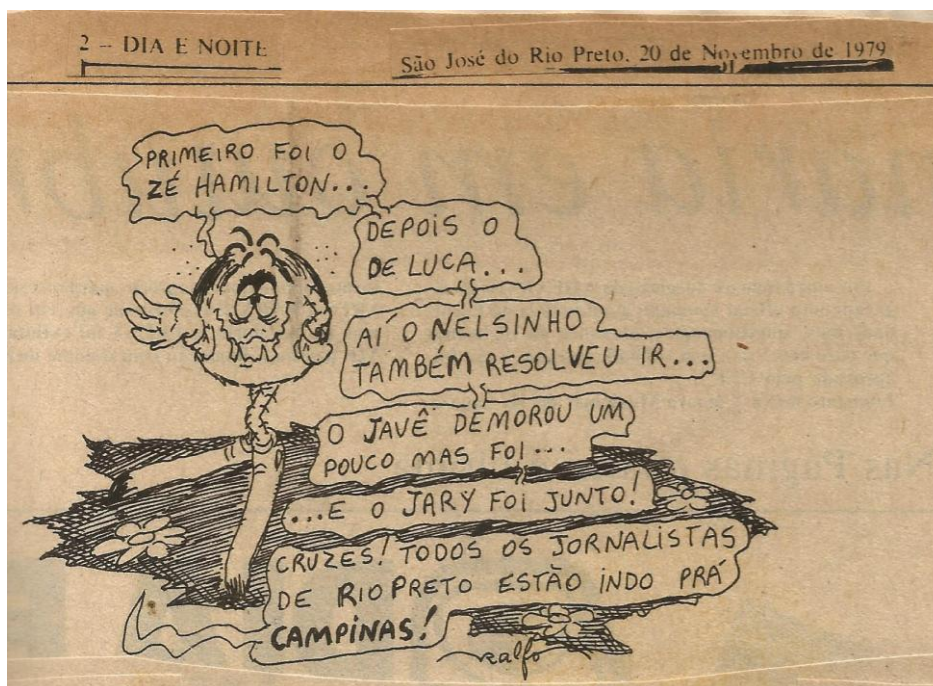
Em novembro de 1979, Ralfo foi convidado a assumir o posto de chargista diário, que estava vago, no lugar do cartunista Javê. A ideia de colocá-lo na função tinha sido de Mario Soler, que desde o final de 1977 era o editor-chefe – rápida evolução para um jovem jornalista com dois anos de prática numa redação. “Minha ‘promoção’ foi obra da crise. Um belo dia não havia quem fechasse o jornal e fui escolhido. Tornei-me editor-chefe e aprendi fazendo”, diz Soler³⁰. O convite a Ralfo foi formulado por Adib Muanis, antigo radialista da cidade que havia assumido a direção da empresa depois da troca de donos. Ralfo lembra: “Fui chamado na sala do Muanis e ele me perguntou: ‘Você aguenta a parada? Aguenta fazer todo dia?’ Respondi: ‘Eu aguento’”.³¹

Um de seus primeiros trabalhos na nova função retratou a própria crise vivida pelo jornal, com a denúncia de que muitos de seus qualificados jornalistas estavam deixando a cidade (Figura 45).

³⁰ Depoimento ao autor.

³¹ Depoimento ao autor.

Figura 45



Autor: Ralfo Furtado

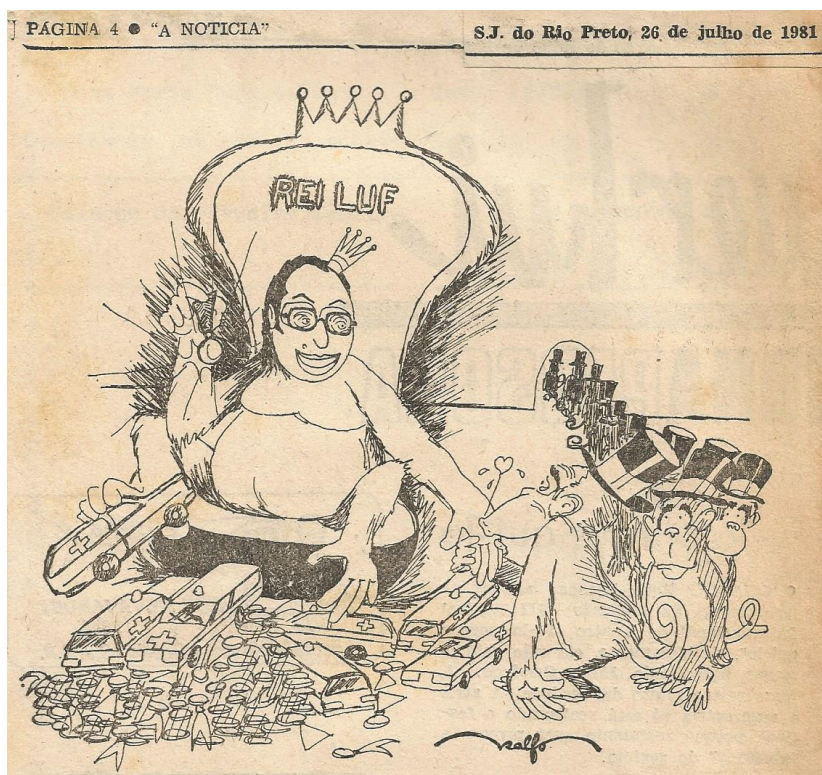
Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Charge publicada no *Dia e Noite* em 20 de novembro de 1979.

No fim de julho de 1980, o *Dia e Noite* fechou, deixando extensas dívidas, principalmente trabalhistas. Ralfo afirma que preferiu não se somar “à fila dos desempregados que se candidataram a receber alguma coisa da massa falida, com a venda das máquinas e equipamentos” (FURTADO, 2014).

Quase um ano mais tarde, em junho de 1981, Ralfo voltaria a publicar charges em jornal, no *A Notícia*, onde chegou indicado pelo colunista social Cesar Muanis, irmão de Adib Muanis. *A Notícia* viria a arrematar, em leilão, a rotativa do *Dia e Noite*, mas nesse momento todos os jornais de São José do Rio Preto continuavam sendo impressos em máquinas planas, com texto composto a chumbo e ilustrações com clichês. Sua temporada em *A Notícia* durou até dezembro de 1981. Uma charge desse período é a da Figura 46.

Figura 46



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

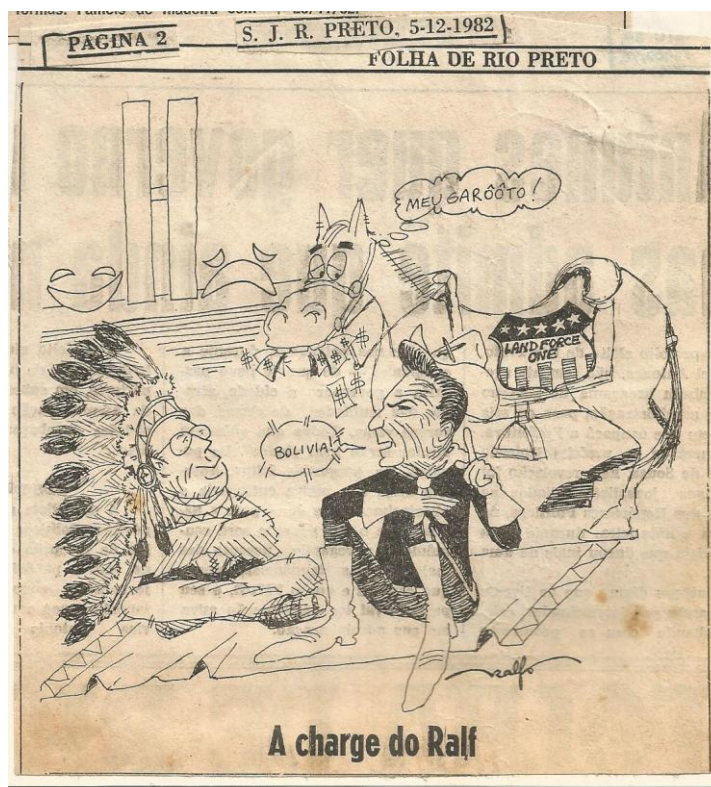
Contexto: O governador Paulo Maluf distribuiu ambulâncias e outros benefícios para prefeituras, quando esteve em campanha para ser escolhido candidato do PDS à Presidência da República. O chargista deu seu olhar sobre o fato.

Em 1982, um colega professor de inglês³² de Nova Granada, Camilo Roberto, convidou Ralfo a retomar a publicação do *Estopim*, com o mesmo projeto voltado para o humor que havia sido desenvolvido em 1977/78. Foram feitas oito edições no período de agosto de 1982 a fevereiro de 1983. O jornal adotou o subtítulo “uma publicação da Grande Nova Granada e Região, órgão oficial de toaletes e lavatórios”, e passou a circular também em São José do Rio Preto. Nessa fase, o *Estopim* vivia de publicidade e era distribuído gratuitamente em postos de gasolina, com um espaço no cabeçalho para cada posto bater seu carimbo de cortesia aos clientes.

³² Ralfo, por muitos anos e em diferentes ocasiões, deu aulas de inglês em escolas de línguas. Também foi e continua sendo professor particular de inglês.

Em novembro de 1982, outro colega de Ralfo, este advogado e jornalista, José Eduardo Furlanetto, apresentou-o na *Folha de Rio Preto*, que publicou suas charges – uma delas, na Figura 47 – até o início de março de 1983.

Figura 47



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, veio ao Brasil e, num pronunciamento transmitido pela TV, confundiu-se, chamando o Brasil de Bolívia. Uma distração que o chargista não perdeu.

Em março de 1983, iniciou-se uma nova fase na vida profissional de Ralfo, em outro jornal, o *Diário da Região*, que recuperara o *status* de maior jornal de São José do Rio Preto, com o fechamento do *Dia e Noite*. O *Diário* era impresso num sistema que Ralfo chama de *semioffset* (com os textos compostos a chumbo em tiras de acetato transparente), mas pouco depois adotaria o sistema *offset*.

Bem relacionado no jornal, onde já estavam vários de seus conhecidos do *Dia e Noite*, Ralfo fez uma negociação para que o *Diário* passasse a publicar uma página semanal de humor produzida por ele, sob o título *Estopim*. Ou seja: o *Estopim*, cujo último número no formato anterior havia saído em fevereiro, passaria a fazer parte do *Diário*, na forma de uma página aos domingos.

Na edição de 13 de março, o *Diário* colocou nota no alto da primeira página, no canto superior esquerdo, logo abaixo do cabeçalho, intitulada “O *Estopim* no *Diário* (ou o *Diário* no *Estopim*?)” [Figura 48], explicando que, a partir daquela edição, todo domingo, o *Estopim* seria uma página de humor encartada no *Diário*. Eu levei meus anunciantes para lá [...] (FURTADO, 2014).

Figura 48



Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Chamada de capa do *Diário da Região* de 13 de março de 1983.

A partir de então, Ralfo foi requisitado também a fazer ilustrações para reportagens e outros fins, e em outubro de 1983 passou a publicar uma charge diária na página de opinião do jornal, fixando-se nessa tarefa e na produção da página dominical do *Estopim*. Esta última, embora mantendo o foco no humor, foi, aos poucos, voltando seu foco para o público infantil.

A certa altura, o *Estopim* deixou de ser *Estopim*. Estava em alta o desenho do *He-Man* (que gritava “pelos poderes de Greyskull!” na [TV] Globo), então o *Estopim* foi transformado, na mesma última página de um suplemento de tamanho tabloide, em *Ri, Mãe!* – com o subtítulo *Pelos poderes do bacon!* Era uma página cheia de porquinhos em todas as brincadeiras, piadas e passatempos (FURTADO, 2014).

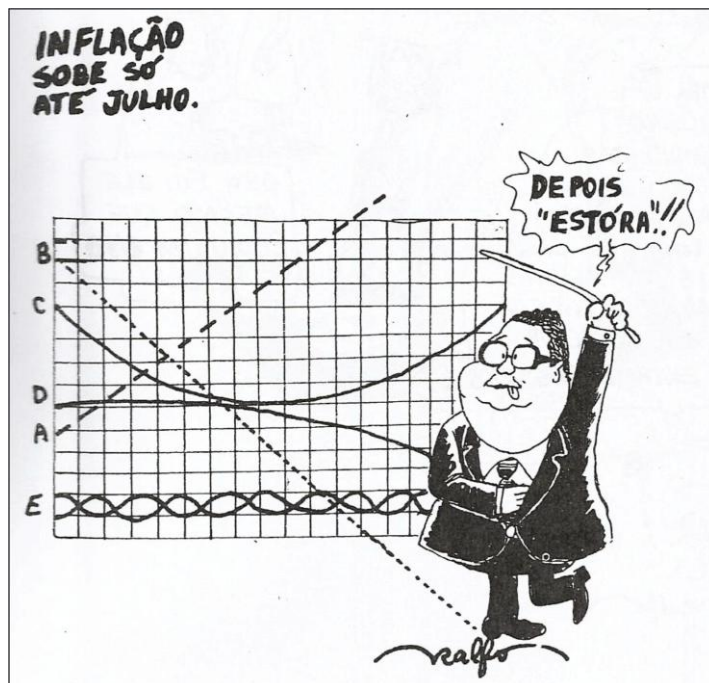
3.6 O CRONISTA GRÁFICO

Rememorando seus primeiros tempos no exercício da charge política diária, Ralfo faz uma reflexão na qual se autodefine um cronista gráfico,

“alguém que relata o cotidiano no traço”, e não um militante da resistência ao autoritarismo, como se fixou, no imaginário coletivo, o trabalho dos humoristas do *Pasquim* ou de outros órgãos da imprensa alternativa dos anos de 1970/80:

Talvez eu preferisse que as pessoas me vissem como um "militante gráfico", que não apenas relata, mas interfere no cotidiano, fazendo as pessoas refletirem, mudarem de posição, tomarem um rumo. Mas eu era só um menino de Nova Granada, e estava longe dos grandes acontecimentos nacionais e dos personagens engajados quer de um lado, quer de outro. Minha desimportância só não era maior porque eu desenhava diariamente num jornal que era lido em toda a 8ª Região Administrativa do Estado de São Paulo [o *Dia e Noite*] e tinha meus seguidores. Leitores escreviam comentando minhas charges. Cheguei a ser visto como intelectual: era convidado para ser jurado de gincana colegial e representei Rio Preto no programa “Cidade contra Cidade”, do Sílvio Santos, respondendo perguntas sobre Noel Rosa. Mas, ainda assim, eu desenhava para mim mesmo, para meu próprio deleite, meu prazer, dava o meu entendimento das coisas. Era minha guerra pessoal, longe do *front* de batalha. Sem derramar sangue (FURTADO, 2014).

Figura 49



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: FURTADO, 1984

O ministro do Planejamento, Delfim Neto.

Sua guerra pessoal era fazer o seu trabalho bem feito, e isso significava assegurar-se de que os leitores entendiam suas charges e estas provocavam as “cócegas no cérebro” já referidas por ele. No começo de 1984, Ralfo mudou-se para Ribeirão Preto, para estudar jornalismo, criando-se, a partir dessa data, uma situação bastante singular para um chargista de um jornal diário: este não apenas *não* entregava sua produção diariamente³³, como ficava impossibilitado de conhecer pessoalmente a repercussão de seu trabalho. Ralfo recorreu a várias estratégias para contornar essas dificuldades:

Onde quer que eu estivesse morando, ia umas quatro a seis vezes por ano (em feriados, férias, festas) à redação do jornal, em Rio Preto, a caminho de Nova Granada, e colhia críticas e sugestões. O pessoal da redação (ou da direção) muitas vezes comentava alguma charge minha que tinha tido algum auê (*sic*). Às vezes me solicitavam algum assunto especial, mas era raro. Além disso, eu tinha na minha mãe, uma leitora crítica do meu trabalho. E também testava a reação das pessoas às minhas charges, mostrando para quem convivia comigo. Se entendiam e gostavam, estava bom (FURTADO, 2014).

Para sua perplexidade, porém, Ralfo tinha (e tem) uma “pedrinha na caneta”, conforme define: seu pai sempre encontrou dificuldades em entender suas charges, por razões que o filho pouco buscou entender.

É curioso. Meu pai não é obtuso. Ele tem formação superior, é dentista, leu livros de grandes pensadores e filósofos, frases e discursos de grandes personalidades da história, biografias, mas minha mãe sempre teve de traduzir minhas charges para ele. É a pedrinha na minha caneta. Mesmo quando ele era muito mais jovem, se dizia que entendia alguma das minhas charges do jornal, entendia diferente da minha intenção. Ele sempre gostou mais do meu texto do que das minhas charges. Talvez ache que o meu texto é reto e direto, e a charge não (FURTADO, 2014).

O maior aval que Ralfo encontrou à qualidade do seu trabalho como chargista, no entanto, veio com a publicação, em 1984, do já citado livro *Ralfo – 8 Anos de Humor*, que teve três prefaciadores de peso no jornalismo e na

³³ Mesmo quando morava em São José do Rio Preto, Ralfo não tinha o compromisso de frequentar diariamente as redações dos jornais em que trabalhou, ou de produzir diariamente. Entregava suas charges duas vezes por semana, na época do *Dia e Noite*.

dramaturgia: Ziraldo, Lourenço Diaféria e Lauro Cesar Muniz³⁴. O livro teve uma tiragem de dois mil exemplares, impressos nas oficinas do *Diário da Região*. “Foi praticamente um presente que ganhei do jornal” (FURTADO, 2014).

O interesse do público foi um atestado do prestígio de que o chargista desfrutava em São José do Rio Preto naquela época: somando a noite de autógrafos com a procura pelos exemplares expostos numa livraria da cidade, foram vendidos 700 exemplares. O autor também fazia lançamentos em Ribeirão Preto, Londrina, Curitiba, Nova Granada e no Salão de Humor de Piracicaba.

Ralfo gostaria que Henfil, seu ídolo, tivesse feito o prefácio de seu livro, mas não foi possível:

Nessa época, o Henfil estava passando por uma grave crise de saúde [hemofílico, Henfil viria a falecer em 1988, vítima da Aids que contraiu numa transfusão de sangue. Cheguei a falar com a mulher dele, mas não deu. Aí peguei o Ziraldo. Minha tia era amiga da mulher do Zélio, irmão do Ziraldo, e fez o contato. Ziraldo estava lançando o livro *20 Anos de Prontidão*, então adotei o título *8 Anos de Humor* como uma paródia (FURTADO, 2014).

O texto de Ziraldo trata do papel do chargista no Brasil daquela época, e considera que Ralfo sabe cumpri-lo:

[...] o que é bom é que pelo que [Ralfo] conta – e como sabe contar bem – e pelo que faz – tem feito muito bem feito – o Ralfo tem feito de sua vida uma aventura positiva. [...] faz charges. Indignadamente, como convém a um chargista. Inconformadamente, lucidamente, pois o que pinta nos trabalhos dele é a consciência que ele tem do país onde vive e a compulsão irresistível de participar (PINTO *apud* FURTADO, 1984, p. 7).

³⁴ Ziraldo Alves Pinto, 82 anos, é cartunista, chargista, pintor, dramaturgo, caricaturista, escritor, cronista, desenhista, humorista, colunista, jornalista, esteve entre os iniciadores do Pasquim e é aclamado por criações como *O Menino Maluquinho*. Lourenço Diaféria, falecido em 2008, aos 75 anos, foi cronista, contista e jornalista e por muitos anos publicou artigos regularmente na *Folha de S. Paulo*; foi preso pelas forças da ditadura por ter escrito uma crônica, publicada no dia 1º de setembro de 1977, na qual dizia que “o povo urina nos heróis de pedestal”, referindo-se à estátua do Duque de Caxias, patrono do Exército, existente na Praça Princesa, Isabel, em São Paulo. O escritor Lauro Cesar Muniz, 76 anos, é escritor, autor de telenovelas de grande sucesso, além de ter feito roteiros cinematográficos e peças teatrais.

Figura 50



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Ministro do Planejamento, Delfim Neto, ministro da Fazenda, Eranane Galvêas, e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni

Ziraldo enfatiza a importância de que Ralfo tenha optado por realizar o seu trabalho num jornal do interior, num período em que, devido ao cerceamento da liberdade de expressão que vigorava até pouco antes, essa prática era incomum:

Acho maravilhoso que o Ralfo tenha optado por ficar em sua cidade natal, mandando de lá, também, a sua brasa. [...] Serve para mostrar ao nosso país que as enormes multidões que foram para as ruas pedir por eleições diretas, em cada cidade do Brasil, formam hoje uma consciência que não está sediada apenas nas capitais [...] em cada pedaço do país, nós – os que não aceitamos o país como os canhões querem nos empurrar pela goela, estamos atentos, fazendo a nossa pequena parte. Gotejando, com insistência, raiva, paciência e esperança (PINTO *apud* FURTADO, 1984, p. 7).

Ao final, Ziraldo volta a se referir à forma como vê o papel do chargista:

Dá-lhe, Ralfo. Alguma coisa estará mudada quando nós todos, os que fazemos graças e gracinhas neste país tão vilipendiado, tivermos passado desta para a outra. E isso nos recompensará, como nos recompensa o riso dos que veem, todos os dias, as suas charges. E que estão vendo o seu livro, hoje (PINTO *apud* FURTADO, 2014, p. 7).

Ralfo gostava de ler os artigos de Lourenço Diaféria na *Folha de S. Paulo*. Um dia, escreveu-lhe uma carta com comentários e recebeu resposta do cronista. Mais tarde, Diaféria lembrou-se de seu leitor de São José do Rio Preto e pediu-lhe para verificar se um livro seu estava à venda nas livrarias daquela cidade, para certificar-se da distribuição prometida pela editora. Ralfo sentiu-se então à vontade para pedir ao cronista que fizesse o prefácio para seu livro. E este escreveu um texto no qual, logo de início, caracteriza a charge, na sua condição de produção gráfica e editorial, de maneira semelhante à do próprio Ralfo: “De certa forma, a charge resume a essência do editorial mais sisudo e o coloquial do comentário ameno” (DIAFÉRIA apud FURTADO, 1984, p. 9).

Quanto ao que viu das charges do livro, depois de observar que se trata de um artista novo, que ainda caminha para o amadurecimento, aonde chegará “com paciência e com disciplina”, Diaféria registra:

Mas o Ralfo é um chargista que não erra o traço ao exprimir o que pensa, e o que pensamos nós, com o olho agudo e perfurante da melhor crítica. Sagaz, forte, e ao mesmo tempo sabedor do que quer proclamar por meio do desenho. [...] ele dá não apenas seu recado e sua mensagem: ele dá seu jeito de ser, sua juventude, e sua esperança de um dia termos um país onde a charge seja cada vez mais caricatura e cada vez menos retrato direto de nossa desfrutável realidade (DIAFÉRIA apud FURTADO, 1984, p. 9).

Figura 51



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: Furtado (1984)

Contexto: Ante a notícia dada na televisão, o personagem anônimo faz o trocadilho entre aço e ferro, que denuncia as dificuldades econômicas da população.

Já o escritor Lauro Cesar Muniz, que é da família de Ralfo (primo de sua mãe), exalta em um cartunista a capacidade mágica de, “através do traço personalista e irresistivelmente cômico”, trazer “à sua presença as figuras que bem desejar”, como tinha feito Ralfo “anos atrás numa gostosa charge de autobadalação” (Figura 52). E acrescenta: “Felizes os cartunistas que podem criar momentos inusitados, invocar a presença de mitos vivos e mortos e flagrar a intimidade mais grotesca das figuras mais veneradas e reverenciadas!” (MUNIZ *apud* FURTADO, 1984, p. 11).

Figura 52



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Contexto: Charge do *Dia e Noite* no dia do aniversário de Ralfo, em 1980. O chargista está representado pelo Tiririca. Entre os convidados, o presidente dos EUA, Jimmy Carter, o líder da então União Soviética, Leonid Brejnev, e o aiatolá Khomeini, do Irã.

Muniz chama a atenção para três das charges publicadas no livro:

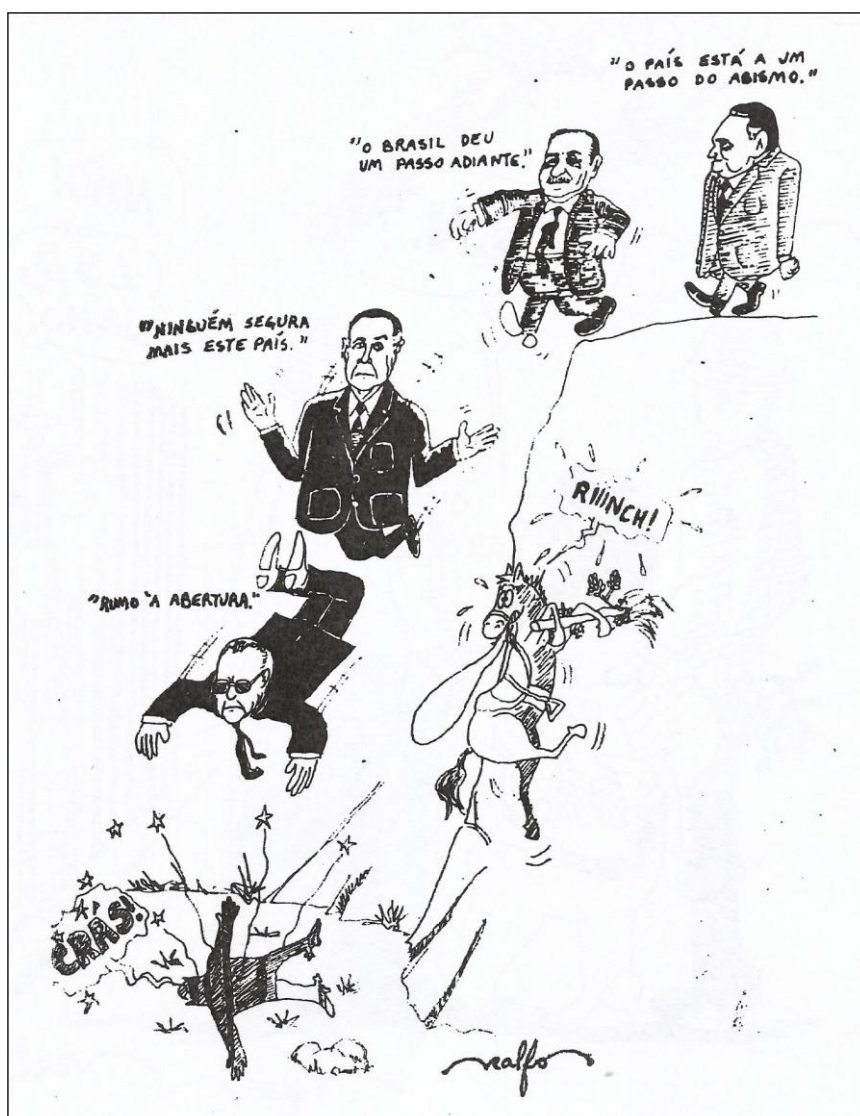
É deliciosamente irreverente e divertido o flagrante do Papa ao beijar o solo e erguer-se com uma tampinha de coca-cola pregada na testa [Figura 53]! Como é imaginosa e sinteticamente exata a queda dos presidentes da “revolução” (que nada revolucionou) no despenhadeiro da história! Salva-se o cavalo de Figueiredo, mais hábil e adestrado do que seu dono [Figura 54]. Que festa é descobrir Papai Noel na sua libidinosa corrida atrás das renas (que são veados) [Figura 55]! (MUNIZ *apud* FURTADO, 1984, p. 11).

Figura 53



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Figura 54



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Figura 55



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: Furtado (1984)

Com base no trabalho apresentado no livro, afirma Lauro Cesar Muniz, a respeito do autor:

Ralfo tem o dom do humor crítico aliado à poesia visual, condimentos necessários para a afirmação de um cartunista e sua arte. [...] vai devastando os costumes e os vícios da política e da religião. Nada o [...] impede de remexer o lixo do mundo: ri do sagrado e sacraliza o cômico! Como um fotógrafo que troca a câmera pela pena, vai sintetizando no espaço o presente, o passado e o futuro da ação, fazendo com que seus desenhos adquiram leveza, movimento, graça. Com habilidade, técnica e inteligência, vai flagrando cenas, sublinhando e alertando seus observadores para o aspecto nada glorioso de determinadas glórias, para o lado grotesco do que é normalmente reverenciado e aplaudido (MUNIZ *apud* FURTADO, 1984, p. 11).

Depois desse momento de afirmação e reconhecimento pelo seu trabalho como chargista, Ralfo prosseguiu fazendo suas charges diárias para o *Diário da Região* até 1992, quando toda a equipe de redação do jornal foi trocada. “Parece que contrataram um pessoal de Campinas, trocaram todo mundo, trouxeram até um chargista novo” (FURTADO, 2014). Confessa que sentiu falta daquele trabalho – “entrei em depressão” – e que a oportunidade que encontraria depois, de publicar charges na internet, não o satisfaz plenamente:

Acho que o Quino [cartunista argentino, autor dos quadrinhos da Mafalda] e eu (mais o Henfil, o Ziraldo, o Angeli e outros) fizemos um gênero de charge para um público em extinção, um público que

se demorava olhando para a charge no papel, que captava detalhes e firulas, que ria no fundo da alma, sem muitas vezes nem mostrar os dentes. Um público que tinha papel, não estava contaminado pelos efeitos especiais, os textos rápidos, os assuntos mastigados, a mídia eletrônica, o predomínio da ação sobre o raciocínio. O público para o nosso gênero de humor ainda resiste em rincões, talvez na Suécia, na Dinamarca, e inclui minha mãe, 82 anos, ex-professora de inglês e português (FURTADO, 2014).

Pode-se dizer, com algum humor, que o autor deste trabalho vê a si próprio como parte desse “público em extinção”, assim definido por Ralfo, que gosta de ver a charge no papel e procura captar “detalhes e firulas” do desenho. E o que apresentamos no capítulo seguinte, de análise de charges, é, em parte, prática desse jogo prazeroso de descobrir e inventariar os “detalhes e firulas” aos quais o chargista recorreu para alcançar seu objetivo de produzir humor, completando-se com o esforço de revelar a ligação entre a fundamentação teórica dada no início deste estudo e o trabalho realizado por Ralfo.

4 IMAGINAÇÃO E REALIDADE NOS TRAÇOS DE RALFO: UMA ANÁLISE

O conjunto do trabalho de Ralfo Furtado como chargista político diário nos jornais de São José do Rio Preto revela o grande interesse que os acontecimentos da política nacional causavam na sociedade no período do governo Figueiredo. O chargista e os jornais eram interioranos, mas, na escolha da temática das charges, se nota, por um lado, o reflexo da mobilização em favor da redemocratização e da retirada dos militares da vida política nacional, que se originava dos mais variados setores da sociedade e por todos os cantos do país; e, por outro, a intenção do jornal interiorano de participar do grande debate com uma atitude opinativa, semelhante à dos grandes veículos, num momento em que o processo de modernização da imprensa avançava em direção ao interior. Ser moderno era ter opinião e participar.

Procuramos confirmar essa constatação estatisticamente. Escolhemos alguns temas e subtemas para classificar as 570 charges de Ralfo do período do governo Figueiredo. Para nominar os temas, adotamos, em parte, um critério baseado nos nomes das habituais editoriais de jornais de informação geral: política, economia, local, nacional e internacional. Como não atenderam inteiramente a nossa necessidade, acrescentamos estes dois nomes: chistes e críticas à situação socioeconômica. O resultado é mostrado no Quadro 2:

Quadro 2 - Charges – Classificação Por Temas*

Tema/Subtema	Nº de charges
Política	288
Figueiredo	(64)
Maluf	(48)
Economia	107
Delfim Neto	(20)
Local	61
Nacional	58
Internacional	46
Chistes	35
Críticas à situação socioeconômica	19
Total	614

*O total de 614 é superior ao número de charges porque algumas se enquadram em mais de um critério; as charges em que aparecem o presidente João Figueiredo e Paulo Maluf estão incluídas no total relativo a política, assim como as do então ministro Delfim Neto nas de economia, tendo sido destacadas no quadro para mostrar a grande atenção que o chargista deu a esses personagens, pela importância do papel que

os três desempenhavam na vida nacional. *Nacional* diz respeito a acontecimentos de dimensões nacionais que não se enquadram em política ou economia; *chistes* são situações que provocam riso mas que não têm conotação política – anedotas (muitas vezes trocadilhos) produzidas a partir de um acontecimento qualquer; e *críticas à situação socioeconômica* são charges que contêm menções ao estado de miséria de parte da população brasileira.

Seguem-se quatro análises de aspectos da produção de Ralfo, as quais abrangem um total de 18 charges e uma história em quadrinhos de duas páginas de revista, por meio das quais procuraremos explorar o nosso objeto de estudo com base na teoria exposta no início deste trabalho e em outros pressupostos.

4.1 O PERSONAGEM FIGUEIREDO

Uma das características mais comuns do conjunto das charges de Ralfo é o uso de caricaturas de personagens proeminentes da política. É fácil perceber a grande habilidade do chargista para captar e torcer a seu gosto os traços fisionômicos de uma pessoa, produzindo diferentes efeitos.

Entre as 570 charges que integram o *corpus* deste estudo, os personagens que aparecem mais vezes são o presidente Figueiredo (64), o então governador paulista (e, ainda no período, deputado federal) Paulo Maluf (48), e o ministro da Fazenda, Delfim Neto (20). Em menor número, surgem também o presidente do PDS, senador José Sarney, e personalidades da política internacional, como o presidente dos Estados Unidos da América, Jimmy Carter, e o líder da revolução iraniana de 1979, aiatolá Khomeini. Outros atores da política nacional são vistos nas charges ocasionalmente, como Leonel Brizola, Lula, Ulysses Guimarães e Tancredo Neves.

A presença de Figueiredo em primeiro lugar nessa lista é denotativa das mudanças políticas que estavam em andamento naquele período. Por um lado, quando Figueiredo tomou posse, em março de 1979, a liberdade de expressão já era bem maior: a censura prévia havia sido extinta por meio de lei aprovada no Congresso no ano anterior. Outra novidade dizia respeito ao comportamento do presidente da República. Diferentemente de seu antecessor, o sério e reservado general Geisel, Figueiredo fazia uma pública e contínua “profissão de fé” no sentido de que, em seu mandato, o governo continuaria fazendo reformas democráticas. Às

vezes, abria exceções, para agradar ao setor “duro” das Forças Armadas. Seu discurso profuso tornou-se um termômetro da situação política.

Assim se configurava uma situação muito diferente da vivida pelos humoristas políticos em qualquer outro período da ditadura iniciada em 1964. Já era possível caricaturar, satirizar, até mesmo ridicularizar autoridades militares – inclusive o presidente da República. Antes, mesmo no período entre 1964 e 1968 (quando, com o AI-5, o exercício da liberdade de expressão passou a ser reprimido com extrema violência), os humoristas evitavam o uso de caricaturas de autoridades que tivessem patente militar. Bernardo Kucinski (1991, p. 15), em seu livro sobre a imprensa alternativa, explica a razão dessa precaução:

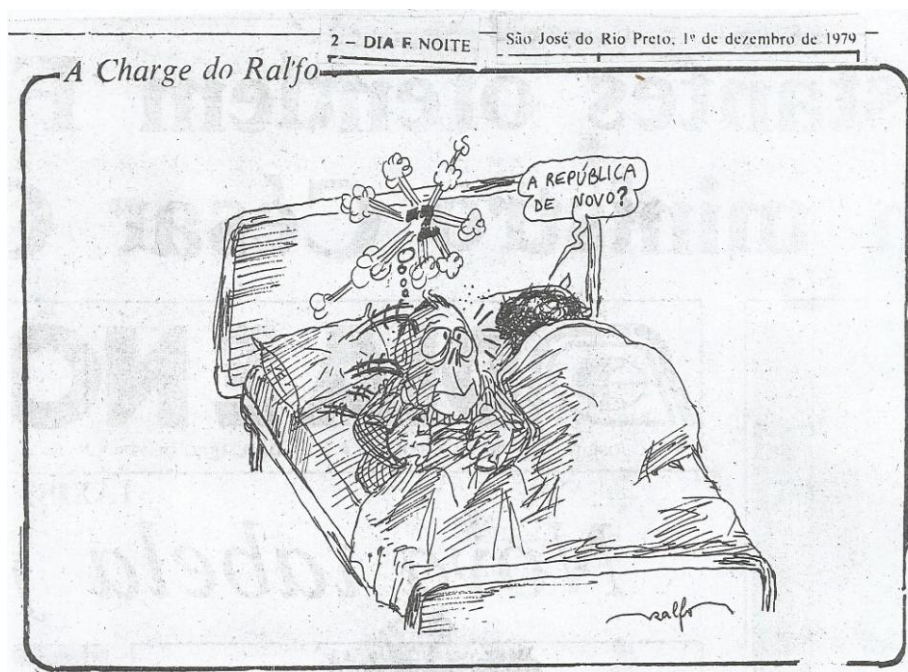
Com seu apego à hierarquia, o sistema militar tornava perigoso o uso da caricatura. Ao deformar fisionomias, dissecando e expondo os traços críticos da personalidade, a caricatura individualiza o ataque, abrindo o flanco a retaliações diretas. Em alguns jornais interioranos, nem mesmo a charge política genérica era permitida. Além de infrequentes, as caricaturas eram quase sempre dos civis, que apoiaram o golpe, como os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros.

Passados 15 anos desde 1964, os riscos da caricatura (no desenho e no texto) de altas autoridades, para os humoristas políticos, eram bem menores.

Ralfo identificou-se bastante com a forma como Figueiredo se comportava publicamente. Gostava de expressar seu entendimento das falas presidenciais. Algumas vezes, desenhava a caricatura do presidente. Em outras ocasiões, fazia ilustrações e criava metáforas e paráfrases nas quais a ironia, a cobrança pela sinceridade de propósitos e pela urgência na tomada de medidas voltadas para a redemocratização eram a tônica, sempre permeada por uma forte dose de irreverência típica de seus trabalhos.

Os primeiros exemplos a seguir são do período inicial do governo, no qual Figueiredo reiterava seguidamente suas intenções de prosseguir com o projeto da abertura democrática. Na Figura 56, Ralfo faz um desenho em que aparecem apenas uma cama de casal e Figueiredo, em pijamas, acordando sobressaltado, enquanto a mulher ao seu lado, sem se virar, “adivinha” com que ele estava sonhando ao perguntar: “A república de novo”?

Figura 56



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 1º de dezembro de 1979

Usando uma prerrogativa própria dos desenhistas de humor, para quem não existe lugar indevassável no mundo, Ralfo compartilha com seus leitores uma imagem da intimidade do presidente da República, em seu quarto de dormir, e o mostra como uma pessoa comum, capaz de ter pesadelos. O espanto estampado em seus olhos, os elementos gráficos (riscos) que revelam que ele se levantou abruptamente, o “z” do bom sono que se esvai, transformado em fumaça – tudo isso destrona Figueiredo de seu alto cargo, e ao mesmo tempo desperta certa compaixão no leitor, pois Figueiredo está sozinho com seus pensamentos (e eventuais pesadelos): sua mulher nem se virou para se solidarizar. Também se pode dizer, do desenho, que seu autor foi buscar inspiração nas fontes infantis do humorismo, assinaladas na introdução teórica deste trabalho, na medida em que Figueiredo, de pijama, é uma figura tipicamente infantil. Esse pode ser um fator de maior identificação do leitor com a mensagem pretendida pelo desenhista.

Todas estas indicações, porém, não são suficientes para se ter uma leitura precisa e completa das intenções do chargista. Aparentemente, faltou, nesta charge, um elemento de intertextualidade que facilitasse a interpretação do desenho. A

intertextualidade não está relacionada apenas ao conhecimento que o leitor deve ter do contexto comunicativo maior em que ela se encontra; ela própria deve conter, se for o caso, todos os elementos e referências de intertextualidade que forem necessários para produzir seus efeitos de humor. Ralfo haveria de se lembrar disto ao guardar o desenho em seu arquivo, pois anotou na mesma folha, entre aspas: “Não descansarei enquanto não fizer desse país a república dos meus sonhos”. Com esta referência, fica completa a mensagem pretendida com o desenho: o presidente foi do sonho ao pesadelo. Da charge se extrai, por hipótese, a mensagem de que Figueiredo estava em apuros para levar adiante o projeto da abertura.

Em outros desenhos, Ralfo informa ao leitor a declaração pública de Figueiredo que era alvo do seu humor. Eventualmente, dava sua visão da declaração do presidente sem desenhar sua figura, mas fazendo um desenho que se caracterizava como uma resposta às suas afirmações ou apelos. A charge da Figura 57 é um exemplo. Conclamando as pessoas a economizar combustível, devido às grandes despesas do país com a importação de petróleo, o presidente propôs: “A solução é apertar o cinto, andar a pé e botar o cavalo no arado”.

Figura 57



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 8 de dezembro de 1979

Pode-se dizer que há, na frase, uma manifestação do “humor rural” do presidente, que gostava de cavalos e cavalgadas e já havia se notabilizado ao

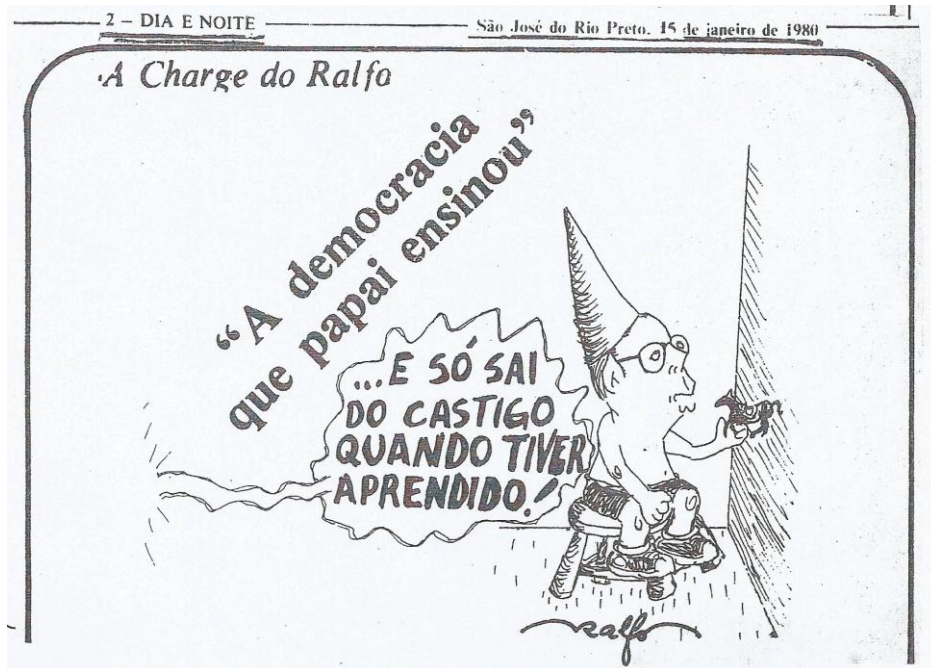
dizer em público, antes mesmo do início de seu mandato, que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro de povo³⁵.

Ralfo foi buscar no Brasil pobre dos pequenos agricultores o contraponto ao pedido de sacrifícios do presidente. O lúdico se faz presente, o jogo entre o chargista e seu alvo se inverte: quem fez piada foi Figueiredo, ao sugerir “botar o cavalo no arado”, solução risível dentro da agricultura tecnificada que já se praticava no país. O chargista respondeu com um retrato da situação do pequeno agricultor, o homem pobre que não contava com máquinas e estava habituado a arar a terra com tração animal. Debaixo do sol inclemente, o personagem diz que *não há novidade* nas palavras do presidente, como registra Ralfo. O desenho, no entanto, não é duro e raivoso contra o presidente, mas é antes solidário e simpático para com o agricultor. Vários elementos do quadro atraem pelo humor: não há mais o que apertar no cinto (como sugerem as estrelas denotativas de dor), o cavalo tem um curativo com esparadrapo na anca, mas, o principal, talvez: o olhar do cavalo (e o fato de estar mastigando, “distraído”) revela seu alheamento... às próprias palavras do presidente da República. Um tiro na credibilidade do discurso presidencial – e mais, esticando a corda das possibilidades de interpretação ideológica deste desenho: uma ironia dirigida à classe média, a qual, constituindo a maioria dos leitores das charges das páginas de opinião dos jornais, também tem sua responsabilidade, por omissão, pela situação vivida pelos agricultores sujeito a usar tração animal para arar a terra.

Em uma de suas frequentes “profissões de fé” na democracia, tornou-se notícia de jornal uma referência do presidente a seu pai, Euclides Figueiredo, também militar (chegou a general) e conservador, mas que teve intensa participação em atividades políticas e foi exilado como opositor à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), sendo depois anistiado. Considerava o pai um grande democrata. Ralfo fez uma charge inspirado pelo título de jornal “A democracia que papai ensinou”, mais uma vez em tom de cobrança de seus declarados compromissos democráticos (Figura 58).

³⁵ Em agosto de 1978, já indicado como candidato, ao conceder uma entrevista sobre seu grande apreço pelos cavalos, um repórter perguntou se o futuro presidente gostava do “cheiro do povo”. Figueiredo respondeu: “O cheirinho do cavalo é melhor (do que o do povo)” (FIGUEIREDO..., 2000).

Figura 58



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 15 de janeiro de 1980

Desta vez, como quem eleva o tom da irreverência e ousadia, Ralfo desenha um Figueiredo criança, de castigo, num canto da sala de aula, sentado num banquinho e ouvindo a repreensão dura (como se nota pelo tamanho das letras) da professora que não aparece na cena: “...E SÓ SAI DO CASTIGO QUANDO TIVER APRENDIDO!” A ousadia é grande porque, por hipótese, Figueiredo está de castigo por ser um aluno “burro” – sugere o chargista, que poderia ter ido mais longe, mas preferiu poupar-se: em figuras de humor de alunos de castigo, dos tempos em que se davam castigos vexatórios na escola como o sugerido no desenho, é costume ver o aluno castigado com um chapéu de papelão que imita orelhas de burro. Talvez para realçar a intenção do humor, mais do que da crítica política, Ralfo colocou nas mãos da figura de Figueiredo um cavalinho de brinquedo. Em todos estes aspectos, Ralfo faz um exercício lúdico, relacionado ao brincar infantil, e convida o leitor a participar. A razão lúdica humorística, que remete à infância, associa-se ao princípio do prazer, o brincar infantil está articulado com a criação artística – e o resultado pode apresentar-se em desenhos como esse.

As charges a seguir são de um período mais adiantado do governo Figueiredo, quando o presidente já não escondia sua frustração com o pouco respeito que sua liderança suscitava e colocava a culpa pelo fracasso de seu governo principalmente na falta de sintonia entre os políticos governistas. Em 1983, com quase dois anos de mandato ainda por cumprir e com problemas de saúde – haveria de fazer uma cirurgia de pontes de safena nos Estados Unidos –, a franqueza de Figueiredo era cada vez maior, e voltava-se também contra a imprensa. Ralfo faz uma charge registrando o mau humor do presidente (Figura 59).

Figura 59



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região de 7 de agosto de 1983

Figueiredo fez a seguinte declaração, após a cirurgia de pontes de safena: "Quando estou com vontade de bater em alguém, é sinal de que estou melhorando. E eu já estou com vontade de bater em uma porção de gente" (FIGUEIRDO, 1999). O desenho mostra o presidente em trajes esportivos, já no período de recuperação, e repórteres e cinegrafistas fugindo em alta velocidade, a julgar pelo fato de que eles "desapareceram" da charge, substituídos pela poeira e por "riscos de luz", enquanto a câmera e o microfone ainda estão no ar. São aspectos da linguagem gráfica que parecem, naquele contexto, ter mais o propósito de fazer rir, como num chiste, do que de produzir novidade na crítica política.

Em outra ocasião, Figueiredo fez um ataque direto ao trabalho da imprensa. Disse: “Os editores são todos debilóides”. Ralfo deu-lhe uma resposta à altura, a partir de sua trincheira de chargista (Figura 60).

Figura 60



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região de 22 de novembro de 1983

A resposta foi esta: com grande ironia, promoveu Figueiredo à condição de “gênio” que se achava com autoridade para atacar os editores de jornais como “debilóides”. Ralfo indica, ao desenhar a urna eleitoral com a inscrição “84”, no lugar da habitual lâmpada das ilustrações do conto *Aladim e a Lâmpada Maravilhosa*, que o desabafo de Figueiredo está relacionado com a cobertura da imprensa à campanha das eleições diretas para presidente. Tratado como um “gênio” raivoso, com os dedos das duas mãos em riste, Figueiredo torna-se uma figura patética. Num golpe de misericórdia, Ralfo produz uma segunda piada em relação à fala presidencial, ao publicar um balão no qual sua própria assinatura diz: “O Estopim’ está sempre na vanguarda”, avalizando o nada abonador “elogio” presidencial³⁶. Desta forma, produz o humor rebelde referido por Freud, um humor rebelde e de combate ao presidente da República, num desenho que, tomando em

³⁶ Como informado no Capítulo 3, o *Estopim* era uma página semanal de humor produzida por Ralfo na época para o *Diário da Região*.

conta a definição de charge de Teixeira (2005), informa mais sobre a tolerância política do que sobre a sociedade.

Em novembro de 1983, a campanha pelas eleições diretas para presidente, previstas na emenda constitucional que seria derrotada no Congresso em abril de 1984, já tinha crescido bastante em termos de apoio popular e ganhara manchetes praticamente diárias (menos na influente Rede Globo de Televisão, que só viria a falar da campanha a partir do fim de janeiro). O governo se mantinha firme contra as diretas, representando a vontade dos militares. Mas a pressão da opinião pública aumentava e, para agravar a situação, o exemplo da vizinha Argentina não ajudava: lá, depois de uma sanguinária ditadura de sete anos chefiada por militares, durante a qual o país saíra humilhado da inconsequente Guerra das Malvinas, o povo voltava às urnas (em 30 de outubro de 1983) para eleger seus dirigentes em todos os níveis, inclusive o presidente (EM 1983..., 2014). Ralfo aproveitou o mote e fez a charge abaixo (Figura 61).

Figura 61



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região de 1 de novembro de 1983

O presidente Figueiredo surge, no desenho, de joelhos diante de um confessorário, admitindo o “pecado” de ter vontade de convocar eleições diretas, “que nem na Argentina”. Confessando-se a quem? Não a um padre, mas ao estamento militar, superior a ele, simbolizado pelo quepe talhado no confessorário. A autoridade moral de um padre para ouvir uma confissão transforma-se, aqui, em autoridade fática da hierarquia militar. São signos fáceis de identificar pelo leitor comum, católico ou não. Para além da piada representada pelo desenho em si – Figueiredo de joelhos como um “pecador”, um confessorário “militar”, em vez de religioso – Ralfo acrescenta outra, utilizando um dito comum a variados chistes: ante a pergunta “o que eu faço?”, o presidente ouve a resposta “fica quietinho até a vontade passar”, como se costuma sugerir, em piadas, a personagens que dizem estar com vontade de trabalhar, por exemplo. É uma segunda associação de ideias com a intenção de provocar o riso e ironizar a situação do presidente da República. Uma charge com humor como o definido por Eco (1989): ao trazer a lembrança do cotidiano, da lei, faz com que pensemos que talvez não haja uma boa razão para obedecê-la – razão da “vacilação” de Figueiredo.

De forma mais simples e prosaica, no desenho abaixo, Ralfo explora novamente as angústias do governo ante o volume que a campanha das Diretas Já ia ganhando, conforme se aproximava a data da votação da emenda constitucional (Figura 62).

Figura 62



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região de 10 de março de 1984

A charge saiu no sábado seguinte ao Carnaval. É um desenho baseado em caricaturas. Como se estivessem num encontro de trabalho, à mesa do presidente da República, ministros e outros membros do governo ouvem de Figueiredo a declaração enfática: “Temos que encarar a dura realidade, senhores: o carnaval acabou!”. Os personagens são os principais auxiliares do presidente, no âmbito da política e da economia: da esquerda para a direita, à frente, os ministros Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, Ibrahim Abi-Ackel, da Justiça, e o presidente do PDS, senador José Sarney – e, atrás, o ministro Delfim Neto, do Planejamento, o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas. Todos com ar apreensivo e “suando frio”, como se nota pelos pingos que “saltam” dos personagens. O fim do carnaval, para eles, significa a volta da realidade que os contraria, dos comícios pelas Diretas Já que reuniam cada vez mais público nas cidades médias e grandes. Esse, o implícito que faz o humor nesta charge: com o fim do carnaval, acabou-se a *nossa alegria*, e temos que voltar à dura realidade de contrariedades que nos espera. Chiste de caráter político que se ampara também na ideia amplamente difundida no imaginário popular segundo a qual, no Brasil, o ano de trabalho só começa depois do carnaval.

Para encerrar esta série, Ralfo concretiza (Figura 63) uma das frases de Figueiredo mais presentes na memória de quem viveu no seu período de governo, especialmente aqueles que atuavam na imprensa.

Figura 63



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região de 8 de junho de 1984

Ante um peremptório “Eu morri. Pra vocês da imprensa eu morri!”, mais uma vez o chargista “dialoga” com o presidente da República, ao responder-lhe “Então tá” num balão associado à assinatura do autor da charge. A irreverência do desenho é um convite à reflexão crítica do leitor, no jogo do simbólico: saibam que os chargistas são capazes de “transformar em fatos” os mais imprevisíveis “desejos” dos políticos em geral. Figueiredo manteria, pelo resto de sua vida, a vontade de desaparecer do imaginário dos brasileiros³⁷.

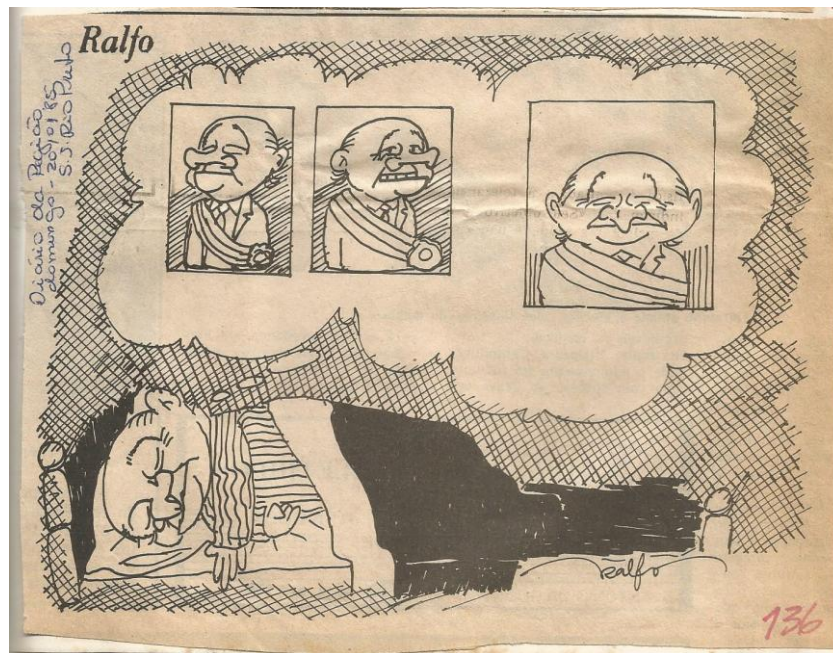
³⁷ Semanas antes de encerrar seu mandato, o presidente afirmou numa entrevista à televisão: “Quero que me esqueçam”. Já fora do cargo, quando percebia que alguém o reconheceria, evitava a interceptação dizendo “Sou parecido com quem você está pensando, mas não sou ele” (NUNES, 2012).

4.2 TANCREDO NEVES “ENFORCADO”

O Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves e derrotou Paulo Maluf para a presidência da República se reuniu no dia 15 de janeiro de 1985. Resultado previsível. Foi cumprida, dessa forma, a vontade da esmagadora maioria da opinião pública. Como vimos no final do Capítulo 2, aos 74 anos, Tancredo detinha enorme simpatia, era visto como “um pai” que podia unir o país, sua biografia não incluía posições extremadas em mais de 50 anos na política, e tinha ocupado altos cargos como o de primeiro-ministro, no curto período (em 1962) em que havia vigorado no Brasil o sistema parlamentarista. Representava, portanto, o “bem”. Já Maluf era “o mal”. Sua imagem era a de um homem rico, que havia se iniciado na política já no período do poder militar e sob sua proteção, tendo depois desobedecido e “traído” os próprios militares, ao disputar e vencer a convenção da ARENA para a escolha do candidato ao governo de São Paulo contra Laudo Natel, o indicado de Geisel e Figueiredo, em 1978. A seu favor estava o fato de ser visto como um político “realizador”, que havia feito algumas obras viárias de relevo como prefeito da capital paulista, no melhor período do “milagre brasileiro”.

Cinco dias após a eleição, em 20 de janeiro, Ralfo publica uma charge na qual Tancredo surge, como um simpático ancião, sonhando com o dia em que poderá posar com a faixa presidencial, isto é, o dia da posse (Figura 64).

Figura 64



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região, 20 de janeiro de 1985

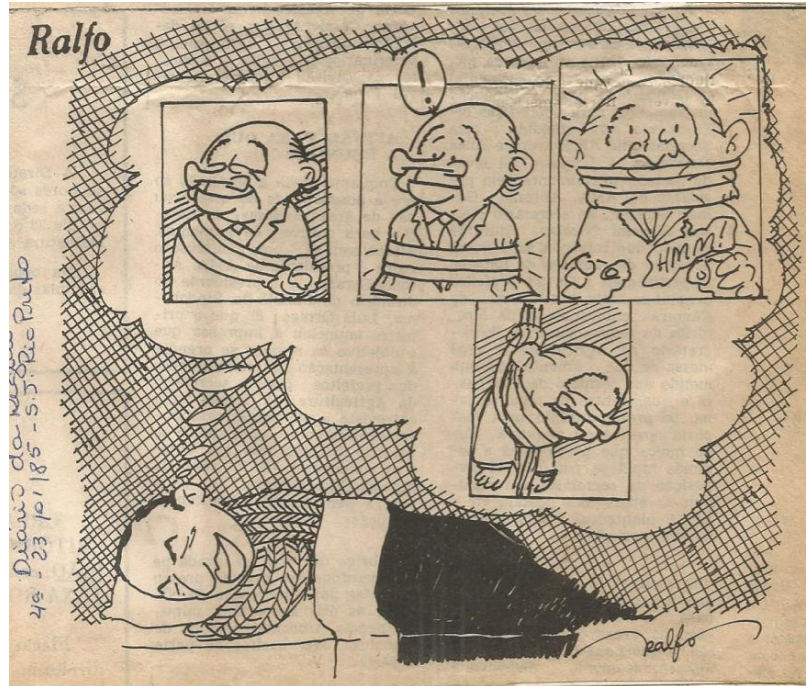
Ali está Tancredo, dormindo, de pijama, aquecido por um cobertor, com um sorriso no rosto. A cena é noturna, indica a retícula, que, por outro lado, com a abertura do balão onde aparecem três ilustrações, tem a função de chamar a atenção para as ilustrações. Nestas se vê Tancredo, com a faixa presidencial, em três quadros, em ângulos diferentes. O sonho realizado, o coroamento de sua longa carreira política: presidente do Brasil. Em tudo, esta charge remete às fontes infantis do humorismo, ao lúdico, ao simpático, ao prazeroso – o próprio sono, a figura de Tancredo de pijama, o sonho em forma de “filme”. A charge remete ao prazer, ao deleite.

Apenas três dias depois, em 23 de janeiro, os leitores descobrem que a charge de Tancredo com a faixa presidencial era parte de um conjunto que teria um segundo exemplar, no qual, sem estar explicitada, a pergunta é: o que estaria sonhando para Tancredo, no dia da posse, o perdedor Paulo Maluf?

A resposta está numa charge que contém os mesmos elementos gráficos da primeira, de forma a trazê-la de volta à memória do leitor (Figura 65), o

que é uma indicação de intertextualidade entre os dois desenhos, produzida intencionalmente pelo chargista.

Figura 65



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região, 23 de janeiro de 1985

Eis a antevisão de Ralfo: Paulo Maluf sonha com o pior destino para seu adversário, a morte, e que esta possa ocorrer em plena data da posse, sob a forma de um enforcamento com a faixa presidencial, dotada de um “encantamento” que a faz agir sozinha. Uma morte inesperada, violenta e angustiante, como se nota na sequência dos quatro quadros de Tancredo: no primeiro, o sorriso, o sucesso, a temperança; no segundo, a perplexidade ante o apertão da faixa; no terceiro, o sufocamento causado pela faixa que lhe veda a boca; e no quarto, finalmente, Tancredo enforcado, pendurado, inerte, morto.

Trata-se de fino humor negro³⁸. Uma maldade quase infantil perpetrada pelo chargista, como se estivesse ele na idade em que as crianças são

³⁸ O Dicionário UNESP do Português Contemporâneo define humor negro como “humor que choca pelo emprego, em situações cômicas, de elementos como morte, doenças, desgraças” (BORBA, 2004, p. 726). O conceito de humor negro foi introduzido pelo surrealista André Breton [em 1940] na primeira edição da sua *Anthologie de l’humour noir* (1940). No prefácio, Breton – influenciado

capazes de *apertar* e matar pequenos animais sem vacilar, inconscientes da sua força e incapazes de controlar suas emoções. Mas o chargista busca isentar-se e atribui a maldade a Maluf, num jogo imaginário em que o mal vence o bem. Ralfo não está sozinho: Freud coloca a morte entre as razões do risível, como motivo de pilhéria por parte dos humoristas.

Mais tarde, a realidade se encarregaria de demonstrar que a charge de Maluf sonhando com o enforcamento de Tancredo Neves era uma premonição do chargista que diz possuir, conforme já citado, “uma coleção de situações que me apareceram em sonhos e que, depois, realmente aconteceram” (FURTADO, 2014). Por eventual “praga rogada” por Maluf, ou por motivos mais racionais, o fato é que Tancredo se viu impedido de receber a faixa presidencial por razões de doença. Foi internado na noite anterior à posse e não sairia com vida do hospital. Sua morte foi anunciada no dia 21 de abril de 1985. Os leitores habituais de Ralfo não podiam alegar que não foram “avisados” dessa tragédia, já em janeiro, pelo humor do chargista.

4.3 O PREFEITO PANTERA COR-DE-ROSA

O trocadilho é uma forma simples e eficaz de fazer humor. Definido de maneira sintética nos dicionários como “jogo de palavras” e “dito ambíguo”, o trocadilho agrada públicos de todas as idades, porque é jogo, é desafio: quem o percebe sente a satisfação de ter desvendado uma charada. Mas um trocadilho não precisa ser só jogo de palavras; pode ser também jogo de imagens, isto é, uma imagem tomada por outra.

Apresentaremos dois casos de trocadilhos com imagens realizados por Ralfo, com bastante sucesso cômico. Ambos se relacionam com o prefeito de São José do Rio Preto. O primeiro envolve a própria pessoa do prefeito, e o segundo diz respeito ao fechamento de um trecho de uma rua central e sua transformação em calçadão de pedestres, projeto que causou prolongada polêmica na cidade.

O prefeito de São José do Rio Preto, no período de 1977 a 1982, foi o dentista Adail Vettorazzo, tarimbado político da ARENA, que já havia exercido o mesmo cargo de 1969 a 1972 (FURLANETTO, 2008, p. 20). Ralfo tinha uma

pelas concepções de humor formuladas por Hegel e Freud – “perpectiva o humor negro como uma revolta superior do espírito [...]” (CEIA, 2015).

impressão peculiar da figura do prefeito: “Era um sujeito esguio, magro, alto, com um bigodinho e um andar elegante” (FURTADO, 2014). Na foto abaixo (Figura 66), Vettorazzo é o personagem de camisa branca, à direita, acompanhado da esposa.

Figura 66



Fonte: Furlanetto (2008, p. 86)

Essas características fizeram Ralfo associar a figura do prefeito à da Pantera Cor-de-Rosa, personagem de grande popularidade na época, cujos desenhos animados passavam em horário nobre e estão na TV até hoje.

A Pantera surgiu como personagem de desenho animado ilustrando a apresentação dos créditos da comédia homônima do diretor Blake Edwards “A Pantera Cor-de-Rosa”, em abril de 1964 (A HISTÓRIA..., 2011). A pantera do título era um diamante. Devido ao grande sucesso do filme, a pantera-animal dos créditos, criada pela dupla Friz Freleng e David DePatie, foi escolhida para estrelar uma série de desenhos animados que estreou em dezembro do mesmo ano.

A Pantera Cor-de-Rosa é um bicho muito particular: não fala e expressa-se apenas por meio de gestos ou mímica. As histórias são sempre movidas por um tema musical característico, composto pelo maestro Henry Mancini. A força da história está na música, na ação, nos gestos e nas cores quentes dos cenários.

Geralmente, as aventuras da pantera giram em torno de conflitos e disputas com outros animais ou com um homem, sempre o mesmo, caricato, baixinho e narigudo. A Pantera, embora às vezes reaja com firmeza a ataques, não quer mal a ninguém.

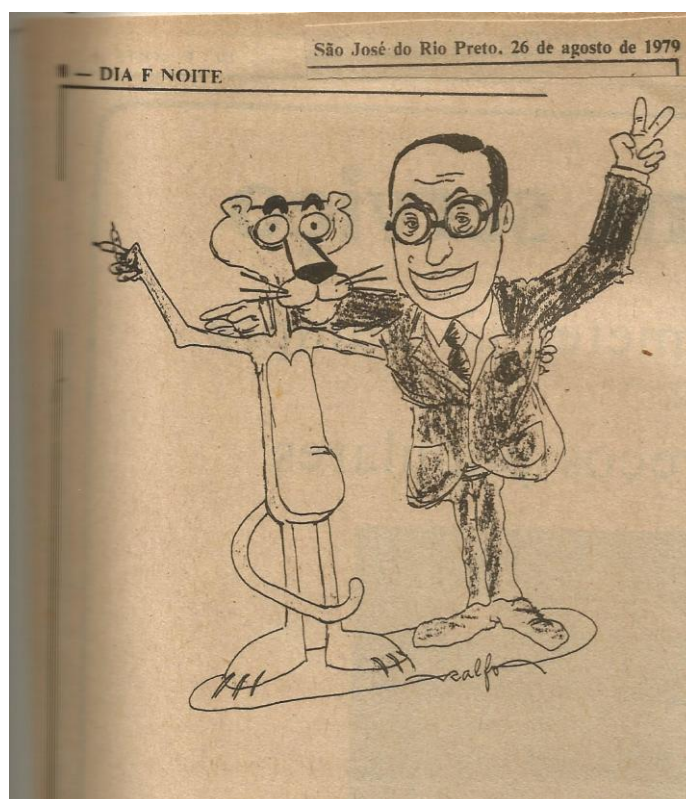
Na primeira oportunidade em que se propôs fazer uma caricatura de Vettorazzo, o chargista não teve dúvida: desenhou a Pantera, colocando em prática uma ideia que já estava em sua cabeça:

Eu já conhecia o Adail, ele tinha ido a Nova Granada. Sempre o achei com o jeitão da Pantera Cor-de-Rosa. Quando desenhei a Pantera em vez do Adail lá no *Dia e Noite* e mostrei na redação, houve uma associação imediata, ninguém teve dúvida de quem se tratava, aprovaram. Eu acompanhava as reportagens e editoriais do próprio jornal criticando o prefeito e usava aquilo como base para as charges com 'o' Pantera (FURTADO, 2014).

A charge de jornal que deu origem à transformação do prefeito de São José do Rio Preto em Pantera Cor-de-Rosa é a da Figura 67³⁹.

³⁹ Três meses antes, o prefeito já havia sido representado pela figura da Pantera Cor-de-Rosa numa história em quadrinhos publicada na revista *Primeira Edição*, como veremos adiante.

Figura 67



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 26 de agosto de 1979

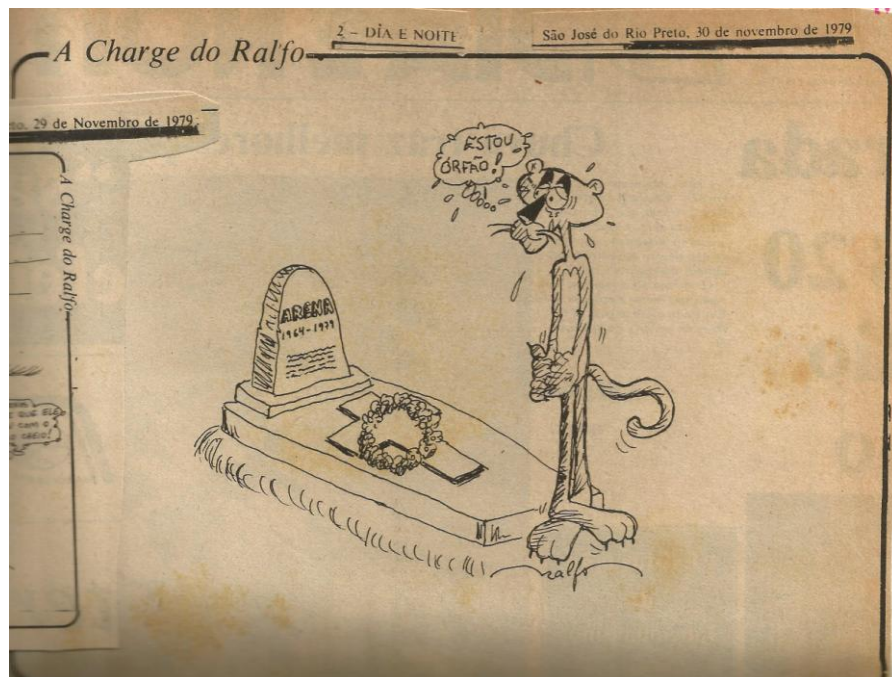
É certo que a ocasião era propícia às inferências, por parte dos leitores, de que o prefeito “era” a Pantera Cor-de-Rosa: nessa primeira charge, o prefeito Adail/Pantera aparece confraternizando com o governador do estado, Paulo Maluf, e tem uma tesoura na mão – o governador havia ido à cidade para fazer inaugurações de obras. Assim nasceu *o Pantera*, que passaria a ser um apelido do prefeito. Ao fazer essa transformação, Ralfo privilegiou o cômico, no qual rimos personagem em si, mas não deixou de produzir humor, porque *aquela* Pantera, estava no lugar do político representado por ele, dando conotação política aos desenhos em que aparecia.

É certo que Ralfo sabia que a imagem da Pantera Cor-de-Rosa era simpática ao público, enquanto, do ponto de vista político, o prefeito, sendo da ARENA e estando ao lado de políticos como Paulo Maluf, representava o oposto do que o movimento dos setores democráticos da sociedade buscavam. Esse contraste pesava pouco para o chargista:

Confesso que não desgostava do Adail. Ele era um malufista que não ‘malufava’ e foi um transformador. A provinciana São José do Rio Preto virou uma ‘Curitibinha’, com calçadão e coberturas de pontos de ônibus. Ficou com ares de metrópole. Além disso, houve um episódio que eu acompanhei, que despertou minha admiração. Faltou água em Nova Granada e afetou a Santa Casa, onde meu pai era provedor. O prefeito local, que era médico e havia sido expulso da Santa Casa, por inconveniências diversas, esperou, arrogantemente, que meu pai fosse pedir ajuda. Meu pai não se submeteu: ligou para o Adail, em Rio Preto, que era seu colega dentista. Adail mandou um caminhão pipa e resolveu o problema (FURTADO, 2014).

A Pantera era simpática, mas o Pantera, embora certamente recebesse por transferência uma parte da simpatia de seu congênere da televisão, surgia nas charges em situações associadas com a realidade política local – independente de serem positivas ou negativas. É o que se vê na Figura 68.

Figura 68



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 30 de novembro de 1979

Na charge acima, Ralfo traduz – e ironiza – o sentimento dos políticos que, desde 1964, foram partidários do governo durante a ditadura – os

conservadores em geral. O Pantera chora, desconsolado, diante do túmulo da ARENA, e declara-se órfão. Mesmo assim, o tom do desenho é leve e não apresenta agressividade – um chiste que, de qualquer forma, buscando provocar o riso, produz efeito político, na medida em que a presença do riso, como disse Kant, é parte do pensar por si mesmo.

Problemas da cidade e a ligação política do prefeito com o governador Paulo Maluf, de quem Ralfo procurava traçar uma imagem sempre irônica e negativa, eram enfatizadas, como se vê na Figura 69.

Figura 69



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 19 de janeiro de 1980

É mais uma charge em que Ralfo se baseia num título de jornal – “Sinfonia de buracos’ já virou concerto” – para produzir seu humor. Os elementos da charge indicam que a crítica é à má conservação da pavimentação das ruas e que a cidade está cheia de buracos. O concerto (ênfatisado pelo desenho da pauta musical) poderia ser referência à “musicalidade” da trepidação dos carros nas ruas esburacadas. A responsabilidade pela situação é atribuída ao prefeito, que aparece

como regente, transformado em Pantera. A ligação do prefeito com o governador Paulo Maluf é novamente explicitada: atraído pela “sinfonia”, Maluf apresenta-se ao Pantera, com um piano de brinquedo pendurado no pescoço. Uma figura ridícula que surgiria em diversos outros trabalhos de Ralfo. Maluf gostava de alardear seu gosto pela música clássica. A intertextualidade é uma forte marca também desta charge – como em todas onde haja menção a uma notícia inspiradora do trabalho chargístico. Neste caso, também se evidenciam, com mais razão, as palavras de Teixeira (2005) segundo as quais a charge traz o desvendamento de uma verdade conhecida (o grande número de buracos nas ruas da cidade), ainda que oculta na banalidade do real.

Neste outro exemplo (Figura 70), a declaração de um vereador, adversário do prefeito, é que serve de mote para a piada:

Figura 70



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 21 de maio de 1980

Nessa figura, Ralfo faz uma grande aproximação com os desenhos animados da Pantera Cor-de-Rosa, em mais um trocadilho, aproveitando a declaração de um vereador de que “a situação está cada vez mais preta para o

prefeito”. Vê-se o Pantera fugindo de uma lata e um pincel de tinta preta que vêm caindo do céu. É a presença do lúdico. As brincadeiras com cores, as situações de riso criadas a partir de alterações de cores de personagens, objetos e cenários, são uma característica dos desenhos animados da Pantera Cor-de-Rosa. Ao ter a ideia de reproduzi-las na charge, e ao executar seu trabalho, também o chargista se diverte e estende esse seu prazer àquele que, mais tarde, irá ver o seu desenho.

Mas o chargista iria se divertir mesmo, e a seus leitores, com o projeto da construção do “calçadão” no centro de São José do Rio Preto, num trecho da rua General Glicério. O prefeito queria aderir à onda de fechamentos ao trânsito de veículos de ruas centrais em cidades médias e grandes, que havia surgido, no Brasil, sob inspiração de Curitiba, onde, em 1972, foi criada a rua das Flores (antiga rua XV), com grande sucesso. Em vez de carros, calçadão, isto é, cobertura do asfalto com calçada e criação de uma rua exclusiva para pedestres. O projeto seria consumado em 1980, mas antes o prefeito teve de vencer a forte resistência dos comerciantes, representados pela Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto (ACIRP), conforme relata Furlanetto (2008), em livro de caráter laudatório que cobre a biografia política e administrativa de Adail Vettorazzo. Os proprietários de lojas instaladas nos trechos a serem interditados aos carros temiam perder fregueses. A disputa demorou mais de dois anos.

Observando o trabalho de Ralfo sobre o tema, o primeiro aspecto que chama a atenção é a forma escolhida por ele para representar o calçadão: fez outro trocadilho, e a construção de uma grande *calçada*, palavra do gênero feminino, transmutou-se numa imagem que remete ao aumentativo da mesma palavra do gênero masculino (*calçado*), ganhando a forma de uma *botina caipira*: um chiste!

Figura 71



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 5 de fevereiro de 1980

É o que se vê na Figura 71: as grandes e grossas palavras RIO e PRETO aparecem separadas por uma botina caipira dentro da qual se encontra acomodada a Pantera Cor-de-Rosa, ou seja, o prefeito Adail. A charge poderia ser tomada como uma logomarca para a cidade. Acrescentando-se à piada visual, da qual se depreende o amor do Pantera pelo projeto do calçadão (pois até suporta o mau cheiro, visível no desenho por meio dos traços que “emanam” da botina), temos o próprio autor da charge falando ao público, em dois balões de texto emitidos pela sua assinatura, num dos quais diz “Nós, aqui de Nova Granada, ouvimos falar que vão botar um calçadão bem no meio de Rio Preto” e, no outro, “Salve São José do Rio Calçadão Preto”. Os textos apresentados na charge são mais uma das intervenções pessoais que Ralfo, como vimos em outros desenhos, eventualmente fazia, num padrão diferente do que estamos habituados a encontrar nas charges da grande imprensa. Ralfo gostava de se portar, como desta vez, com a intimidade de

um velho conhecido dos leitores: neste exemplo, todos *sabiam* que o chargista morava em Nova Granada.

Justificando a escolha da figura da botina caipira para representar o calçado, Ralfo afirma:

São José do Rio Preto, Nova Granada e cidades próximas, aquilo tudo é uma região rural, uma região em que os símbolos caipiras estão muito presentes na vida cotidiana, estavam naquela época. Barretos, a capital nacional do rodeio, fica lá perto. Então a escolha da botina caipira para representar o calçado era natural. Não representava uma crítica a ninguém, nem a favor nem contra. Nunca recebi queixa nesse sentido (FURTADO, 2014).

O debate se prolongaria, e o chargista teria outras oportunidades de mostrar, a seu modo, quais eram as posições em jogo.

Figura 72



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Dia e Noite de 6 de março de 1980

Na Figura 72, a piada é simples e direta, mas carregada de ironia: no papel de vendedor de loja de calçados, o prefeito Pantera tenta convencer a freguesa a experimentar uma grande e desproporcional botina caipira. A mulher reage, horrorizada. Conduzindo a leitura do diálogo, Ralfo coloca primeiro a reação

da mulher, em letras fortes: “Não, não! Não gosto desse calçadão!” E só no final o leitor verifica quem é a compradora, ao ler a fala da Pantera: “É o último lançamento! A senhora acaba se acostumando, dona ACIRP⁴⁰!” O chargista, aparentemente, não toma partido na discussão, mas, com seu desenho, realça a existência e a força do conflito. Fazendo humor, carrega no caráter político do embate, ao mesmo tempo em que procura descaracterizar-lhe a seriedade. Em síntese, um humorista rebelde, nos moldes indicados por Freud.

O longo debate entre o prefeito e os comerciantes viria a ter um desfecho abrupto e curioso. O máximo que os renitentes comerciantes diziam aceitar era que o projeto fosse executado em etapas, com o calçamento de um quarteirão de cada vez, a título de teste: a etapa seguinte só seria executada se a etapa anterior não tivesse trazido prejuízos ao comércio. Já o prefeito insistia na execução integral da obra e tinha contratado empreiteiro. Para fulminar as resistências, Vettorazzo criou um plano secreto: o empreiteiro foi chamado “e recebeu a determinação de mobilizar todo seu pessoal e equipamentos para trabalhar duramente naquele final de semana”, segundo Furlanetto (2008), sem dizer a ninguém qual seria a tarefa. O relato a seguir é do prefeito:

Às 13h30 do dia D [um sábado, o comércio havia fechado às 13h], combinou-se, os guinchos deveriam iniciar a remoção de todos os veículos que ainda estivessem estacionados na Rua General Glicério, entre Prudente de Moraes e Silva Jardim [a extensão total do calçadão]. Às 14h00 começaram, repentinamente, a chegar tratores, motoniveladoras, pás-carregadeiras e centenas de operários. Estava deflagrada a “Operação Calçadão” e a Rua General Glicério, em poucas horas, se transformaria em um gigantesco canteiro de obras (VETTORAZZO apud FURLANETTO, 2008, p. 138).

O episódio do início-relâmpago da construção do *calçadão-botina* de São José do Rio Preto veio dar veracidade a uma criação humorística de Ralfo publicada menos de um ano antes, fora do âmbito das charges, numa história em quadrinhos de duas páginas publicada na revista *Primeira Edição* em maio de 1979, no auge da disputa. Ralfo associou o projeto a uma “invasão” do centro da cidade por um “botinão caipira”, numa história com visual cinematográfico e enredo de filme de invasão de alienígenas, como se pode ver nas Figuras 73 e 74.

⁴⁰ Como já citado, sigla da Associação Comercial e Industrial de São José do Rio Preto, que se opunha vigorosamente à construção do calçadão.

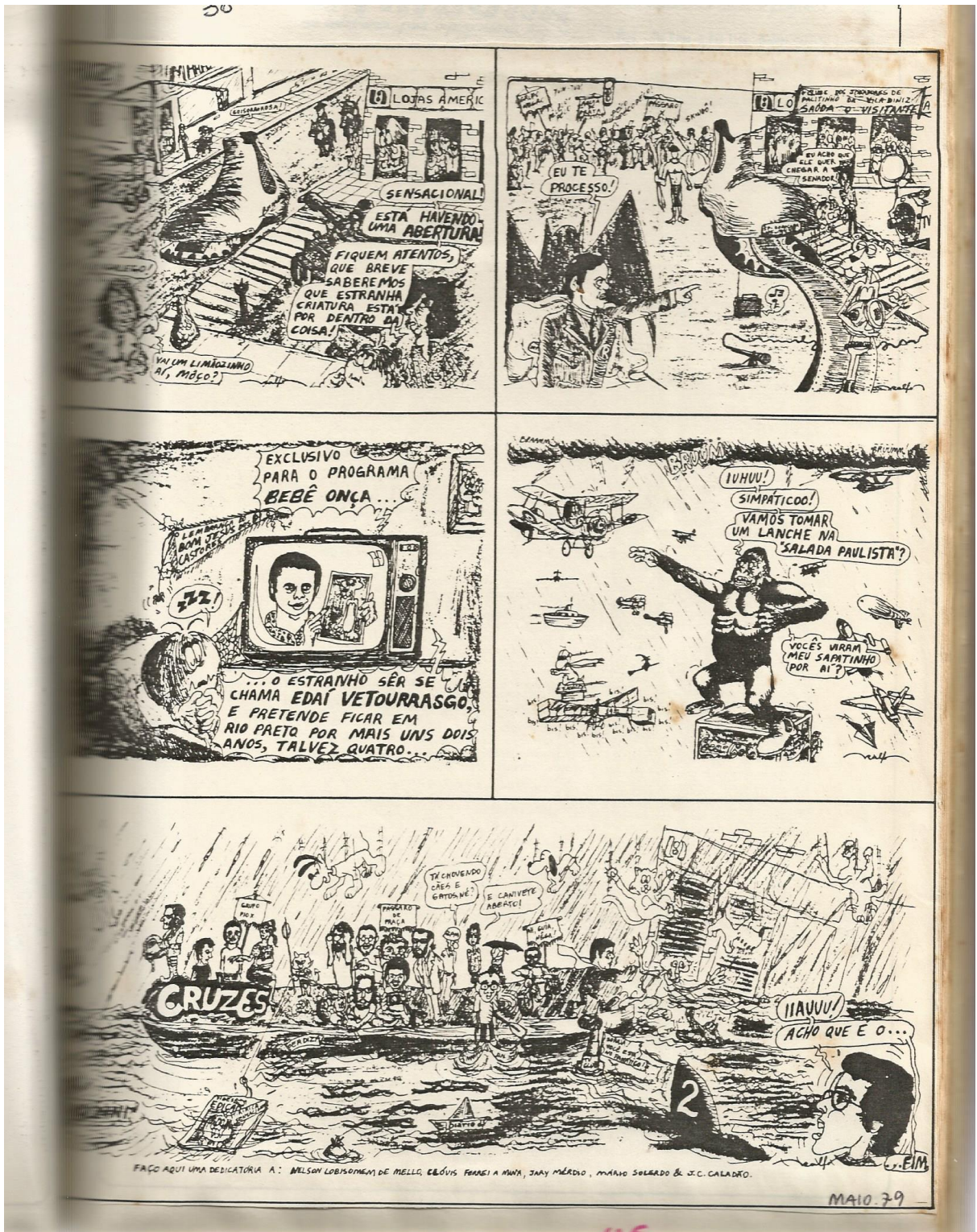
Figura 73



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Primeira Edição de maio de 1979

Figura 74



Autor: Ralfo Furtado
Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Revista Primeira Edição de maio de 1979

Carregando nos detalhes gráficos, numa técnica bem diferente da costumeira das charges, em nove quadrinhos Ralfo faz brincadeiras com personalidades dos meios de comunicação e da política da cidade. O personagem que apresenta a história é o Tiririca, alterego do autor. O título, “Projeto UFA”, encimado por desenhos de discos voadores, é um trocadilho com UFO⁴¹, na época uma forma muito comum de referir a objetos voadores não-identificados. Abaixo do título, o autor adverte que “qualquer semelhança [...] com pessoas vivas ou mortas, que não tenha propósito satírico, é mera coincidência”. A grande botina caipira, isto é, o projeto do calçadão, surge como um ameaçador UFO, que é recebido por populares surpresos com o mote popularizado pelos filmes do Super-Homem (“É um pássaro? Um avião?” Neste caso, é o CALÇADÃO). O mau cheiro da botina caipira é realçado no desenho. O repórter de televisão é autêntico, mas seu nome – Marmelo Boçalves – é um evidente trocadilho (o verdadeiro é Marcelo Gonçalves). Nenê Homsí é citado como Bebê Onça, e o prefeito Adail Vettorazzo, como Edaí Vetourrasgo. A sola da botina se abre e, de dentro dela, em vez de vir uma “estranha criatura”, sai a Pantera Cor-de-Rosa, com seu ar indiferente, recebida por comentários como “eu acho que ele quer chegar a senador” e “eu te processo” – este último, de um dirigente da classe dos comerciantes da cidade, caricaturado. E a história prossegue com cenas e piadas que remetem ao também cinematográfico King Kong e a um dilúvio de “cães, gatos e canivete aberto” no qual se debate um barco cuja tripulação inclui cerca de uma dezena de caricaturas de personagens da imprensa de São José do Rio Preto. O “fim” (da história) é decretado pela caricatura de Ralfo em pessoa e é feita uma dedicatória a jornalistas da revista, todos com trocadilhos no lugar dos nomes: Nelson Lobisomem de Mello, Clóvis Ferrei a Mina, Jary Mérdio, Mário Solerdo & J.C. Caladão, ou seja, Nelson Homem de Mello, Clóvis Ferreira Lima, Jary Mércio, Mário Soler e J.C. Catalão. Cabe observar o caráter lúdico deste trabalho, por apresentar uma estética e uma inventividade que permitem uma fruição da vida social pela exaltação dos sentidos e emoções, procurando mesclar “alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, satisfação e expectativa, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite”, conforme a definição dada por Werneck, 2003 *apud* Gomes, 2004.

⁴¹ Do inglês Unidentified Flying Object, objeto voador não-identificado.

A narrativa do caso do prefeito que se transformou em Pantera Cor-de-Rosa por obra e graça do chargista Ralfo deve encerrar-se com a notícia de que tal expressão de inventividade transformou-se num negócio comercial, adquirindo conotação completamente diversa da crítica política.

No primeiro semestre de 1980, passados mais de seis meses desde que a primeira charge com a Pantera saiu no jornal, Ralfo recebeu um convite para avistar-se com o prefeito em seu gabinete e, ao chegar lá, foi recebido com uma exclamação: “Você está acabando comigo, heim!” Respondeu dizendo que seguia a linha editorial do jornal. Mas o prefeito revelou-lhe que, na verdade, estava obtendo dividendos com a situação:

[...] ele disse que estava mesmo era adorando, porque, por onde ele passava, no centro ou na periferia, tanto adultos como principalmente as crianças gritavam “Olha, o Pantera”. E todos queriam abraçar o Pantera, tirar foto com o Pantera, ver o Pantera (FURTADO, 2014).

O político Vettorazzo tinha uma proposta para o chargista cujos desenhos, independente do do eventual teor crítico, o fazia mais popular, em vez de colocar sua imagem em risco: não gostaria de passar a desenhar panteras cor-de-rosa para peças publicitárias de sua administração?

Ralfo encarou a sugestão como uma oportunidade adicional de trabalho e aceitou. Assim nasceu o *Jornal do Pantera*, órgão de propaganda oficial das realizações da administração municipal, no qual Ralfo atuou exclusivamente como ilustrador, fazendo desenhos da Pantera Cor-de-Rosa.

Só uma vez mais o Pantera apareceu nas charges de Ralfo no *Dia e Noite* (Figura 75), desde que começou a circular o *Jornal do Pantera*, mensal, em maio daquele ano. Foi numa charge simples, em que a Pantera aparece sentada numa poltrona, olhando para os próprios pés, com ar desconsolado, dizendo “Ahm... Queria tanto um calçado!...” Um chiste, uma lembrança do assunto em pauta. Em julho, com o encerramento das atividades do *Dia e Noite*, Ralfo deixaria a atividade de chargista político diário, retomando-a apenas em junho de 1981, no *A Notícia*. Desse momento em diante, não se encontram mais referências à Pantera Cor-de-Rosa em sua coleção de charges.

Figura 75



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

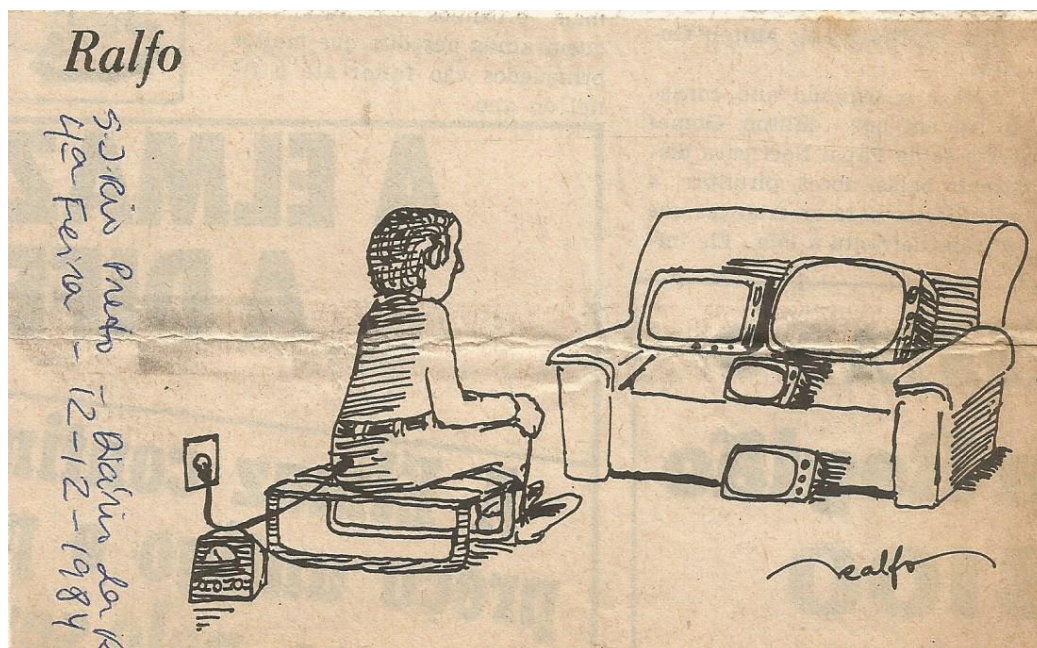
Dia e Noite de 8 de junho de 1980

Adail Vettorazzo, o Pantera, elegeu-se deputado federal em 1982.

4.4 COSTUMES: O CARTUM NO ESPAÇO DA CHARGE

Um desenho que surpreende ante o habitual estilo de Ralfo, nos temas que escolhe e na forma como os aborda, é a que vemos abaixo, na Figura 76. Surge pela segunda vez neste trabalho. Está também na pág. 69 (Figura 27), ali colocada como uma vizinha oportuna e ilustrativa da declaração de Ralfo segundo a qual “a charge deve fazer pensar, rir é lucro” (FURTADO, 2014).

Figura 76



Autor: Ralfo Furtado

Fonte: arquivo pessoal de Ralfo Furtado

Diário da Região, 12 de dezembro de 1984

Esta figura é, antes, exemplo de cartum, um gênero do humor gráfico que, muitas vezes, é confundido com a charge e pode, mesmo, surgir no espaço destinado a ela nas páginas de opinião dos jornais diários. Segundo a definição do próprio Ralfo,

a diferença entre cartum e charge é que o primeiro versa sobre o cotidiano e os costumes e tem a intenção de provocar o riso; a segunda é sobre atualidade política ou econômica, precisa estar num contexto, e não precisa fazer rir. Ela é uma “charge” (*sic*): uma cobrança, uma chamada de atenção para um problema (FURTADO, 2014).

Observa-se, por essa caracterização, que a *distância* entre cartum e charge pode ser pequena, dependendo do tema escolhido e do enfoque dado pelo autor do desenho, daí a possibilidade, mais ou menos comum, de se encontrar propriedades do cartum em desenhos chargísticos – ou vice-versa. Num aspecto, porém, a distinção costuma ser nítida: o cartum corre menos o risco da efemeridade do que a charge. Seu *tempo*, seu prazo de validade, não se esgota em 24 horas. É o que fica patente no desenho acima.

Vê-se de imediato que o tema é a comunicação de massa, especificamente a relação do homem com a televisão, mas o tratamento dado à questão é intrigante: estranhamente, o homem e os televisores estão em lugares e em papéis trocados. O leitor atento pode inferir que, de algum modo (original, pois sim), o desenho discute a alienação causada pelos meios de comunicação de massa, a submissão do homem a estes meios.

A inspiração do desenho vem das ilustrações de anúncios publicitários de aparelhos de TV, em seus primórdios: a família de classe média reunida, no sofá, diante do aparelho que traz novidade, informação e entretenimento para dentro de casa, por meio de som e imagem: o “cinema em casa”. O inesperado está na inversão de posições – não só de posições, também de papéis. Na mesa, no lugar reservado ao aparelho de TV, está o homem sentado e ligado à corrente elétrica por um fio. A imagem quis enfatizar que o homem é “eletrônico” – existe até um estabilizador de voltagem no caminho do fio. E no sofá desenhado com cuidado e bom acabamento, diante do homem-TV, temos uma família de televisores, disposta como se fosse humana: o televisor-pai (grande) ao lado do televisor-mãe, entre eles o televisor-criança e, no chão, outro “filho”, encostado ao sofá, representando o conjunto a “família”. Não há fios nos televisores, ao contrário do que ocorre com o homem-TV.

Convidado a dizer de onde pode ter vindo sua inspiração, Ralfo afirmou que não se lembrava de ter feito tal desenho – “mas parabéns pra mim, podia ser usado em aulas de Semiótica”, acrescentou. Arriscou duas hipóteses associadas à ficção vista no filme Planeta dos Macacos (1968): um homem que, no zoológico, se coloca no lugar dos bichos e imagina como se sentiria sendo alvo da curiosidade de uma plateia de bichos; e um planeta no qual quem detém o domínio são máquinas (neste caso, representadas pelos televisores), no qual os homens seriam, eles sim, objetos incapazes até de se mover, quanto mais de pensar.

Como dissemos, esta é uma charge/cartum que parece ter resistido ao *tempo*, mantendo um valor simbólico renovado nos dias de hoje, e quem sabe por quanto tempo ainda. Pois se, em 1984, Ralfo já podia imaginar tal simbiose, tal interdependência entre os aparelhos eletrônicos de comunicação e as pessoas, a ponto de ver o homem-máquina plugado à corrente elétrica, incapaz, portanto, de produzir a energia do seu próprio pensamento, que o humaniza e o diferencia das máquinas de comunicação, talvez estivesse antecipando os dias de hoje, em que as

máquinas de comunicação tornaram-se portáteis, a televisão se leva no bolso, na mesma embalagem multifuncional, o smartphone, que permite ao seu portador a sensação de poder do produtor de toda comunicação, de acesso a toda comunicação, ainda que dentro de limites cada vez mais estreitos (mas invisíveis) de pensamento e autodeterminação.

A aparente “confusão” desta charge é cada vez mais natural nos dias que correm. O mesmo desenho poderia ser feito hoje, adicionando-se a bateria recarregável ao homem-máquina, ao homem-comunicação.

Quanto ao humor que emana deste desenho, é altamente ideológico, e a interpretação da simbologia presente no quadro depende de cada um, conforme a ideologia com que encara os avanços tecnológicos e o uso que se faz deles. Mas parece um exemplar de humor negro, que trata da doença da civilização em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quase um achado “arqueológico” é o que se poderia dizer, com humor próprio para a ocasião, do conjunto das charges de Ralfo José Barreto Furtado apresentadas neste trabalho. O epíteto cabe muito bem, nem tanto pelo aspecto físico do material, papéis amarelados pelo tempo, que estiveram dormindo no fundo de um armário por 30 anos, mas fundamentalmente em consideração ao valor de tal produção para a construção da memória histórica, política e cultural do Brasil relativa ao período de governo do presidente João Figueiredo (1979-1985).

Embora diga que se não se via como um “militante gráfico”, e sim como um menino de Nova Granada que desenhava para seu próprio deleite e expressava seu pensamento sobre os acontecimentos políticos “sem derramar sangue”, a observação do trabalho de Ralfo revela um aplicado engajamento ao lado dos setores da sociedade que almejavam a redemocratização do Brasil.

Como artista do traço, Ralfo não conheceu o período mais duro da ditadura, iniciado em 1968 com a edição do AI-5. Era criança na época. Mas, mesmo na adolescência, escrevendo ou desenhando, e no início da idade adulta, já como chargista, revelou-se um legítimo herdeiro da geração de humoristas que deu origem, em 1969, a *O Pasquim* – este, o órgão de imprensa que revelou ao país a força do humorismo como arma de combate à ditadura e ao arbítrio, e mostrou a hipótese de existência de um humorismo que, disfarçado de motivo para riso, não pode esconder seu caráter político, inteligente, endiabrado, e é capaz de driblar a atenção e as estreitas referências dos executores da censura oficial. Se as inovações que *O Pasquim* representou continuam sendo motivo de curiosidade para novos pesquisadores, dado o seu lugar insuperável, no imaginário coletivo, na luta pela liberdade de expressão num dos momentos mais difíceis da vida brasileira, então, podemos encontrar, nas charges de Ralfo, indícios de que boa parte de sua inspiração veio dali.

Já num período em que não havia censores do regime a quem driblar – exceto pelos casos relatados neste texto sobre o *Estopim*, em Nova Granada – Ralfo teve a sorte de conhecer e aprender com a experiência do jornal *Dia e Noite*, em São José do Rio Preto.

Aí, encontrou profissionais de alta qualificação, que haviam sido contratados para criar e desenvolver um projeto jornalístico em tudo inédito e

inovador na cidade provinciana de então. Colheu quanto pôde da capacidade daqueles jornalistas, na atitude profissional, na visão política, na visão de mundo, na criatividade gráfica e formal com que informavam os acontecimentos através de um jornal comprometido com o movimento da sociedade em direção à democracia.

Com o que captou e adicionou à sua capacidade crítica no convívio com os profissionais do *Dia e Noite*, com o que aproveitou e acrescentou à expressão do seu talento, com a força dos fatos e eventos que sempre o empurraram para o exercício do humor, surge o chargista que rapidamente amadurece e se investe na função de fiscal do poder e dos poderosos.

Na charge de Ralfo – buscando resposta à pergunta que inicia este trabalho: com que humor Ralfo olhava para os acontecimentos do país e dava sua interpretação a respeito deles? – encontramos a revelação e a denúncia da posição político-ideológica que se encontrava no poder no período do governo Figueiredo, no qual o Brasil deixara de ser uma ditadura sem ser ainda uma democracia. Uma cobrança sistemática e contínua de mudança de direção, mas sutil, provocadora, e capaz de transformar em cúmplice o leitor que consente em aceitar a significação da charge.

Ralfo repetidamente trazia à lembrança de seus leitores o cotidiano, produzindo o humor de transgressão, que enfraquece a lei. Em muitas ocasiões, como vimos ao longo do trabalho, suas charges mostravam o ridículo da lei, do discurso, da demonstração autoritária, explicitando a perplexidade e contrariedade do cidadão comum ante os acontecimentos.

Ralfo estimulou a rebeldia através do humor, produziu o humor freudiano, grotesco, conforme a leitura que Kupermann (2003) fez do humor em Freud: uma afirmação radical do erotismo e do desejo frente à adversidade. Mas também fez piada, fez pilhéria, muitas vezes sem outra preocupação que não a de provocar o riso, o que, na ótica de Freud, também se coloca como uma benéfica manifestação do humor, por reafirmar o laço social – neste caso, o laço entre o chargista e seu leitor.

Mas um aspecto que se destaca nas charges de Ralfo é o que se origina da ideia da ludicidade, do jogo, da diversão que o chargista propõe a seus leitores, que se sentem desafiados a tirar, da “óbvia brincadeira” da charge (porque, sendo desenho, é paráfrase do real, mas contém um significado a ser desvendado, contém um desafio a ser vencido com inteligência) a conclusão política. Nesse

sentido, Ralfo pratica um humor incisivo e direto, fácil de ser entendido, coloquial, não menos relevante no seu simbolismo político, recorrendo em seu trabalho ao amplo repertório de referências gráficas que colheu ao longo da infância e da adolescência, muitas trazidas dos meios de comunicação de massa, o que as torna comuns a todos.

Por todas essas razões, esta pesquisa trouxe a público, especialmente à comunidade acadêmica, o trabalho de Ralfo, um chargista político de jornal do interior, que realizou relevante tarefa num período em que o Brasil lutava pela volta à democracia depois dos longos anos da ditadura. São representações de uma época, sentidas e traduzidas por um chargista no momento dos acontecimentos e com seus referenciais próprios, e agora reinterpretadas pelo autor deste estudo. Constituem-se, dessa forma, em traduções incompletas de uma realidade em constante mutação, a demonstrar que este estudo não pode ser um ponto final, mas é apenas uma representação discursiva sobre o discurso do chargista que tece traços de um cotidiano em crise na passagem da ditadura para a democracia.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA do Pantera Cor de Rosa. **webartigos**. Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-historia-do-pantera-cor-de-rosa/59721/>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

AGUIAR, Odailton Aragão. **O riso na mídia: o barão de itararé e seus almanhaques: os almanhaques do jornal a manha**. 2006. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3046>. Acesso em: 5 set. 2014.

BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=RFrCN3hCsHoC&pg=PA726&lpg=PA726&dq=humor+negro+bile+sangue&source=bl&ots=OEleXhohvz&sig=71tQfIQnLGy4RYgx1iNQBokzcOU&hl=pt-BR&sa=X&ved=0CC8Q6AEwA2oVChMIkbGE7OnkxgIVQtCACH36iwFf#v=onepage&q=humor%20negro%20bile%20sangue&f=false>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CEIA, Carlos. **E-Dicionário de termos literários**. Disponível em: <http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&link_id=258:humor-negro&task=viewlink>. Acesso em: 18 jul. 2015.

DIAFÉRIA, Lourenço Carlos. Prefácio. In: FURTADO, Ralfo José Barreto. **Ralfo: 8 anos de humor: São José do Rio Preto, Verbo, 1984**. p. 9.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio (orgs.) **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2012.

ESTOPIM será impresso fora. **Jornal Dia e Noite**. São José do Rio Preto, 18 jan 1978. Recorte do arquivo de Ralfo Furtado.

ECO, Umberto. “Los Marcos de La ‘Libertad’ Cómica”. In: ECO, Umberto; IVANOV, V. V. ; RECTOR, Mônica. **Carnival! México: Fondo de Cultura Económica, 1989**. p. 9-20.

EM 1983, ditadura argentina chegou ao fim com a eleição de Raúl Alfonsín. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 set. 2014. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/em-1983-ditadura-argentina-chegou-ao-fim-com-eleicao-de-raul-alfonsin-9852597>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

FIGUEIREDO disse que preferia o cheiro do cavalo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 nov. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u10538.shtml>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

FIGUEIREDO, João Batista. Frases. **Folha UOL**, São Paulo, 25 dez. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2512199912.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2015.

FURLANETTO, José Eduardo. **A vida e as obras do prof. Adail Vettorazzo**: uma história de amor e dedicação à sua cidade e ao seu país. São José do Rio Preto: THS Arantes Editora, 2008.

FURTADO, Ralfo José Barreto. Depoimentos por escrito, via internet, ao autor, dados ao longo dos anos de 2013 e 2014.

_____. **Ralfo**: 8 anos de humor. São José do Rio Preto: Verbo, 1984.

GOMES, Christianne Luce. Lúdico. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 141-146.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353300>>. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. **Séries históricas e estatísticas**. 2011. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD77>>. Acesso em: 5 set. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1982.

_____. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Página Aberta, 1991.

KUPERMANN, Daniel. **Ousar rir**: Humor, criação e psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTINS, Franklin. **Manifesto do seqüestro do embaixador americano Rio (1969)**. Disponível em: <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em: 11 maio 2015.

MIANI, Rozinaldo. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Paulista, Assis.

_____. **Charge**: uma prática discursiva e ideológica. Revista **Brasileira de Pesquisas em Histórias em Quadrinhos**, São Paulo, v. 1 n. 1, p. 37-48, 2012. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/3>>. Acesso em: 12 jun 2014.

MUNIZ, Lauro Cesar. Prefácio.. In: FURTADO, Ralfo José Barreto. **Ralfo**: 8 anos de humor: São José do Rio Preto, Verbo, 1984.p.11 .

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NUNES, Augusto. O livro de Saïd Farhat conta como era o presidente que gostaria de ser esquecido. **Veja**, São Paulo, 23 dez. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/bau-de-presidentes/o-livro-de-said-farhat-conta-como-era-o-presidente-que-gostaria-de-ser-esquecido/>>. Acesso em: 8 jun. 2015.

O *Estopim*, um jornal lucrativo. **Jornal Dia e Noite**. São José do Rio Preto, 18 jan 1978. Recorte do arquivo de Ralfo Furtado.

PORTAL DOSJORNALISTA. **Perfil**: Ricardo Gandour. fev. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldosjornalistas.com.br/perfil.aspx?id=12651>>. Acesso em: 5 nov. 2014.

PINTO, Zivaldo Alves. Prefácio. In: FURTADO, Ralfo José Barreto. **Ralfo: 8 anos de humor**. São José do Rio Preto: Verbo, 1984. p. 10.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROMUALDO, Edson Carlos. **Charge jornalística**: intertextualidade e polifonia – Um estudo de charges da Folha de S. Paulo. Maringá: Eduem, 2000.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo, 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SLAVUTZKY, Abrão. **Humor é coisa séria**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2014.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. **Sentidos do humor, trapaças da razão**: a charge. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2005.

VALLE, Dinorath do. **Jornais de Rio Preto de 1903 a 1994**. São José do Rio Preto: Jornal “A Notícia”, 1994.

